



***A Importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social Para
o Desenvolvimento Local: O Caso do Concelho de Santarém***

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão das
Organizações de Economia Social**

Ana Filipa Lopes Chíxaro

Orientador:
Professor Doutor Pedro Miguel Domingos Duarte de Oliveira

Abril de 2017

*A todos aqueles que, tal como eu,
carregam dentro de si, um mundo
de sonhos.*

*“Reparar atempadamente em pequenas
mudanças faz com que te prepares para
as grandes mudanças vindouras”.*

(Spencer Johnson, 2001)

Agradecimentos

Não poderia iniciar a minha dissertação sem o devido agradecimento a todos aqueles que me apoiaram e nunca deixaram de me incentivar a concluir o Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social.

A chave para o meu sucesso foi sem dúvida o meu orientador, o Professor Doutor Pedro Oliveira, que através da sua flexibilidade, persistência e compreensão não me deixou recuar e me manteve sempre no caminho certo, dando-me pistas e orientações, mas acima de tudo sendo um amigo e apoiando-me nas minhas hesitações e dificuldades.

Depois à minha família e amigos, que sempre foram o meu pilar e tiveram paciência para dispensar algumas horas e vários serões comigo e me deixaram entregue ao mestrado, apoiando-me em todas as circunstâncias e incentivando-me a desenvolver este meu estudo.

A todas as IPSS do concelho de Santarém que prontamente se disponibilizaram a responder ao questionário e desta forma, ajudaram na concretização deste estudo.

A todos aos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

A todos e a todas,

MUITO OBRIGADA!

Resumo

O tema selecionado para desenvolver em dissertação de mestrado enquadra-se no âmbito das Organizações de Economia Social, nomeadamente no que respeita às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Em termos mais concretos, através deste trabalho pretende-se fazer uma caracterização das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Santarém, compreendendo se estas têm a noção que contribuem para o desenvolvimento local do concelho de Santarém e se as mesmas têm respostas sociais adequadas para satisfazer as necessidades da população.

Para a concretização dos objetivos definidos socorremo-nos de uma revisão bibliográfica procurando definir os conceitos essenciais associados ao terceiro setor, à economia social, às IPSS e ao desenvolvimento local.

A metodologia utilizada assentará na aplicação de um inquérito por questionário às IPSS do concelho de Santarém.

Provou-se efetivamente que as IPSS contribuem para o desenvolvimento local e que estas respondem às necessidades locais através de respostas sociais adequadas e permitem a fixação da população no território. As IPSS do concelho de Santarém têm como principais áreas de atuação a terceira idade e a infância e dão resposta aos seus beneficiários recorrendo principalmente a financiamentos da Segurança Social. Porém estas instituições não funcionam de forma isolada e procuram estabelecer protocolos com diversas entidades locais.

Palavras-Chave: Economia Social, Desenvolvimento Local, Instituições Particulares de Solidariedade Social

Abstrat

The main subject of the final project for the master's degree on Social Economy Organizations Management were Private Institutions of Social Solidarity.

Specifically, the main goal is to characterize Private Institutions of Social Solidarity of Santarém, understanding if they have the notion that contribute to the local development of the county of Santarém and if they have adequate social responses to satisfy the needs of the population.

To achieve these objectives, we have drawn on a bibliographic review in order to define the key concepts related to third sector, social economy, Private Institutions of Social Solidarity and local development.

The methodology used is based on a questionnaire survey addressed at Private Institutions of Social Solidarity of Santarém.

It has been effectively proven that Private Institutions of Social Solidarity contributes to local development and that they respond to local needs through appropriate social responses and allow the population to be set in the territory. The Private Institutions of Social Solidarity of Santarém county have, as main users, senior citizens and children and respond to their beneficiaries using mainly the financing of Social Security. However, these institutions do not function in isolation and seek to establish protocols with various local entities.

Keywords: Social Economy, Local Development, Private Institutions of Social Solidarity

Índice

Introdução.....	1
Parte I: Enquadramento Teórico.....	4
Capítulo I: O Terceiro Setor e a Economia Social.....	4
1.1. Terceiro Setor.....	4
1.2. Economia Social.....	7
1.3. Evolução Histórica da Economia Social na Europa.....	10
1.3.1. A Economia Social em Portugal.....	12
Capítulo II: As IPSS e o Desenvolvimento Local.....	22
2.1. As IPSS.....	22
2.2. O Desenvolvimento Local.....	28
2.2.1 A Importância das IPSS no Desenvolvimento Local – Revisão de Fontes Mediáticas.....	38
Parte II: Estudo Empírico Aplicado às IPSS do Concelho de Santarém.....	42
Capítulo I: Caracterização do Concelho de Santarém.....	42
1.1. Dimensão Sociodemográfica.....	42
1.2. Dimensão Económica.....	45
Capítulo II: Metodologia.....	49
2.1. Problemática, Questões de Investigação e Objetivos.....	49
2.2. Hipóteses de Estudo.....	50
2.3. Tipo de Estudo.....	50
2.4. Instrumento Recolha de Dados.....	52
2.5. Procedimentos.....	53
2.5.1. Pré-teste.....	53
2.5.2. Aplicação do Inquérito.....	54
2.5.3. Público-Alvo.....	54
Capítulo III: Análise dos Dados.....	56

3.1. Caracterização do Inquirido.....	56
3.2. Caracterização das IPSS.....	57
3.2.1. Distribuição das Instituições por Freguesia.....	57
3.2.2. Anos de Existência e Fim Estatutário das IPSS	60
3.2.4. Serviços Prestados pelas IPSS.....	62
3.3. Estrutura Organizativa das IPSS	68
3.3.1. As Relações Organizacionais das IPSS	70
3.3.2. A Comunicação das IPSS	72
3.3.3. A Responsabilidade Social das IPSS.....	72
3.4. Recursos Económicos	74
3.5. Recursos Humanos.....	76
3.5.1. A Caracterização dos Recursos Humanos das IPSS	76
3.5.2. A Formação dos Recursos Humanos.....	77
3.5.3. A Avaliação de Desempenho dos Colaboradores	78
3.5.4. O Voluntariado nas IPSS	79
3.6. Sistemas de Gestão da Qualidade.....	81
3.7. Portugal 2020	83
3.9. Noção da Organização sobre a sua Intervenção a Realidade Local	85
Capítulo IV: Considerações Finais	94
Bibliografia.....	98

Índice de Figuras

Figura 1.1: Áreas de Atuação do Terceiro Setor.....	6
Figura 1.2: Principal Público-Alvo da Ação da Economia Social em Portugal.....	21
Figura 2.1: Categorias de Referência do Desenvolvimento Local Sustentável.....	37

Índice de Quadros

Quadro 1.1: Períodos Evolutivos da Economia Social.....	11
Quadro 1.2: Características Distintivas das Organizações da Economia Social.....	16
Quadro 1.3: Principais Indicadores por Grupos de Entidades da Economia Social.....	19
Quadro 1.4: Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social.....	20
Quadro 2.1: IPSS por Grupos de Entidades da Economia Social e por Atividade.....	24
Quadro 2.2: As IPSS de Portugal por Distrito.....	25
Quadro 2.3: Respostas Sociais.....	26
Quadro 2.4: Tipos de Desenvolvimento.....	30
Quadro 1.1: População Residente em Cada Freguesia e Pelos Respetivos Grupos Etários.....	43
Quadro 1.2: Pessoal ao Serviço nas Empresas por Município da Sede.....	47
Quadro 2.1: Amostra de Estudo.....	55
Quadro 3.1: Identificação das IPSS, por Freguesia.....	59
Quadro 3.2: Área de Abrangência das IPSS.....	60
Quadro 3.3: Fim Estatutário das IPSS.....	62
Quadro 3.4: Serviços Prestados Pelas IPSS.....	64
Quadro 3.5: Outras Respostas Sociais/ Projetos das IPSS.....	65
Quadro 3.6: Aumento da Capacidade das Respostas Sociais.....	66
Quadro 3.7: Natureza Jurídica das Organizações.....	68
Quadro 3.8: Fontes de Financiamento.....	74
Quadro 3.8: Idade dos Colaboradores das IPSS.....	77
Quadro 3.9: Habilitações Literárias dos Colaboradores das IPSS.....	77
Quadro 3.10: Idade dos Voluntários das IPSS.....	80

Quadro 3.11: Horas de Voluntariado Realizado nas IPSS.....	80
Quadro 3.12: Atividades Desenvolvidas pelos Voluntários nas IPSS.....	81
Quadro 3.14: Cedência de Fundos/Prémios às IPSS.....	85
Quadro 3.15: Fatores Que Dificultam a Atuação das IPSS.....	87
Quadro 3.16: As Instalações das IPSS.....	88
Quadro 3.17: Áreas de Intervenção Necessárias Implementar nas IPSS.....	89
Quadro 3.18: Respostas Sociais a Implementar nas IPSS.....	90
Quadro 3.19: Áreas de Intervenção Necessárias a Implementar no Concelho.....	90
Quadro 3.20: Respostas Sociais a Implementar no Concelho.....	91
Quadro 3.21: Atividades com Maior Representatividade para as IPSS.....	91
Quadro 3.22: Medidas a Implementar nas IPSS.....	92
Quadro 3.23: Obtenção dos Objetivos das IPSS.....	93

Índice de Gráficos

Gráfico 1.1: Entidades de Economia Social, por Atividade.....	17
Gráfico 1.1. População Empregada por Setor de Atividade Económica.....	46
Gráfico 3.1: Cargo/Função Desempenhado na Instituição.....	56
Gráfico 3.2: Tempo de Permanência na Instituição.....	57
Gráfico 3.3: População Residente no Concelho, por Freguesia.....	58
Gráfico 3.4: Anos de Existência da Organização.....	61
Gráfico 3.5: Aumento da Capacidade das IPSS.....	66
Gráfico 3.6: Lista de Espera das IPSS.....	67
Gráfico 3.7: Integração das Organizações em Diversos Organismos.....	69
Gráfico 3.8: Descentralização das Políticas Sociais do Estado.....	69
Gráfico 3.9: Envolvimento em Parcerias.....	70
Gráfico 3.10: Entidades de Cooperação com as IPSS.....	71
Gráfico 3.11: Meios de Divulgação Utilizados.....	72
Gráfico 3.12: Responsabilidade Social das IPSS.....	73
Gráfico 3.13: Tipo de Doações Realizadas às IPSS.....	76
Gráfico 3.14: A Existência de Voluntariado nas IPSS.....	79
Gráfico 3.15: Implementação dos SGQ nas IPSS.....	82
Gráfico 3.16: Candidaturas das IPSS ao Portugal 2020.....	84
Gráfico 3.17: A Oferta de Serviços das IPSS a Nível Local.....	87
Gráfico 3.18: Os Recursos Humanos e o Bom Funcionamento das IPSS.....	88

Índice de Anexos

Anexo A: Inquérito por Questionário.....	104
--	-----

Siglas e Abreviaturas

ACFA – Associação com Fins Altruísticos

CAOES - Classificação das Atividades das Organizações de Economia Social

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CLASS - Conselho Local de Ação Social de Santarém

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Local

CSES - Conta Satélite da Economia Social

EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza

ECT – Equivalente a Tempo Completo

ERPI - Estrutura Residencial Para Idosos

ES - Economia social

EU - União Europeia

FBC - Formação Bruta de Capital

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia

GIAIS - Grupo de Instituições de Apoio a Idosos do Concelho de Santarém

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MASES – Medida de Apoio à Segurança dos Equipamentos Sociais

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OES - Organizações de Economia Social

ONG - Organizações Não Governamentais

PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

PIB - Produto Interno Bruto

POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

RSE - Responsabilidade Social das Empresas

RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

SCA – Subsetores Comunitário e Autogestionário

SGQ - Sistemas de Gestão da Qualidade

UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santarém

VAB - Valor Acrescentado Bruto

Introdução

A presente dissertação de mestrado é subordinada ao tema “A Importância das IPSS Para o Desenvolvimento Local: O Caso do Concelho de Santarém”.

A escolha deste tema foi motivada pelo facto de cada vez mais existirem organizações de economia social a satisfazerem as necessidades dos indivíduos e consequentemente a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos nas mais diferentes áreas e nas várias etapas de vida. Estas organizações, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são fulcrais na difusão de serviços que passam pelas necessidades locais de uma comunidade, através de respostas sociais, contribuindo assim para o desenvolvimento local dos territórios, ou seja, a economia social é uma nova estratégia de desenvolvimento local.

As organizações de economia social, em particular as IPSS são fundamentais na nossa sociedade não só pelo aumento das suas potencialidades, mas também pela necessidade de colmatar algumas lacunas que o Estado não consegue suprimir e o mercado não tem interesse em colmatar. Estas também são importantes porque tem a preocupação e a necessidade de responder aos novos problemas sociais com que as sociedades atuais se deparam, como o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

As IPSS em Portugal podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional. Este tipo específico de organizações tem como objetivos o apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.

Com este estudo pretendo analisar um conjunto de IPSS e compreender de que forma é que estas contribuem para o desenvolvimento local em diferentes vertentes, ou seja, proponho-me a tentar identificar o papel desempenhado pelas IPSS em relação ao espaço em que se inserem, de forma a encontrar os reais contributos que estas instituições trazem para a população local, nomeadamente se contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Face ao exposto considero uma mais-valia trabalhar este tema porque é importante entender a atuação das IPSS nos territórios e perceber qual o seu impacto no desenvolvimento local e se os dirigentes das IPSS tem a noção que contribuem para o desenvolvimento local.

Para aprofundar melhor este tema optei por ir ao encontro das instituições da economia social existentes no concelho onde resido, voltando o estudo para as IPSS existentes no concelho de Santarém, de forma a perceber as suas potencialidades e contributos para o desenvolvimento local e conseqüentemente o seu impacto a nível regional, uma vez que consiste numa zona em que o envelhecimento da população é cada vez mais acentuada e o número de nascimento é menor.

O início deste estudo passou por uma pesquisa exploratória do tema, de forma a perceber, não apenas as características do terceiro setor, mas também as origens históricas da economia social, como também a sua definição e a multiplicidade de organizações que esta engloba, em particular as IPSS. Por outro lado, procurei compreender as dimensões do desenvolvimento local e as suas potencialidades para o reforço da identidade local e para a fixação da população nos territórios.

Foi também necessário definir uma metodologia adequada à investigação que pretendia realizar, começando por definir a questão de partida e hipóteses que orientaram o estudo, passando depois a realizar uma revisão de literatura considerando os contributos de diversos autores relevantes na área.

Assim, baseando-me na pesquisa exploratória que realizei previamente, formulei a seguinte pergunta de partida: Qual a importância das IPSS para o desenvolvimento local?

Para melhor desenvolver aquilo a que me propus, desenvolvi uma hipótese geral e uma hipótese operacional, as quais passo a listar:

Hipótese 1: Existe a noção que as IPSS contribuem para o desenvolvimento local.

Hipótese 1.1: As IPSS locais têm respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população do concelho de Santarém.

Para efeito de recolha de evidência empírica procedeu-se à realização de inquéritos por questionário às IPSS e assim recolhendo informação estatística, de forma a obter dados que contribuíssem para o enriquecimento do estudo e me levassem ao encontro da realidade das IPSS do concelho de Santarém.

Através da análise de frequências procurou-se obter um retrato tão fiel quanto possível acerca da perceção se as entidades em estudo têm respostas adequadas para responder às necessidades da população local e se aqueles que se encontram à frente

destas organizações têm do contributo que estas instituições representam para o desenvolvimento da localidade em que se inserem.

Esta dissertação é constituída por duas partes distintas, compostas por diversos capítulos, os quais são internamente subdivididos em vários subcapítulos que permitem uma adequada compreensão dos temas abordados.

A primeira parte do presente estudo refere-se ao enquadramento teórico e compreende dois capítulos. O primeiro capítulo aborda as bases teóricas da dissertação desde as raízes da economia social e a distinção entre esta e o terceiro sector. O capítulo seguinte compreende a caracterização das IPSS e por fim o desenvolvimento local e as suas diversas particularidades.

A segunda parte da dissertação abrange três capítulos, sendo que no primeiro é exposto a caracterização do concelho de Santarém. Já no capítulo dois, é apresentado o desenvolvimento metodológico da dissertação, desde a metodologia utilizada, passando pelo inquérito por questionário a aplicar para obter dados relevantes para o estudo. No capítulo quatro são apresentados os resultados deste estudo, através da recolha dos dados estatísticos relevantes que foram obtidos.

Por fim são apresentadas as considerações finais, as principais conclusões que o estudo permitiu apurar.

Parte I: Enquadramento Teórico

Capítulo I: O Terceiro Setor e a Economia Social

A revisão da literatura no âmbito das organizações de economia social é essencial para que se compreenda o desenvolvimento desta dissertação, centrada num tipo específico de organizações de economia social (as IPSS) – particularmente quanto à sua importância para o desenvolvimento local.

Este capítulo compreende uma breve abordagem ao terceiro setor e à economia social, sustentando a reflexão em diversas referências teóricas consideradas as mais pertinentes sobre esta temática, incidindo sobretudo na “desmistificação” do terceiro setor e a evolução da economia social, considerando sempre as diversas organizações que constituem a economia social.

1.1. Terceiro Setor

O conceito terceiro sector não reúne um consenso unânime relativamente à sua interpretação e depende de país para país. Segundo Quintão (2004), existem diversas designações sinónimas: economia social, economia solidária, organizações não lucrativas, terceiro sistema, entre outras. Desta forma, torna-se necessário clarificar o conceito enunciado.

Silva (2013, p.71) refere que o surgimento do terceiro setor reside nas profundas alterações do Estado e atualmente é necessária a intervenção doutros agentes para assegurar funções tradicionalmente assumidas pelo Estado, dada a escassez de recursos públicos. Assim, houve a necessidade de “*transferir algumas das funções do Estado em matéria de desenvolvimento social quer para o sector privado ou para o chamado «Terceiro Sector»*”, tido como um conjunto de organizações que não sendo públicas, todavia desenvolvem atividades de grande utilidade coletiva.

Também Carvalho (2005) menciona que este setor tem cada vez mais importância e o seu crescimento tem sido notável nos últimos anos sobretudo nos países desenvolvidos, em que o seu peso e influência é crescente nos orçamentos do Estado. Presentemente existe um aumento de programas de apoio social e de mudança comportamental, procurando o aumento do bem-estar das populações mais desfavorecidas e não só. Desta forma, o terceiro setor tenderá a assumir um peso cada vez

maior nas economias, devido à crescente procura de bens e serviços fornecidos por várias entidades de economia social.

O surgimento do terceiro setor deve-se sobretudo às transformações e à crise do bem-estar. Como refere Donati (1997), ao definir este conceito deve-se considerar a perspetiva externa, atendendo ao ponto de vista da sociedade e das instituições que observam o terceiro sector. Mas também será de ter em conta a perspetiva interna, que é desenvolvida a partir do interior do terceiro sector através das suas instituições. Segundo o autor este sector não consiste numa mistura entre o sector público e o sector privado, mas numa realidade *sui generis* composta por esferas próprias que se deparam com relações sistémicas com os outros sectores. Este sector consiste produz os “bens relacionais”, que não podem ser produzidos por organizações estritamente públicas.

Franco, Sokolowski, Hairel e Slamon (2005), também apresentam o conceito de terceiro sector como um conjunto organizações que fornecem uma variedade de serviços humanos. As organizações deste tipo são reconhecidas por identificarem e preencherem as necessidades não satisfeitas da população, por inovar, por prestar serviços de qualidade, com frequência e por auxiliar os indivíduos com maiores necessidades.

Segundo a perspetiva de Quintão (2004, p.2), as várias entidades no terceiro sector referem-se a um conjunto de:

Organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos dominantes – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado.

Neste setor enquadram-se diversas organizações que, segundo Quintão (2011), no mundo ocidental são as associações, as cooperativas e as mutualidades, entre outras formas institucionais por vezes abrangidas, assim como as fundações, os sindicatos, os clubes recreativos, organizações religiosas, entre outros. O autor referido menciona que este setor atua numa grande diversidade de áreas, como se pode verificar na ilustração seguinte.

Figura 1.1: Áreas de Atuação do Terceiro Setor.

Fonte: Quintão (2004).

Quintão (2004) afirma que o terceiro setor apresenta uma grande relevância em diversos domínios, nomeadamente:

- a) Do ponto vista económico por produzir bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica (serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto, inserção social profissional de públicos desfavorecidos e serviços de proximidade). Nos últimos tempos estas organizações têm dinamizado novas áreas de atividade, produtos, serviços, mercados, em resposta a diversas necessidades sociais não satisfeitas pelos setores públicos ou privado lucrativo;
- b) Do emprego e da luta contra o desemprego por se apresentar como um setor empregador. A Comissão Europeia estima que este sistema suporte 9 milhões de empregos. É um setor com um grande potencial de criação de emprego e por se dedicarem à formação e à inserção socioprofissional, principalmente de grupos desfavorecidos;
- c) Da luta contra a exclusão social e do potencial para a construção do modelo social europeu. Este setor emergiu devido ao agravamento da pobreza e da exclusão social e no seu seio desenvolveram-se novas respostas para satisfazer as necessidades sociais. Criaram-se projetos sociais e económicos alternativos à economia de mercado que posteriormente reafirmaram o seu potencial de

inovação, desenvolvendo novas formas de trabalho em rede e parceria, autónomas do sector público e do setor privado;

- d) Do desenvolvimento local: a contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento local pode ser direta, pelo facto de muitas organizações terem como objetivo principal o próprio desenvolvimento, mas principalmente pelas suas características e ação, sobretudo a criação de respostas às situações, públicos e regiões mais desfavorecidos, criação de emprego e o estímulo à participação.

De forma resumida o terceiro setor refere-se a um conjunto de organizações que não sendo públicas, desenvolvem, asseguram e prestam bens e serviços em diferentes áreas que o Estado por si só não consegue responder. Este setor procura aumentar o bem-estar das populações mais desfavorecidas tem, para mais, um grande peso nas economias devido à crescente procura de bens e serviços prestados pelas entidades de economia social, tornando assim este setor específico revelante em diversos domínios.

Este setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que gerem bens e serviços públicos e privados. Enquanto que a economia social surge como uma nova economia que se preocupa com a satisfação das necessidades sociais não satisfeitas pela produção mercantil, como se pode observar seguidamente.

1.2. Economia Social

No surgimento de conceitos referentes a esta temática afirma-se que primeiro surgiu a economia social e posteriormente o terceiro setor. Caeiro (2008) refere que o conceito de economia social surge na Europa no século XVIII e segundo Quintão (2004, p.4), o conceito terceiro setor é usado pela primeira vez em 1979 por J. Delors e J. Gaudin num texto intitulado “*Pour la création d’un Troisième secteur coexistante avec celui de l’économie de marche et celui des administrations*”.

Porém Garrido (2015) apresenta a economia social como o conjunto de entidades que se organizam para a produção de bens e a prestação de serviços sem que o capital constitua um fim em si mesmo, antes um meio de realização de fins socialmente úteis. Caeiro (2008) acrescenta que o conceito de economia social foi sofrendo constantes alterações e que este termo consiste num conjunto de organizações privadas que não têm

fins lucrativos, mas que se autofinanciam tendo objetivos de cariz social que nem o sector público nem o sector privado são capazes de alcançar e levar a cabo.

A missão da economia social manifesta-se em três áreas fundamentais: a produção de bens e serviços, a promoção da cidadania e o interesse pela comunidade, como apresentado por Campos (2005, p.7). Este autor acrescenta ainda, que a economia social se refere:

Às organizações que atuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas. A economia social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas.

Defourny (2009) apresenta no Dicionário Internacional da Outra Economia duas grandes linhas de definição da economia social e que é exatamente a combinação entre ambas que resulta a definição mais adequada. Desta forma, a primeira linha consiste na identificação das principais formas jurídicas e institucionais nas quais se registam a maioria das iniciativas de economia social e que consistem nas cooperativas, mutualidades, associações e fundações. A outra linha da economia social refere-se aos traços comuns das iniciativas que a compõe e que são o facto de terem como finalidade o serviço aos membros ou à coletividade, a autonomia de gestão, o controlo democrático pelos membros, a primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na repartição dos excedentes.

A definição de economia social proposta pelo Comité Económico e Social Europeu (2007) refere-se a um:

Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de não-mercantis a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.

Através das definições apresentadas é possível verificar que as diversas organizações de economia social apresentam características gerais em comum (Mendes, 2015). Nomeadamente:

- Têm personalidade jurídica;
- São privadas;
- Têm formas de autogoverno;
- São de adesão voluntária;
- São recetivas a contribuições voluntárias dos seus membros ou de outras entidades;
- Abrangem nas suas missões principais o incentivo à organização da ação coletiva para o desenvolvimento de relações mais solidárias entre os indivíduos e com o meio ambiente em que estão inseridos;
- Fazem isso através da prestação de um conjunto de bens ou serviços onde têm uma posição importante um ou vários dos tipos seguintes:
 - Bens ou serviços privados necessários a uma vida humana digna, fornecidos gratuitamente, ou por um valor reduzido a utentes que não os podem pagar a um preço que cubra o respetivo custo;
 - Bens ou serviços privados produzidos, vendidos, ou comprados de uma forma cooperativa pelos membros da organização de modo a aumentarem o seu poder de mercado;
 - Bens partilháveis;
 - Bens públicos, como por exemplo, redução da pobreza e outras formas de exclusão social, defesa dos direitos, humanos, redução das disparidades regionais, proteção do ambiente, proteção do património cultural e arquitetónico, proteção civil, melhoria da saúde pública, produção de conhecimento do domínio público, entre outros;
 - Bens de clube que colaborem para relações sociais mais solidárias;
 - Combate a questões de sobre-exploração de bens utilizados em regime de livre acesso;
 - Produção de bens relacionais onde esta é escassa, ou a sua qualidade é má;
 - Para produzirem esses bens e serviços, formam um património gerido em regime de propriedade comum.

Mendes (2015) afirma que a economia social também pode ser entendida como o estudo dos fatores de natureza económica que contribuem para a maximização de problemas sociais, ou de mudanças sociais, em diferentes áreas - como por exemplo, desemprego, pobreza, formas de exclusão social, disparidades regionais, envelhecimento da população e feminização da população ativa.

Segundo Namorado (2004, p.7), além das organizações que a compõem a economia social representa um *“espaço conceptual e doutrinário sulcado por perspectivas por vezes contraditórias, lugar de conceções em amadurecimento, espaço de concorrência entre correntes de pensamento diferentes, mas no seio do qual se reforça a ideia de que estamos perante um campo fecundo, elemento de uma globalização diferente daquela que predomina hoje”*.

Nesta pesquisa verifica-se que a economia social representa uma grande parte do terceiro setor e que as diversas organizações deste setor específico contêm um conjunto de características comuns e apresentam como principal missão a produção de bens e serviços para responder a necessidades não satisfeitas da população, contribuindo para o aumento do seu bem-estar e qualidade de vida.

O terceiro setor dá importância a todas as atividades/iniciativas privadas de utilidade pública e a economia social reúne atividades económicas que não visam o lucro, mas embora sejam de iniciativa privada, compartilham os seus objetivos com o setor público e focam a sua atuação nos problemas sociais da sociedade.

1.3. Evolução Histórica da Economia Social na Europa

O surgimento da economia social moderna atribui-se à sociedade francesa. Este termo surgiu em 1830, em Paris quando Charles Dunoyer publicou um tratado de economia social onde defendeu uma abordagem moral da economia. (Monzón e Chaves, 2008). Sendo este conceito desenvolvido na Europa é de toda a importância conhecer a sua evolução ao longo dos tempos de modo a compreender a relevância que a economia social assume neste espaço

O surgimento da economia social na Europa foi impulsionado no século XIX em diversos países nomeadamente, na Inglaterra em 1844, onde nasceu a primeira grande aventura cooperativa, a cooperativa dos chamados “Pioneiros de Rochdale”. Esta comunidade em 1878, chegou a ter 10 mil membros e organizou-se de forma cooperativa

em todas as suas atividades económicas quotidianas: criaram uma cooperativa de consumo, uma cooperativa de construção de habitação, uma cooperativa de produção e fomentaram a produção agrícola. Estabeleceram como princípio de funcionamento a regra de “um homem um voto”, e determinaram a constituição de um fundo comum para educação, bem como que a venda dos produtos seria a preço de custo.

No quadro seguinte é possível verificar uma delimitação temporal da evolução da economia social definida por Caeiro (2005), que abrange cinco importantes períodos evolutivos.

Quadro 1.1: Períodos Evolutivos da Economia Social.

1791-1849	Este período é fortemente marcado pela Revolução Francesa e a luta por ideais que dá origem a um conjunto de movimentos associativos ligados ao proletariado. Começam a surgir as primeiras cooperativas, com o objetivo de potenciar emprego e diminuir as desigualdades sociais.
1850-1900	Nesta época existe um reforço do papel do Estado francês e dada a situação que a Europa ultrapassa, o Papa intervém através da encíclica <i>Rerum Novarum</i> apelando à população o regresso ao associativismo das profissões, o que originou o aumento de associações.
1901-1945	Neste espaço de tempo ficou marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa que consequentemente acabaram por alterar a situação da Europa, até à 2ª Guerra Mundial ocorre uma fragmentação das cooperativas e mutualidades existentes. Com o final dos conflitos, gera-se uma mudança de mentalidade da sociedade e um aumento das preocupações sociais e maior intervenção do Estado.
1945-1975	Posteriormente à 2ª Guerra Mundial, o modelo de Estado vai-se alterando, passando a ter uma maior intervenção na economia e a prosseguir também fins sociais, em função da necessidade de reconstrução de uma Europa destruída pela guerra. Assim, existiu uma grande dispersão do conceito só em 1970 é que economia social volta a ter relevância.
1975-2006	Nos anos 70 começa a surgir a crise do Estado de Bem-Estar e é também a partir desta fase que a economia social passa a ter novamente importância, o Estado deixa de ter meios para fazer face às crescentes dificuldades sociais e surge ainda a promoção da inclusão social. Assim o número de associações, mutualidades e cooperativas cresceu significativamente nos âmbitos mais diversificados, o que originou também novos postos de trabalho. No ano de 1975 surge o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas em França, onde posteriormente em 1981 esta passa a fazer parte integrante da Delegação Interministerial para Economia Social do governo, passando a depender de uma Secretaria de Estado. Em Portugal surge a União das Misericórdias Portuguesas em 1976 que teve um papel preponderante no progresso das áreas de atuação deste tipo de IPSS.

Fonte: Caeiro (2008).

Atualmente, a economia social tem um papel predominante na economia europeia como refere o Comité Económico e Social Europeu (2007). Este tipo específico de economia tem cerca de 2 milhões de organizações em todo o espaço europeu, as quais representam 10% do total das empresas deste território garantindo postos de trabalho aproximadamente a 11 milhões de cidadãos europeus, ou seja, dando emprego a quase 7% da população ativa da União Europeia.

Monzón e Chaves (2008, p.26) acrescentam que este tipo de economia na sociedade europeia funciona como um polo de utilidade social entre o setor capitalista e o setor público e, sobretudo, é constituída “*por uma enorme pluralidade de atores e o seu campo de ação alarga-se a todas as necessidades sociais, antigas ou novas*”. Estas necessidades podem ser satisfeitas por pessoas vinculadas a uma empresa no mercado, ou por associações e fundações que prestam serviços de «não mercado» a pessoas individuais ou famílias e cujo financiamento provém, normalmente, de donativos, quotas de sócios, subsídios, entre outros.

A economia social tem um grande peso quantitativo na Europa, para além de nas últimas décadas ter contribuído fortemente e eficazmente para a resolução de novos problemas sociais (Comité Económico e Social Europeu, 2007). Este setor procura reforçar a sua posição enquanto instituição imprescindível ao desenvolvimento económico sustentável e estável, adaptando os serviços às diversas necessidades, procurando, também salários mais justos e uma correta distribuição da riqueza, retificando alguns desequilíbrios. Por conseguinte, a economia social procura reforçar a democracia económica.

Em suma, a economia social surgiu no século XVIII, em França e ao longo do tempo tem sido várias as iniciativas que reforçam a sua importância nas sociedades, principalmente adaptando os serviços às necessidades sociais sentidas em cada período temporal.

1.3.1. A Economia Social em Portugal

Em Portugal, de acordo com Franco et al. (2005), a economia social está fortemente marcada por acontecimentos históricos, principalmente com aspetos relacionados com a igreja católica, a extensa tradição de mutualidade e autoajuda do país, a longa história de controlo político e o desenvolvimento nas últimas décadas de elementos-chave de um Estado de bem-estar moderno e uma delegação crescente do Estado nas organizações não lucrativas.

É desde o século XII, que existem várias organizações que hoje se incluiriam na economia social ligadas à igreja, ou pelo menos foram inspiradas na doutrina nas Obras de Misericórdia e nos valores cristãos.

Em Portugal, a igreja católica, foi fundamental no prosseguimento da economia social, na criação de diversas instituições geridas pelos princípios de solidariedade social,

mutualismo e cooperação. As Misericórdias surgiram no século XV e tinham como missão dar resposta ao aumento vertiginoso da pobreza no país e sobretudo ajudavam as mulheres e as crianças.

A origem das organizações da economia social remonta ao século XIX, com o desenvolvimento das mutualidades, mas as suas raízes encontram-se nas confrarias e nos celeiros comuns, organizados de acordo com princípio da solidariedade profissional. Relacionadas aos movimentos socialistas e operários, as mutualidades surgiram nos sectores da saúde e da educação, no crédito (as mútuas agrícolas) e nas atividades culturais. Nesta época existiu ainda o desenvolvimento do cooperativismo em Portugal.

As organizações de economia social em Portugal foram desde sempre bastante influenciadas e condicionadas pelas diversas políticas dos governos. Principalmente na época da implementação da 1ª República, fundamentada nos princípios do liberalismo democrático.

Em 1974, com a Revolução dos Cravos, existiu a instauração da democracia que permitiu uma nova perspetiva política, social e económica. No final, desta década o Estado implementou o Sistema Nacional de Saúde. Neste marco histórico foi possível assistir ao aumento do número de cooperativas e surgiram novos ramos. Em 1976 a Constituição da República Portuguesa permitiu consolidar aspetos de proteção social e em 1980 foi publicado o Código Cooperativo.

Franco et al. (2005) acrescentam que a partir desta altura existiu movimentos associativos preocupados com os diversos aspetos da vida social. É neste ambiente que as IPSS, que eram intituladas de Instituições de Assistência, começaram o seu crescimento sem antecedentes.

Quintão (2004) acrescenta que na Revolução de 1974, assistiu-se a um forte dinamismo das formas de organização da sociedade civil. As primeiras formas de organização a surgirem foram as organizações associadas ao resgate de direitos e liberdades fundamentais de um Estado democrático. Designadamente: as associações políticas, sindicais e patronais, iniciativas sociais básicas (habitação, saúde, trabalho, alfabetização) desenvolvidas por associações de moradores, associação de educação popular, iniciativas de desenvolvimento comunitário local em contextos urbanos e rurais e outras iniciativas de resposta a grupos específicos, principalmente crianças com deficiência.

Neste período procurava-se a mobilização da sociedade civil para a resposta a necessidades sociais básicas e Portugal apresentava um menor desenvolvimento

económico e político relativamente aos outros países europeus onde os novos movimentos sociais (feminista, ambientalista, pacifista, defesa de direitos e interesses de minorias) davam origem a novas áreas de intervenção.

O final dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80 foram marcados por constrangimentos económicos e pela introdução de políticas de orientação liberal. Contrariamente ao período anterior existiu um retrocesso, nomeadamente muitas mutualidades e iniciativas espontâneas informais destituíram-se sem alcançarem uma formalização institucional; no entanto, muitas outras sobreviveram e criaram novos ramos.

Posteriormente, em 1986 com a entrada de Portugal na União Europeia (U.E.) inicia-se um período de estabilidade e de integração política, económica e social, alcançando os padrões europeus e conseqüentemente a integração nacional nas dinâmicas europeias da área social.

À semelhança do contexto europeu assistiu-se ao crescimento do número de organizações, principalmente associações e cooperativas. No ramo das associações, observou-se o aumento de novas áreas de intervenção, como a defesa dos direitos da mulher, do ambiente, do consumo, dos imigrantes, como forma de associações desportivas e recreativas, associações de bombeiros, entre outras. As associações de desenvolvimento local surgiram em contextos rurais alargando-se para todo território – de modo que em 1998 eram aproximadamente 400. No final dos anos 90, as organizações sem fins lucrativos eram as entidades com mais representatividade eram as entidades com maior representatividade - aproximadamente 17000 (Carneiro, 2006, citado por, Quintão, 2011).

Na área das cooperativas, até meados dos anos 80 existiu um crescimento, mas nos anos 90 a situação inverteu-se e em 2005 contabilizaram-se 3184 cooperativas. As mutualidades à semelhança dos outros países da Europa não apresentaram crescimento e em 1996 verificou-se 120 mutualidades. No ramo das fundações foi possível assistir a um aumento, totalizando-se 350 em 1996. As organizações ligadas à igreja católica como as misericórdias e centros sociais e paroquiais eram os principais agentes no campo da prestação de serviços sociais e continuam com um relevante papel neste domínio.

De acordo com o estudo da Conta Satélite da Economia Social 2013 (CSES), elaborado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016), no nosso país em 2013, contabilizaram-se 111 associações mutualistas, 2117 cooperativas, 389 misericórdias, 578 fundações, 57196

associações com fins altruísticos e foram consideradas 5584 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparadas

Portugal nos últimos anos tem atravessado uma crise económica e financeira. Esta deve-se à instabilidade e pressões governativas nacionais e supranacionais, traduzindo-se no aumento da pobreza, afetando maioritariamente a tipologia dos grupos mais vulneráveis. As causas que levam a este fenómeno são: o desemprego, os baixos salários, as baixas pensões, o fraco nível de educação e saúde, as dependências, o local em que se vive e que, pelas suas próprias características de isolamento, de habitat degradado, de risco de violência ou estigma social. Desta forma, a economia social ganha uma maior importância surgindo novos tipos de organizações fora das leis de mercado e da tutela dos poderes públicos.

Como refere Silva (2010, p.102), a economia social *“pela sua natureza, tende a dar resposta às necessidades reais de bens e serviços das populações, aproveita dos recursos disponíveis, nomeadamente criando oportunidades de emprego para os recursos humanos desempregados ou subutilizados, pratica uma responsabilidade partilhada e inspirada por valores humanos e cívicos”*. As organizações de economia social caracterizam-se pela *“regra de não distribuição dos lucros gerados na actividade, no desenvolvimento de actividades de proximidade que prosseguem como fim último o bem-estar social dos indivíduos e respectivas comunidades, caracterizando-se, algumas delas, pela oferta de bens e serviços quase-públicos ou quase-privados”* (Barros, 1997, citado por, Gouveia, 2009, p.23). No entanto, no quadro 1.2, é possível apontar, algumas características distintivas destas organizações.

Quadro 1.2: Características Distintivas das Organizações da Economia Social.

Valores	Democracia, igualdade, solidariedade, sustentabilidade, subsidiariedade, partilha, proximidade, co-responsabilidade e transparência.
Princípio	As práticas devem ser coerentes com os valores anunciados.
Missão	Satisfação das necessidades inerentes ao desenvolvimento social local.
Fontes de Financiamento	Podem receber fundos de diversas origens e ter uma função de redistribuição, devem gerar resultados operacionais positivos, com receitas próprias (provenientes da produção de bens e serviços vendidos no mercado) que financiem a realização dos seus objetivos.

Fonte: Gouveia (2009, p. 24).

De acordo com o estudo da Conta Satélite da Economia Social 2013 (CSES), elaborado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016), é possível verificar que o setor da economia social em Portugal é caracterizado por uma forte heterogeneidade, tanto em número, como no tipo de atividades desenvolvidas. Em 2013, este setor era constituído aproximadamente por 61.000 entidades.

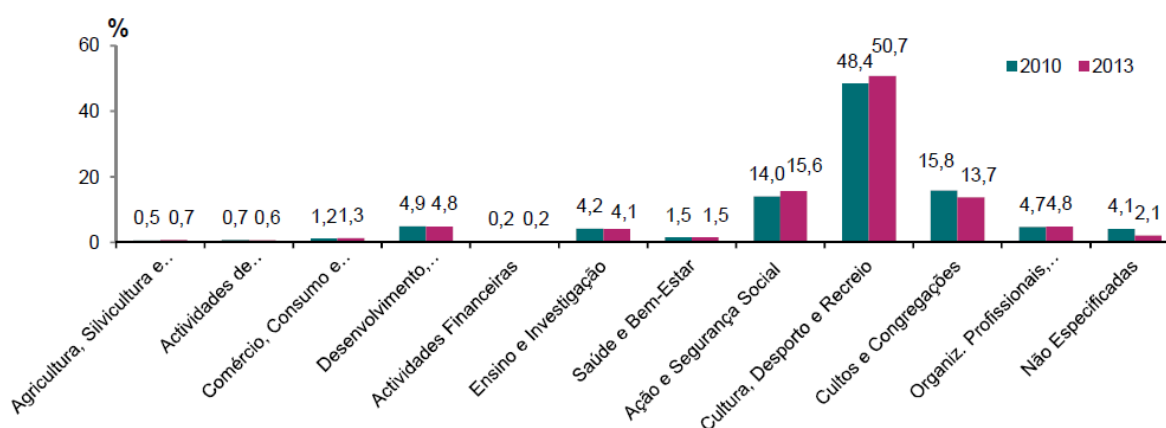
Segundo o Artigo 4.º do Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social, aprovado pela Assembleia da República, por unanimidade, em 15 de março de 2013, na economia social em Portugal integram as seguintes entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social.

O estudo mencionado anteriormente refere que cerca de 50% das Organizações da Economia Social (OES) desenvolviam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. Os cultos e congregações e a ação e segurança social também apresentavam um peso bastante significativo no universo das OES (13,7% e 15,6%, respetivamente), comparativamente ao ano de 2010 a ação e segurança social surge agora em primeiro lugar.

Tal como em 2010, as unidades com menor representatividade estavam relacionadas com a agricultura, silvicultura e pescas (0,7%), as atividades de transformação (0,6%) e as atividades financeiras (0,2%). Como se pode verificar na representação gráfica seguinte.

Gráfico 1.1: Entidades de Economia Social, por Atividade.



Fonte: CASES e INE (2016, p.15).

Segundo a CASES e o INE (2016), em 2013 a economia social em Portugal representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,2% das remunerações, 6,0% do emprego remunerado e 5,2% do emprego total (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho Equivalentes a Tempo Completo (ETC)).

No que concerne à distribuição de emprego remunerado por atividade, verificou-se que 44,6% concentrava-se nas atividades de ação e segurança social, seguindo-se o ensino e investigação e as atividades financeiras (6% e 9,6% do total de remunerações da ES). Ferreira (2009), menciona que nas organizações de economia social têm aumentado as atividades de carácter solidário, havendo um número crescente de trabalho voluntário, mas também de trabalho remunerado e é através desta conjugação que a economia social

pretende ser um elemento potenciador e diferenciador da economia e é nos momentos de crise que apresenta um maior desenvolvimento.

Os recursos destas instituições em 2013 estimaram-se em 13.896,7 milhões de euros, provenientes particularmente, da produção (60,2%), transferências e subsídios (26,7%) e rendimentos de propriedade (10,1%). Apurou-se que as despesas tenham ascendido a 14.308,6 milhões de euros e consistiram, essencialmente, em consumo intermédio (29,1%), remunerações (27,8%) e transferências sociais (24,0%). A poupança corrente foi positiva e as Organizações de Economia Social (OES) beneficiaram de transferências de capital (487,3 milhões de euros) que suportaram cerca de 45% do financiamento da Formação Bruta de Capital (FBC). Em 2013, a ES tinha uma necessidade líquida de financiamento de 412,0 milhões de euros.

Na distribuição do emprego remunerado, as associações e OES representaram 54,6% do emprego da economia social. Destacaram-se as ACFA 64,8%, as misericórdias 16,4%, as cooperativas 11,3%, as fundações 5,9%, as mutualidades 2,3% e os Subsetores comunitário e Autogestionário (SCA) 0,2%.

O VAB originado na Economia Social em 2013 distribuiu-se de forma distinta pelos diferentes grupos de entidades, as associações e outras OES deram origem a 44,7% do VAB, as ACFA responsáveis por 61,0% do VAB, as cooperativas 11,6%, as misericórdias 12,9% do total do VAB da ES.

Relativamente às remunerações a ação e segurança social foram as atividades que mais se destacaram relativamente as remunerações pagas na ES, representando 44,6% do total. Por grupos de entidades, evidenciaram-se as ACFA (62,2% das remunerações da ES), seguindo-se as cooperativas (14,2%), as misericórdias (12,0%), as fundações (5,9%), as associações mutualistas (5,4%) e os SCA (0,2%). No quadro 1.3 é apresentado os principais indicadores por grupos de entidade da economia social.

Quadro 1.3: Principais Indicadores por Grupos de Entidades da Economia Social – 2013.

Grupo de Entidades	Unidades	Emprego (Remunerado)	VAB	Remunerações	VAB / ECT	Remunerações Médias
	N.º	N.º	10 ⁶ €	10 ⁶ €	10 ³ € por ETC remunerado	
Cooperativas	2 117	24.316	489.523	564.425	20,1	23,2
Mutualidades	111	4.896	325.181	216.450	71,9	44,2
Misericórdias	389	35.469	541.225	477.477	15,3	13,5
Fundações	578	10.871	250.851	236.313	23,1	21,7
ACFA	57.196	140.050	2.566.262	2.472.256	18,3	17,7
SCA	877	391	6.437	6.198	17,8	17,2
ES	61.268	215.963	4.206.479	3.973.119	19,5	18,4
Economia Nacional	–	3.582.077	149.768.414	76.279.908	41,8	21,3
ES/ Economia Nacional	–	6,0%	2,8%	5,2%	46,6%	86,4%

Fonte: CASES e INE (2016, p.3).

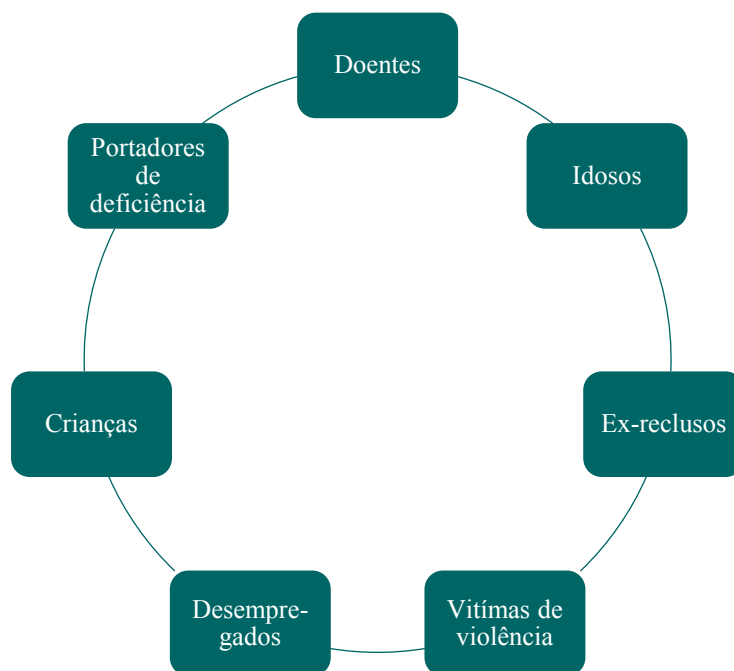
Para além das OES enunciadas no quadro 1.3 existem muitas outras em Portugal, conforme consta da Classificação das Atividades das Organizações de Economia Social (CAOES) – quadro 1.4.

Quadro 1.4: Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social.

Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social	Exemplos
Agricultura, Silvicultura e Pescas	Cooperativas agrícolas, florestais e de pescas.
Atividades de Transformação	Adegas Cooperativas, Cooperativas leiteiras, de produtoras de azeite, de produção têxtil, de indústria de transformação de peles, etc.
Comércio, Consumo e Serviços	Cooperativas de consumo, de comercialização, de distribuição, de prestação de serviços de transportes, rádio etc.
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	Associações de desenvolvimento local, associações de desenvolvimento económico, social e comunitário, associações de proteção animal e ambiental, Cooperativas de habitação e construção, etc.
Atividades Financeiras	Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas económicas, Mútuas de seguros etc.
Ensino e Investigação	Universidades privadas (Fundações, Cooperativas e Associações), Centros de Investigação das Universidades, Colégios do ensino básico e secundário, Escolas de línguas estrangeiras, etc.
Saúde e Bem-Estar	Hospitais e clínicas de reabilitação, casas de saúde, centros de saúde mental e de apoio psicológico, centros de medicina alternativas, etc.
Ação Social	Serviços de ação social das Misericórdias, das Associações de Socorros Mútuos, Serviços Humanitários, Serviços de apoio ao cidadão deficiente, serviços de apoio a idosos e reformados, serviços de apoio à infância e Jovens, Servidos de solidariedade social prestados por associações, IPSS, Cooperativas e casas do povo equiparadas a IPSS, Atividades de voluntariado, organizações cívicas e de defesa de direitos, atividades de filantropia, entidades de emergência e resgate (Ex: Bombeiros Voluntários), bancos alimentares e outros serviços de solidariedade.
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	Associações culturais, Fundações culturais, Cooperativas culturais, Clubes desportivos e recreativos.
Cultos e Congregações	Associações e congregações religiosas, Centros paroquiais, dioceses, confrarias, Irmandades das Misericórdias, Seminários, etc.
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	Órgãos representativos das organizações da Economia Social, organizações empresariais, ordens profissionais, associações de trabalhadores, organizações políticas, etc.
Não Especificadas	Associações de proprietários, de residentes, moradores, de condomínio, associações espíritas, associações estudantis e de antigos alunos, etc.

Fonte: CASES e INE (2013, p.89).

Dada a diversidade de OES existentes, também o público-alvo da economia social do nosso país é muito diverso (figura 1.2).

Figura 1.2: Principal Público-Alvo da Ação da Economia Social em Portugal.

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (2010, p.23).

Nesta pesquisa exploratória conclui-se que a economia social em Portugal foi marcada pelos acontecimentos históricos, principalmente pela igreja católica e pela crescente delegação do Estado nas OES. No entanto, ao longo da história estas viram as suas atuações condicionadas pelas políticas dos governos. Só na década de setenta é que existiu um aumento da preocupação com aspetos relacionados com a vida social e conseqüentemente houve um aumento de organizações e novas áreas de intervenção. Em 1986, com a entrada de Portugal na União Europeia (à data Comunidade Económica Europeia), foi possível uma estabilização económica e uma expansão da economia social no nosso país.

A economia social tem sido fundamental em Portugal nos últimos anos devido à crise económica e financeira, surgiu um aumento da pobreza e as OES procuram dar resposta a necessidades reais conseqüentes da crise. As organizações deste tipo são fulcrais na prestação de serviços nas mais diferentes áreas e públicos, estas são ainda grandes empregadoras maioritariamente em atividades de ação social. Importa referir que seja pelo seu papel na implementação do sistema de proteção social, crescimento quantitativo e pela sua expressividade territorial e económica, assumem uma grande importância no terceiro setor em Portugal.

Capítulo II: As IPSS e o Desenvolvimento Local

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar um enquadramento teórico das IPSS, tipo de organizações escolhido para o presente estudo e posteriormente dissertar sobre o conceito de desenvolvimento local. Desta forma, foi necessário analisar um conjunto de legislação referente à estrutura legislativa que regula a atividade das IPSS e seguidamente foi fundamental recorrer a diversa bibliografia de referência sobre a temática em estudo. Por fim, expomos a importância das IPSS no desenvolvimento local recorrendo à revisão de algumas fontes de relevo.

2.1. As IPSS

Possuem estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social as entidades constituídas sem finalidade lucrativa, como refere o Artigo 1.º do Estatuto das IPSS, aprovado pelo Conselho de Ministros, em 16 de outubro de 2014. Estas surgem “*por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público*” (cf. Decreto de Lei, n.º 172-A/2014, p.5882).

No entanto, para compreender melhor estas organizações específicas é necessário defini-las e compreendê-las melhor. Segundo Coelho (2007, citado por, Almeida, 2015, p.16), as associações são organizações geralmente sem fins lucrativos e que consistem num conjunto de cidadãos em torno de um objetivo social corretamente constituído e regulamentado, sendo que os seus membros permanecerão na associação enquanto o fim para que esta foi criada lhes for útil. Desta forma, “*as associações são compostas por diversos órgãos, regidas por estatutos e regulamentos internos, onde a ação individual e coletiva está espartilhada pelas normas constantes naqueles documentos, isto é, na instituição da personalidade jurídica*”.

De acordo com o Estatuto das IPSS, Artigo 1.º-A, estas organizações prestam serviços e bens e outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, famílias e comunidades, principalmente nos seguintes âmbitos:

- a) Apoio a crianças e à juventude;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;

- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g) Promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- h) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- i) Resolução dos problemas habitacionais das populações.

Para Caeiro (2008), as IPSS podem ter várias formas de associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros mútuos, fundações de solidariedade social e irmandades da misericórdia, e até mesmo União, Federações e Confederações. Pode, ainda, ser concedida a equiparação a IPSS a Cooperativas e Casas do Povo. No entanto, importa verificar que uma IPSS ou equiparada é um estatuto que tem de ser requerido e, logo, concedido, não sendo, por conseguinte, uma forma jurídica de constituição de uma pessoa coletiva. Assim, todos os grupos de entidades anteriormente analisados possuem organizações que são IPSS, seja por inerência legal, como são os casos das Associações Mutualistas e Irmandades da Misericórdia, seja por deferimento do requerimento concedido pela Segurança Social.

No âmbito da Conta Satélite da Economia Social de 2013, foram identificadas cerca de 61 mil unidades OES e existiam mais de cinco mil organizações que possuíam o estatuto de IPSS, sendo a forma jurídica maioritariamente a de Associação com Fins Altruísticos (ACFA) (84,7%), seguindo-se as misericórdias (6,9%), as fundações (3,9%), as cooperativas (2,4%) e por último as mutualidades (1,9%). Mais de 95% das misericórdias e associações mutualistas e menos de 10% do total de cooperativas e ACFA possuem estatuto de IPSS.

Em 2013, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo na ação e segurança social (76,4% do total de IPSS). No quadro seguinte é possível observar as IPSS por grupos de entidades da economia social e por atividade em 2010.

Quadro 2.1: IPSS por Grupos de Entidades da Economia Social e por Atividade – 2010.

CAOES	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Ass. e outras OES	Total
Agr., Sil. e Pescas	0	0	0	0	0	0
Atividades de Transformação	0	0	0	0	0	0
Comércio, Consumo e Serviços	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	3	0	0	0	161	164
Atividades Financeiras	0	5	0	0	0	5
Ensino e Investigação	15	0	0	9	73	97
Saúde e Bem-Estar	18	7	9	16	148	198
Ação Social	78	106	327	170	2 551	3 232
Cultura, Desporto e Recreio	2	0	0	7	289	298
Culto e Congregações	0	0	6	4	968	978
Org. Profissionais, Sindicais e Políticas	1	1	0	0	23	25
Não Especificadas	0	0	0	3	22	25
Total	117	119	342	209	4 235	5 022

Fonte: CASES e INE (2013, p.39).

Segundo Gavino (2014), a maior concentração de IPSS está nas zonas urbanas, principalmente nos distritos de Lisboa, Porto e Braga. No distrito de Santarém existiam 226 IPSS, representando apenas 5,0% das IPSS. O quadro 2.2 enumera o conjunto de IPSS existentes em Portugal distribuídas pelos diversos distritos.

As IPSS serão o foco desta dissertação dada a importância deste tipo de instituições específicas como refere Quintão (2011, p.14):

Pela sua história e papel na implementação do sistema de proteção social, pelo seu forte crescimento quantitativo e pela sua expressividade territorial e económica, assume uma grande relevância na recomposição do terceiro sector em Portugal.

Possuem um estatuto próprio e atualmente surgem cada vez mais instituições com esta forma e que procuram dar resposta a diversas situações de âmbito da ação social.

Quadro 2.2: As IPSS de Portugal por Distrito, em 2012.

Distrito	Total IPSS por distrito	%
Aveiro	307	6,8%
Beja	107	2,4%
Braga	374	8,2%
Bragança	114	2,5%
Castelo Branco	159	3,5%
Coimbra	280	6,2%
Évora	174	3,8%
Faro	147	3,2%
Guarda	316	7,0%
Leiria	208	4,6%
Lisboa	836	18,4%
Portalegre	111	2,4%
Porto	464	10,2%
Santarém	226	5,0%
Setúbal	207	5,0%
Viana do Castelo	134	3,0%
Vila Real	133	2,9%
Viseu	243	5,4%
Total	4540	100%

Fonte: Gavino (2014, p.44).

Segundo o Instituto da Segurança Social (2014), as IPSS podem desenvolver várias respostas sociais. No quadro 2.3 é possível verificar a área de ação social e as respetivas respostas sociais.

Quadro 2.3: Respostas Sociais.

Área de Ação Social	Respostas Sociais
Apoio a crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Creche e creche familiar; - Centro de atividades de tempos livres; - Centro de apoio familiar e aconselhamento parental; - Intervenção precoce; - Lar de apoio; - Equipa de rua de apoio a crianças e jovens; - Centro de acolhimento temporário; - Lar de infância e juventude; - Apartamento de autonomização; - Casa de acolhimento temporário.
Apoio à família	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de atendimento/acompanhamento psicossocial; - Casa de abrigo; - Serviço de apoio domiciliário; - Centro de férias e lazer.
Apoio à integração social e comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento social; - Centro comunitário; - Refeitório/cantina social; - Comunidade de inserção; - Centro de alojamento temporário e comunidade de reinserção; - Ajuda alimentar; - Equipa de rua para pessoas sem-abrigo; - Equipa de intervenção direta; - Apartamento de reinserção social.
Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidados continuados; - Centro de atividades ocupacionais; - Serviço de apoio domiciliário; - Centro de convívio; - Centro de dia; - Centro de noite; - Lar de idosos; - Lar residencial; - Ajuda alimentação; - Equipa de rua para pessoas sem-abrigo; - Equipa de intervenção direta.

Fonte: Instituto da Segurança Social (2014, p. 5-7).

No que concerne às respostas sociais por população-alvo o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2014a) refere que o crescimento do número de respostas sociais que integram a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) situou-se em 2014 em 38 %, por referência ao ano de 2000, traduzindo um acréscimo superior a 3800 novas respostas.

As respostas direcionadas às pessoas com deficiência compõem o grupo de respostas que apresentam o maior crescimento, aproximadamente 86 %, no período de análise 2000-2014; seguindo-se as respostas dirigidas às pessoas idosas com 49%. Relativamente ao grupo das crianças e jovens, a RSES registou um aumento no mesmo período de 22%, o que corresponde a um aumento de 809 novas respostas. No entanto, as respostas dirigidas às pessoas idosas representam 54% do número total de respostas da

RSES, representando a elevada importância que assumem as necessidades de apoio à população idosa, cujo grupo etário tem aumentado de forma significativa na população residente (sendo mais visível no interior do país).

Ainda relativamente às IPSS, estas são economicamente sustentáveis quando são eficientes e eficazes na execução da sua missão. Azedo e Couto (2012, citados por, Silva, Santos, Mata e Martín, 2014) mencionam que as instituições têm três recursos ao seu dispor:

- a) Capital humano (recursos humanos);
- b) Capital financeiro (várias fontes de financiamento, iniciativas de angariação de fundos e análise de investimento);
- c) Capital social (parcerias e intervenção em rede).

Existem diversas estratégias que visam maximizar as receitas das IPSS, nomeadamente:

- a) Apoio financeiro do Estado: assinatura de Acordo de Cooperação entre a IPSS e a Segurança Social, com a atualização anual do Protocolo de Cooperação;
- b) Zona de implementação da IPSS e seleção de utentes: acolhimento de utentes com maior nível socioeconómico e um maior poder económico para poder cobrar participações mais altas. Podem ser aplicadas participações diferentes a utentes não abrangidos pelo Acordo de Cooperação;
- c) Património e donativos: existência de património e volume de donativos.

O Estatuto das IPSS (MSESS, 2014, p.5882) refere que as IPSS *“podem ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por elas criadas, mesmo que em parceria e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins”*. Porém torna-se importante que as IPSS tenham as suas próprias fontes de receitas devido à diminuição do apoio financeiro do Estado. Os fundos do Quadro Comunitário de Apoio em vigor (“Portugal 2020”) representam uma oportunidade de financiamento para muitas IPSS desenvolverem a sua missão, apostarem em novas respostas ou realizarem intervenções necessárias.

Roque (2012, citado por, Silva, et al., 2014) refere que é muito importante que as IPSS tenham um bom relacionamento com todos os *stakeholders*, - os beneficiários, os financiadores e todos os outros elementos que fazem parte da instituição (diretores,

colaboradores, etc.) - porque o envolvimento destes vai influenciar o desempenho da entidade e contribuir para a sustentabilidade financeira.

Em resumo, estas associações específicas com personalidade jurídica desenvolvem sobretudo atividades de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos. As IPSS portuguesas desenvolvem na sua maioria atividades de ação social e são compostas por diferentes respostas sociais dirigidas a diferentes públicos-alvo e o seu financiamento depende criteriosamente do Estado, embora algumas organizações já adotem estratégias para obter receitas próprias.

2.2. O Desenvolvimento Local

O desenvolvimento remonta aos 200 anos que tinha decorrido entre os finais do século XVIII (início da Revolução Industrial) e a Segunda Guerra Mundial. A experiência histórica dos países europeus, nomeadamente das sociedades industriais, levou a boas práticas e abriu o caminho para uma sociedade abundante (Amaro, 2003).

Mas importa rever o conteúdo que deu origem às sociedades industriais que remontam a simbólicos marcos históricos, revoluções com efeitos materiais e objetivos - nomeadamente a revolução agrícola, a revolução comercial, a revolução dos transportes das vias de comunicação e a revolução tecnológica: todas estas contribuíram para a revolução industrial. E, ainda, revoluções com efeitos mais subjetivos e ao nível de valores, particularmente a revolução religiosa, a revolução científica e a revolução política. Estas revoluções influenciaram definitivamente as sociedades industriais e marcaram extremamente o conceito de desenvolvimento que as tomou como referência até aos dias de hoje.

Contudo torna-se imprescindível definir o conceito em estudo. Amaro (2003, p.2) apresenta o conceito de desenvolvimento como um “*mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e clarificar o seu nível de progresso e bem-estar*”.

Assim, Lopes (2012, p.21) menciona que a conceção de desenvolvimento está especificamente ligada à ideia dinâmica de mudança centrada no homem e nas suas estruturas, partindo do indivíduo para a sociedade em que se insere, onde todas as áreas são suscetíveis de transformação. “*No mundo ocidental o conceito de desenvolvimento progressista de cariz económico/industrial reporta a um período recente, onde as*

transformações na sociedade e na economia sofreram uma aceleração vertiginosa, colocando em causa equilíbrios sociais, ambientais e culturais”.

Por outro lado, Lopes (2002, p.19) refere que este conceito assume uma expressão territorial (local) quando se exprime em termos de “*acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas*”. Relativamente à operacionalidade do conceito importa salientar:

- a) Desenvolvimento é acesso e a acessibilidade é mensurável;
- b) Desenvolvimento é acesso, pois é para os indivíduos;
- c) Desenvolvimento é acesso das pessoas, onde vivem, ou seja, não é legítimo contar apenas com a eventualidade de algumas se deslocarem a procurar o desenvolvimento quando este não lhe chega;
- d) Desenvolvimento é acesso das pessoas onde vivem, aos bens e serviços e às oportunidades que permitem satisfazer as suas necessidades básicas, como por exemplo, as necessidades básicas, o emprego e a formação, entre outros.

Este termo de desenvolvimento, quando associado às necessidades básicas tem de ser evolutivo, porque as necessidades básicas vão progredindo ao longo do tempo, cada vez mais existe uma maior exigência. Como podemos verificar na perspetiva de Amaro (2003), nos últimos 200 anos o desenvolvimento trouxe novas características às sociedades, como se pode verificar seguidamente:

- Novas oportunidades de eficiência de produção e conforto de vida, devido às inovações tecnológicas;
- Melhoria dos níveis de escolarização, diminuindo o analfabetismo;
- Aumento dos níveis de produtividade, ou seja, eficiência produtiva e conseqüentemente consumo de bens e serviços, melhorando o bem-estar dos indivíduos;
- Melhoria das coisas de saúde;
- A persistência de diversas formas de mal-estar e carência nos países em vias de desenvolvimento, como por exemplo, analfabetismo, subnutrições e diversas doenças, entre outras;
- O aparecimento de novas formas de mal-estar (desestruturas familiares, individualismo, pobreza e exclusão social, entre outras)
- A ideia que o desenvolvimento esteve associado à degradação da natureza;

- O aparecimento de novas substâncias e novas doenças.

A partir da perspetiva já apresentada Friedmann, (1996, citado por, Lopes, 2012, p.23) apresenta o desenvolvimento como “*sinónimo de pessoas e de investimento em capital humano e de participação, empowerment¹ numa conceção de mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes numa comunidade territorialmente organizada*”.

Amaro (2003) e Lopes (2012) referem que nos últimos tempos tem surgido novas práticas inerentes a este conceito, ou seja, surgiu uma multiplicidade de conceitos que correspondem a diferentes abordagens de desenvolvimento (Quadro 2.4).

Quadro 2.4: Tipos de Desenvolvimento.

Desenvolvimento Sustentável	A solidariedade intergeracional na gestão dos recursos naturais, ou seja, satisfação das necessidades atuais não pondo em causa as necessidades das gerações futuras.
Desenvolvimento Local	O enfoque no território, nas comunidades locais e nas suas capacidades e processos de iniciativa.
Desenvolvimento Participativo	A importância da participação, da cidadania e do <i>empowerment</i> .
Desenvolvimento Social	A garantia das condições sociais mínimas, promoção da dimensão social do bem-estar.
Desenvolvimento Económico	Assenta na melhoria do bem-estar material através de um crescente de bens e serviços e procura-se que cada indivíduo consuma mais.
Desenvolvimento Integrado e/ou Humano (as questões das necessidades fundamentais, igualdade de oportunidades, equidade, segurança, participação e sustentabilidade)	Pode ser transversal a todos os outros mencionados. Refere-se a um processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo, a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental, a quantidade e a qualidade e a tradição e modernidade, entre outros.

Fonte: Lopes (2012) e Amaro (2003).

Almeida (2015, p.19) acrescenta ainda mais abordagens ao conceito de desenvolvimento; o *Desenvolvimento Tecnológico*, que em Portugal é apoiado pelo Fundo Para a Ciência e Tecnologia, ou o *Desenvolvimento Rural*, que na União Europeia

¹ O *empowerment* segundo Rappaport (1992, citado por, Ornelas, 2008, p.47) consiste “*em identificar, facilitar ou criar contextos em que as pessoas isoladas ou silenciadas possam ser compreendidas, ter uma voz ou influência sobre as decisões que lhes dizem diretamente respeito ou que, de algum modo, afectam as suas vidas*”. Wallerstein (1992, citado por, Ornelas, 2008) acrescenta que este processo de ação social fomenta a participação dos indivíduos, com o intuito de aumentar o controlo individual e da comunidade, a sua eficiência política e melhorar a qualidade de vida.

é apoiado por vários fundos como o FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia), ou mesmo o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) no qual a Estratégia 2020 define como uma das prioridades determinantes para o desenvolvimento rural e inclusão social – contribuindo, desta forma, para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais que se realiza em parte pelo incentivo do desenvolvimento local.

O desenvolvimento local, segundo Amaro (2003, p.14) assenta num *“processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente as suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas”*.

Outros autores apresentam outras características do desenvolvimento local, por exemplo, Almeida (2015) acrescenta que este conceito surge por vezes associado à descentralização do poder: procura-se desenvolver decisões a nível local nas regiões, municípios e freguesias, tornando mais fácil identificar os problemas e as respetivas soluções para cada caso. Campanhola e Silva (2000, p.14) refere que o desenvolvimento local consiste em:

Dinâmicas locais, e portanto particulares, podem afetar outras de carácter mais universais (...) dando lugar ao desenvolvimento de uma nova estrutura de oportunidades para a redefinição do papel dos governos e sociedades municipais em face do novo rumo dos processos de desenvolvimento económico, político e social.

Existem outros autores que definem desenvolvimento local de forma diferente. Segundo Coelho (2007, p.42), este assenta num *“processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, ou seja, dos indivíduos ou grupos, que são específicas de determinados lugares ou pequenos territórios”*. Gouveia (2009) acrescenta que este conceito este conceito está relacionado com desenvolvimento comunitário; i.e., procura a modificação do comportamento dos indivíduos, focando uma participação ativa dos membros da comunidade local, com a finalidade de tornar este processo mais equitativo e sustentável, maximizando o uso de recursos disponíveis a nível local, simultaneamente com a diminuição das desigualdades a este nível.

Para Petinga (2006, citado por, Macêdo e Cândido, 2011), o desenvolvimento local não está relacionado somente com o crescimento económico, mas também com a qualidade de vida das pessoas e com preservação do ambiente. Milani (2005, também

citado por Macêdo e Cândido, 2011) acrescenta que este tipo de desenvolvimento pressupõe uma alteração consciente da realidade, considerando alguns aspetos prioritários ou emergentes da comunidade. Nesta linha de análise Fragoso (2005, p.71) defende que só existe desenvolvimento local quando sucedem mudanças económicas, sociais ou culturais. O autor acrescenta que este tipo de desenvolvimento está associado à globalização.

Amaro (2009), propõe no Dicionário Internacional da Outra Economia, uma profunda definição de desenvolvimento local, salientando os seguintes atributos:

- a) Processo de mudança, proporcionando a melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b) Centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência de uma identidade comum, habilitado a mobilizar solidariedades de ação coletiva e com pretensões a uma autonomia de afirmação;
- c) Uma das suas motivações consiste na resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por realizar;
- d) Parte principalmente da mobilização das capacidades locais;
- e) Gera a adoção de metodologias participativas e de *empowerment* da comunidade local;
- f) Conta com a contribuição de recursos externos, capazes de mobilizar e desenvolver os recursos internos.
- g) Assenta numa perspetiva integrada, na resolução dos problemas e das respostas;
- h) Obriga a uma coerência de trabalho em parceria, articulação dos vários indivíduos, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i) Com impacto em toda a comunidade;
- j) Consiste numa grande variedade de processos, dinâmicas e resultados.

Houve um conjunto de acontecimento históricos que marcaram o desenvolvimento local e contribuíram em muito para as definições apresentadas. Amaro (2009) refere que este conceito teve a sua afirmação apenas nos finais da década de setenta que levou à atualização de processos e iniciativas de base local, como resposta da sociedade civil às falhas e aos problemas provocados pelo mercado e às falhas e insuficiências das respostas do Estado-providência em crise.

O presente conceito só teve o seu reconhecimento político institucional a partir dos anos 90 do século passado. Todavia há que mencionar o Programa de Iniciativas Locais de Emprego da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no fim dos anos 1980, que assumiu um importante papel na construção de políticas europeias referentes ao desemprego e à exclusão social na União Europeia, para além de outras iniciativas.

Estas iniciativas consistiam sempre na resposta local aos problemas económicos, sociais, culturais e ambientais, provocados pelas alterações dos modelos de desenvolvimento após os anos 70, pelas crises Estado-Nação e do Estado-Providência.

A base histórica deste conceito remonta aos finais dos anos 1950 em que existiam processos de ajuda aos novos países independentes, antigas colónias europeias, designados de subdesenvolvidos e enunciava-se que tinham muito a aprender com os países desenvolvidos, levando-os a imitar parte dos modelos de desenvolvimento.

Nos anos 80 é que o desenvolvimento local passou a assumir maior relevância para a sociedade. Foi nesta altura que se passou a associar a este processo a um decréscimo do desemprego e se passou a dar uma maior importância a este tema em particular (Cabugueira, 2000).

No entanto, só após o 25 de abril de 1974 é que o desenvolvimento local começou a ser uma nova realidade em Portugal. Com a defesa e promoção dos direitos dos cidadãos é que as cooperativas, associações, mutualidades, entre outras, esta realidade passa a assumir um novo papel. O desenvolvimento local deixa ser precisamente político e passa a abrir-se à comunidade e às instituições privadas, que se encontram nas realidades locais. Desta forma, é possível conhecer as necessidades da comunidade local e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida (Lacerda, 2012).

O mesmo autor refere que a partir dos anos 90 tem-se registado um crescimento substancial do número de instituições da economia social a nível local. Desta forma, é possível verificar que existe uma preocupação com o processo de desenvolvimento local, de modo a garantir condições de vida a todos os indivíduos em diversas áreas: educação, saúde, mas maioritariamente nos serviços sociais.

Um outro aspeto a considerar na presente dissertação é o facto de a economia social consistir numa oportunidade para o desenvolvimento local, dada a sua importância segundo Comité Económico e Social Europeu (2007, p.30): “*a economia social é também um motor estratégico para desenvolvimento local e regional*”. Este tipo de desenvolvimento induz um grande potencial endógeno em meios rurais, reativa zonas

industriais em declínio, reabilitação e revitalização de zonas degradadas. Ou seja, coopera no desenvolvimento económico endógeno e corrige alguns desequilíbrios territoriais importantes.

O Comité Económico e Social Europeu (2007) apresenta alguns argumentos com base nos conceitos teóricos de desenvolvimento económico desenvolvidos por Gunnar Myrdal, Prémio Nobel da Economia, em 1974, que certificam a capacidade da economia social. Assim, no geral é considerado a economia social fomenta efeitos progressivos e minimiza a regressão ou os efeitos regressivos no desenvolvimento. Mais em pormenor:

- a) A economia social demonstra uma maior tendência para reinvestir os lucros nas zonas geográficas onde foram gerados (comunidade local);
- b) Consegue mobilizar não só os agentes que melhor entendem o seu meio e se encontram nas melhores posições para promoverem iniciativas apropriadas, mas também os recursos existentes no local;
- c) Origina um espírito empreendedor e comercial;
- d) Consegue adaptar o início e/ou o aumento de atividades económicas às necessidades locais e/ou ao tecido produtivo local;
- e) Procura manter atividades económicas em vias de desaparecimento, por exemplo, o sector do artesanato;
- f) Consegue criar capital social que é a base institucional decisiva para a continuação do desenvolvimento económico sustentável.

A forma original da economia social assenta no “*controlo e tomada de decisões, com base em princípios democráticos e na participação dos cidadãos, pretende manter a gestão do processo económico nas mãos da sociedade civil da zona em questão*” apetrechando as empresas de maior proteção na conjuntura local e proporcionando uma maior autonomia ao poder local na definição do modelo de desenvolvimento (Comité Económico e Social Europeu, 2007, p.30).

Na perspetiva de Lacerda (2012), as empresas de economia social surgem como um meio de unir e aproximar as pessoas, de integrá-las na sociedade e de aproximá-las para o alcance de finalidades não apenas individuais, mas comuns a toda a comunidade, sendo muito variados os seus objetivos e áreas abrangidas. Outra característica a mencionar refere-se ao facto de estas organizações procuram dar respostas inovadoras, indo além da ação do Estado e da iniciativa privada, desenhadas em função das características específicas da comunidade.

Lopes (2012) acrescenta que neste tipo de desenvolvimento existe várias formas de cooperação, nomeadamente o voluntariado. Este processo leva a comunidade a participar ativamente no processo de desenvolvimento local, pois só através de relações em rede com outras entidades é que é possível desencadear o desenvolvimento local, assim como a partilha de recursos necessários ao alcance dos objetivos e criação de uma interdependência entre as partes a par da capacitação (*'empowerment'*) dos indivíduos. Na perspetiva de Ornelas (2008), o *empowerment* implica procurar soluções a nível local, reforçando as estruturas e ligação entre os indivíduos e o sistema social englobando vizinhos, familiares, igrejas, clubes e associações; entre outros.

Com o processo descrito anteriormente existe uma conexão entre os cidadãos, (Franco, 2002, citado por, Almeida, 2015), criam-se laços de confiança e reciprocidade entre indivíduos e associações; existe uma passagem das regras de cooperação que são transmitidas para a vida política e económica, capacitando e incitando os indivíduos à participação a nível local, tornam-se melhores cidadãos e enriquecem o capital social do nosso país.

O desenvolvimento local implica a articulação entre diversos atores, a sociedade civil, as Organizações Não Governamentais (ONG), as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um tem um papel determinante neste processo. Importa referir que o Estado cada vez mais deixa de ter um papel ativo nestas ações e passa a funcionar quase como um organismo promotor do desenvolvimento local, o qual apoia e incentiva as instituições locais a levar a cabo esta missão (Buarque, 1999, citado por, Macêdo e Cândido, 2011).

Outro ponto a reter ao longo dos últimos anos consiste na movimentação das pessoas dos espaços rurais para os espaços urbanos (êxodo rural). Desta forma as atenções direcionaram-se para os meios urbanos onde se concretizou um grande processo de transformação e consequentemente tornando o interior do país desertificado, com campos abandonados, com uma população cada vez em menor número, com uma elevada taxa de envelhecimento e deixando os empresários sem capacidade económica de criação de postos de trabalho.

No entanto, nos últimos anos tem havido uma maior preocupação crescente em contrariar este cenário de empobrecimento territorial, valorizando os meios rurais ao nível dos recursos quer tangíveis (naturais, físicos, financeiros e humanos), quer intangíveis (tradições e património edificado). Segundo Lopes (2012) não se deve apenas promover os recursos, mas também importa mover as vontades da comunidade local de forma a

potenciar e a desenvolver laços de intimidade, solidariedade e cumplicidade. Procuram-se, sobretudo, novas formas de qualificação destes espaços, sobretudo passando pela criação de um conjunto diverso de serviços locais e introdução de unidades de produção.

As organizações passam a assumir um lugar essencial neste processo e a receber apoios financeiros das entidades estatais para desenvolverem a sua missão. Para o processo de desenvolvimento local, os apoios comunitários da União Europeia são fundamentais – como, por exemplo, os fundos estruturais (FEDER e FEADER), ou programas especificamente dirigidos aos territórios rurais - como o LEADER ou o LEADER+. Segundo o “EVASLED” da Comissão Europeia (2004) estes possibilitam a atribuição de fundos às instituições de desenvolvimento local, os quais são essenciais para a sua subsistência e resposta às necessidades estruturais a vários níveis. Por outro lado, existem outros programas destinados a este processo, como recentemente os fundos da Estratégia 2020.

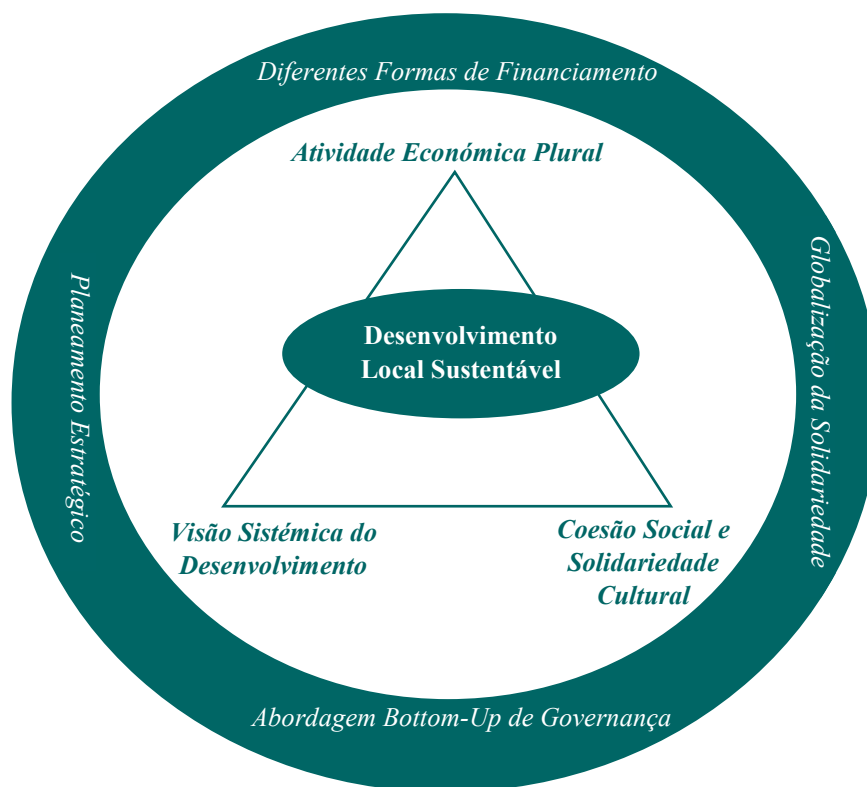
A Comissão Europeia (2016), descreve a Estratégia 2020 como a estratégia da UE para o crescimento e emprego, foi lançada em 2010 para um período de 10 anos e tem como missão criar as condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A UE definiu na Estratégia 2020 cinco objetivos a atingir até ao final de 2020 nos seguintes domínios: emprego, investigação e desenvolvimento, alterações climáticas/energia, educação e inclusão social e redução da pobreza.

De acordo com Gouveia (2009), o desenvolvimento local *sustentável* integra 3 pontos fulcrais:

- a) A visão sistémica do desenvolvimento que consiste na articulação das dimensões integrantes da comunidade como a cultura, o regime político e as características sociais com os níveis geográficos, sendo necessário responder a problemas e a necessidades internas ao local sem comprometer o bem-estar das gerações futuras, através da utilização dos recursos existentes e da aquisição de novos recursos que facilitam a inovação.
- b) A coesão social e a solidariedade cultural, assente no reforço dos laços sociais, através da criação de uma maior proximidade da população e do conhecimento que se tem do outro, deixando o individualismo e estimulando a cooperação.
- c) A atividade económica plural, a partir da criação de empregos e da estimulação da atividade económica, com o objetivo de criar valor acrescentável possível de ser usado para distribuir pelos cidadãos em situações de exclusão social.

O mesmo autor acrescenta que nas ações de desenvolvimento local deveria existir uma abordagem *bottom-up* de governança local, ou seja, que se relacionasse com a inclusão das comunidades nas tomadas de decisão de forma a fazerem representar os seus interesses comuns ou coletivos, criando-se assim uma partilha de poder e globalização de solidariedade. A imagem seguinte sintetiza a conceção do autor.

Figura 2.1: Categorias de Referência do Desenvolvimento Local Sustentável.



Fonte: Gouveia (2009, p.76).

Como refere o Observatório do QREN (n.d.), uma potencialidade do desenvolvimento local e territorial é o emprego como descrito anteriormente. O espaço territorial é considerado um mecanismo fundamental para estimular a criação de emprego e enfrentar as taxas de desemprego através de parcerias, ou seja, entre vários atores a nível local, nomeadamente agentes de economia social. A Comissão Europeia (2004) acrescenta que o desenvolvimento do emprego a nível local pode valorizar várias atividades, mobilizar intervenientes locais e reconhecer as necessidades e potencialidades de comunidade em concreto. Podem ser implementados novos tipos de emprego que podem reduzir o desemprego numa área específica e satisfazer as necessidades locais em termos de serviços. O desenvolvimento do emprego ao nível local é importante por si mesmo, mas também pelo seu contributo para as políticas económicas e sociais europeias.

E por outro lado, o desenvolvimento do emprego a nível local melhora as partes que a política comunitária e nacional não consegue alcançar. A economia social tem sido um grande incentivo de inserção social e profissional de pessoas e zonas geográficas desfavorecidas, nomeadamente através das IPSS e outras associações de voluntários desempenham um papel muito ativo enquanto empregadores e na resposta de problemas sociais a nível local (Monzón e Chaves 2008).

Em suma, o desenvolvimento resulta da mudança e da transformação das sociedades e teve a sua origem em importantes acontecimentos históricos, provendo sempre o bem-estar dos indivíduos. O desenvolvimento local foi impulsionado em Portugal a partir da década de setenta e assenta num processo de mudança, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e condições centrado numa determinada comunidade e procura dar resposta a necessidades básicas desenvolvendo metodologias participativas. A economia social é preponderante para o desenvolvimento local pois potencia a criação de novas respostas a nível local e a atuação das OES em particular as IPSS e permite corrigir alguns desequilíbrios.

2.2.1 A Importância das IPSS no Desenvolvimento Local – Revisão de Fontes Mediáticas

Atualmente, na sociedade portuguesa assiste-se ao aumento significativo da desertificação das zonas rurais e do interior, o aumento da emigração sobretudo dos jovens com maior nível de qualificações, à diminuição das taxas de natalidade e ao envelhecimento acentuado da população². Desta forma, é fundamental voltar a promover a atividade local, para que naturalmente exista um desenvolvimento social local e consequentemente se construa um país mais coeso e equitativo.

As OES, como por exemplo, as misericórdias, os centros sociais e paróquias, as associações para o desenvolvimento local e outras, desempenham um papel imprescindível, pois prestam um conjunto de condições para a comunidade local desde a infância até ao envelhecimento, como mencionado no início do presente capítulo, em áreas que o Estado de forma isolada não conseguiria dar resposta. Assim foi criada uma rede de instituições com as mais diferentes respostas sociais, creches, jardins-de-infância,

² De acordo com o INE (2011), a população residente em Portugal, em 21 de março de 2011 era de 10 562 178 pessoas, das quais 2 010 064 com mais de 65 anos ou mais.

centros de dia, lares de idosos, unidades de cuidados continuados etc. e outras instituições que por vezes nem damos pela sua atuação, mas que desenvolvem a sua ação dentro da comunidade e proporcionam diversos serviços e bens que de outra forma era impossível a população ter acesso (Gouveia, 2009).

De uma forma resumida observemos algumas questões do quotidiano de muitas famílias portuguesas, nomeadamente:

- a) Se um casal que trabalha até às 19 horas e os filhos permanecem na escola até às 16:30 horas, quem pode assegurar o seu acompanhamento?
- b) Como é que pais desempregados podem assegurar a frequência das crianças em creche?
- c) Retirar um idoso do local onde nasceu e viveu toda a sua vida e institucionalizá-lo a quilómetros da sua terra será saudável?
- d) Se um casal trabalhar todo o dia como é que vai prestar cuidados aos pais idosos?
- e) Se um indivíduo com demência não tiver apoio familiar a quem pode recorrer?
- f) Como é possível prestar serviços especializados a um indivíduo portador de deficiência?

Estes são alguns dos problemas que as famílias portuguesas apresentam todos os dias e a economia social não é indiferente a estes problemas sentidos nas comunidades locais. É neste âmbito que as IPSS desempenham um papel primordial respondendo com as suas diferentes respostas sociais, em que maioritariamente os pagamentos são realizados de acordo com os rendimentos de cada agregado familiar, possibilitando assim o acesso de todos, respondendo às necessidades detetadas e aumentando do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.

Mas importa analisar alguns casos como estes que surgem regularmente nos jornais e revistas locais. Por exemplo, o jornal *Solidariedade*³ em entrevista ao Presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) afirma que o panorama social de Santarém é caracterizado por:

Um período de crise, com níveis elevados de desemprego, originados pelo fecho de fábricas e empresas que empregavam muitas pessoas. Em termos de agricultura, também já não há grandes hipóteses de trabalho. Em termos sociais,

³ Notícia extraída do jornal *Solidariedade*, maio de 2005, retirado em agosto de 2016, de <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/2638>.

aqui existem todos os problemas associados aos grandes meios urbanos: muitos assaltos, delinquência nas camadas jovens, toxicod dependência, abandono precoce dos estudos, necessidade de apoio à terceira idade etc. Mas que o papel das IPSS em Santarém, sem querer precisar números, está ligada à terceira idade e ao apoio ao idoso, quer seja com centros de dia ou apoio domiciliário. Neste aspeto a rede está muito bem implantada. E acrescentou na entrevista que Santarém está muito bem coberto em termos de instituições de solidariedade. Por exemplo, existe uma IPSS que serve mais de 700 utentes.

No jornal *O Mirante*⁴, também são frequentes as notícias referentes às OES, num dos casos, o Presidente do Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira, menciona que enquanto estrutura:

Presta serviço em várias freguesias e desde o início da sua actividade, 1997, que preparou a sua estrutura de funcionamento e gestão tendo em vista a implementação de um lar de idosos. A instituição tem 65 utentes em centro de dia, centro de convívio e em apoio domiciliário que é garantido sete dias por semana. Actualmente tem 16 funcionários, número que passará para 30 quando a valência de lar entrar em funcionamento. O equipamento, com 21 quartos, servirá todo o concelho.

Acontece assim aquilo que Cabugeira (2000) descrevia para além das instituições gerarem emprego nas mesmas, com a criação de postos de trabalho para desenvolvimento das atividades destas organizações originam uma redução do desemprego local.

O jornal *O Ribatejo*⁵ refere que a Santa Casa da Misericórdia de Pernes viu aprovados:

Três outros projetos para os mais jovens: uma creche, com capacidade para acolher vinte e seis crianças até aos três anos de idade; um projeto de atividades de tempos livres (ATL) para crianças e jovens com idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos, e proporcionará atividades lúdicas e pedagógicas nos tempos de interrupções de aulas; por último, o projeto de requalificação e ampliação do Lar de Idosos, com o alargamento da capacidade total para 90 camas. Esta nova estrutura residencial está pensada com preocupações de ordem ambiental, sustentabilidade e de eficiência energética, e permitirá oferecer melhores

⁴ Notícia extraída do jornal *O Mirante*, janeiro de 2013, retirada em agosto de 2016, de <http://omirante.pt/arquivo/2013-01-16-lar-de-idosos-de-vale-de-figueira-sem-garantia-de-protocolo-com-seguranca-social>.

⁵ Notícia extraída do jornal *O Ribatejo*, agosto de 2014, retirada em agosto de 2016, de <http://www.ribatejo.pt/2014/08/08/santa-casa-da-misericordia-de-pernes-avanca-com-quatro-projetos-sociais/>.

condições aos utentes e colaboradores e simultaneamente potenciar o desenvolvimento das respostas sociais da instituição.

Anteriormente podemos verificar uma situação nítida de desenvolvimento, ou seja, existe o “*acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas*”, melhorando a sua qualidade de vida (Lopes, 2002, p.19)

Mais recentemente o jornal *O Mirante*⁶ menciona que:

O concelho de Santarém, já tem a funcionar uma unidade para pessoas com demência apta a receber 10 utentes. O Lar São João de Deus, a mais recente valência da Santa Casa da Misericórdia de Pernes (...). Esta obra surgiu da identificação de uma necessidade que já vinha sendo sentida na instituição e na comunidade. Foi mais uma vez a necessidade que conduziu à acção, afirmou o provedor, lembrando que no concelho de Santarém não existe nenhuma resposta do género. (...). O presidente da Câmara de Santarém sublinhou mesmo que “o diagnóstico social do concelho apontava como uma das principais prioridades a criação de uma unidade de demências.

Como preconizou Gouveia (2009), as OES criam novos modelos empresariais, desenvolvem novas áreas de atividade e reforçam a sua autonomia face ao Estado, ou seja, procuram novas práticas de intervenção tendo por base as necessidades sentidas localmente.

Podemos verificar que existe um reconhecimento nos meios de comunicação da ação das OES, nomeadamente das IPSS. No entanto, será que estas têm a noção que contribuem para o desenvolvimento local do concelho de Santarém e que as mesmas são adequadas para responder às necessidades da população?

Os capítulos seguintes procuram responder à questão colocada anteriormente tendo em conta os dados recolhidos através de um inquérito por questionário aplicado às IPSS.

⁶ Notícia extraída do jornal *O Mirante*, fevereiro de 2016, retirada em agosto de 2016, de <http://omirante.pt/semanario/2016-02-04/sociedade/2016-02-03-unidade-para-pessoas-com-demencia-em-pernes-criada-em-tempo-recorde>.

Parte II: Estudo Empírico Aplicado às IPSS do Concelho de Santarém

Capítulo I: Caracterização do Concelho de Santarém

O presente capítulo compreende uma breve contextualização do concelho de Santarém, concelho que foi selecionado para concretizar em termos empíricos a presente investigação. Para conhecer melhor o concelho em estudo é apresentada uma descrição da dimensão sociodemográfica e económica do concelho de Santarém.

1.1. Dimensão Sociodemográfica

O município de Santarém, em termos regionais, está integrado na sub-região estatística (NUTS III) da Lezíria do Tejo que, desde 2012, pertence à NUTS II Alentejo (anteriormente integrava a NUTS II Lisboa e Vale do Tejo). O concelho de Santarém era constituído por 28 freguesias até à data dos Censos 2011: a freguesia do Pombalinho desde 29 de setembro de 2013 passou a pertencer ao concelho da Golegã. Este concelho foi alvo de uma reorganização administrativa do território das freguesias (Lei 11A de 28 de janeiro de 2013).

Em 2013, foram criadas novas 6 freguesias por agregação: União de freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, União das freguesias de Azoia de Cima e Tremês, União das freguesias de Casével e Vaqueiros, União das freguesias de Romeiras e Várzea, União das freguesias de Santarém (Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau) e União de freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira.

Segundo o Conselho Local de Ação Social de Santarém (CLASS) (2013), este concelho registava à data do XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação 2011 um total de 62200 (integrando os dados da freguesia do Pombalinho) indivíduos residentes. Este valor apresenta um decréscimo populacional de 1363 indivíduos, comparativamente ao momento censitário de 2000. Em 2011, 47% da população residente no concelho de Santarém era do sexo masculino e 53% do sexo feminino. Atualmente este concelho é composto por 18 freguesias.

No quadro 1.1 é possível verificar a população residente em cada freguesia e pelos respetivos grupos etários.

Quadro 1.1: População Residente em Cada Freguesia e Pelos Respetivos Grupos Etários.

Freguesias	Designação e Total	População Residente em 2011					
		HM	H	0- 14	15- 24	25- 64	65 ou +
União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém	Achete	1918	938	267	151	987	513
	Azoia de Baixo	297	124	53	13	121	110
	Póvoa de Santarém	708	342	108	64	344	192
	Total	2923	1404	428	228	1452	815
União de Freguesias de Azóia de Cima e Tremês	Azóia de Cima	426	239	57	47	256	136
	Tremês	1981	931	252	168	1007	554
	Total	2477	1170	309	215	1263	690
União das Freguesias de Casével e Vaqueiros	Casével	864	424	86	74	452	252
	Vaqueiros	285	137	32	39	139	75
	Total	1149	561	118	113	591	327
União das Freguesias de Romeira e Várzea	Romeira	783	388	120	74	414	175
	Várzea	1817	897	275	161	978	403
	Total	2600	1285	395	235	1392	578
União das Freguesias de Santarém	Marvila	9044	4016	1113	970	4609	2352
	Santa Iria	745	329	100	88	350	207
	São Nicolau	9627	4501	1620	1033	5431	1543
	São Salvador	10513	4993	1816	1118	6040	1539
	Total	29929	13839	4649	3209	16430	5641
União das Freguesias de São Vicente do Paul e Vale Figueira	São Vicente do Paul	1835	880	220	162	924	529
	Vale Figueira	1082	540	135	97	563	287
	Total	2917	1420	355	259	1487	816
Abitureiras		972	455	114	75	502	281
Abrã		1122	550	170	94	609	249
Alcanede		4547	2247	612	439	2362	1134
Alcanhões		1469	704	203	116	777	373
Almoster		1818	852	244	147	909	518
Amiais de Baixo		1851	908	234	159	975	483
Arneiro das Milhariças		835	399	91	69	402	273
Gançaria		514	247	50	39	269	156
Moçarria		1136	549	153	107	594	282
Pernes		1446	688	149	133	733	431
Póvoa da Isenta		1127	553	150	99	601	277
Vale de Santarém		2920	1403	427	275	1553	665
	Total	61752	29234	8851	6011	32901	13989

Fonte: CLASS (2013) e INE (2012).

Segundo os dados expostos anteriormente é possível aferir que as freguesias que registam maior número de habitantes é União das Freguesias de Santarém com 29929 habitantes, seguindo-se a freguesia de Alcanede com 4547 habitantes e a União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém com 2923 habitantes. As freguesias que apresentam menor número de habitantes são a freguesia da Gançaria com 514 residentes, seguidamente a freguesia do Arneiro das Milhariças com 834 residentes e Abitureiras com 972 habitantes.

Observa-se no quadro anterior que no concelho de Santarém o número de mulheres em todas as freguesias é superior ao número de homens e ainda, 14% da população tem entre 0-14 anos, 10% da população tem entre os 15-24 anos, 53% da população tem entre 25-64 anos e 23% da população tem mais de 65 anos.

De acordo com CLASS (2013), o estado civil da população residente é a seguinte, 46% da população é casada, 38% solteiros, 9% viúvos e 7% divorciados e 83% dos viúvos são mulheres, 58% dos divorciados também o são e 52% dos solteiros são homens.

Em termos da natalidade o CLASS (2013) menciona que existe uma redução ao longo dos anos assim, como a taxa de fecundidade geral e a idade das mães é cada vez mais tardia. Em 1981, a maioria foi mãe aos 20-24 anos e aos 25-29 anos e em 2011, os grupos etários com maior natalidade foram dos 30-34 e dos 35-39 anos.

Relativamente à taxa de mortalidade o concelho não tem sofrido grandes alterações ao longo dos anos, sendo de 12,4 em 2011 e a taxa de mortalidade infantil, tem decrescido, sendo mesmo nula em 2012, bem como os óbitos de residentes no concelho no primeiro ano de vida. No que diz respeito aos óbitos por sexo, a maioria são mulheres e o grupo etário com maior taxa de mortalidade corresponde aos 70 e mais anos e as principais causas são as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos.

Também no concelho de Santarém, em 2011, existiam 24941 famílias clássicas⁷ e a dimensão média da família no concelho, em 2011, era de 2,5 pessoas. Em matéria de freguesias aquela que registava um maior número de famílias à data de 2011 era a União das Freguesias de Santarém com 12268 famílias e a freguesia de Alcanede com 1775 famílias. Em oposição encontram-se as freguesias da Gançaria com 192 famílias e a freguesia do Arneiro das Milhariças com 367 famílias (CLASS, 2013).

⁷ Segundo o INE (2012), as famílias clássicas correspondem a conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento.

O concelho de Santarém é maioritariamente rural e em 2011 a população ativa era aproximadamente 28646 indivíduos, a taxa de desemprego era de 11,0%, existiam 19132 pensionistas da segurança social e aproximadamente 2051 indivíduos eram beneficiários do rendimento social de inserção (Portada, 2016).

1.2. Dimensão Económica

O concelho de Santarém faz fronteira a norte com Porto de Mós, Alcanena e Torres Novas, a sul com o Cartaxo e Almeirim, a Leste com a Golegã, Chamusca e Alpiarça e a oeste com Rio Maior e Azambuja. Fica localizado na margem direita do rio Tejo e antigamente era uma importante via de comunicação para o transporte de pessoas e de mercadorias. É um território de grande fertilidade, com agricultura e pecuária extensiva e uma atividade industrial fortemente correlacionada com a exploração de recursos naturais (agrícolas, florestais e minerais).

Segundo a Câmara Municipal de Santarém (2016), em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) da sub-região rondava os 3.4 mil milhões de euros. No mesmo ano, a Lezíria do Tejo registava um PIB per capita de 14 milhares de euros, 2.0% do total nacional e o índice de disparidade do PIB per capita da sub-região, em relação à média nacional, é de 83,8%.

A localização estratégica deste concelho e a sua importante atividade agrícola permitiram o desenvolvimento de unidades industriais agroalimentares, de madeira e mobiliário, de curtumes, etc. Os abundantes recursos minerais, constituem um marco importantíssimo na exploração de pedra para construção, pavimentos e ornamento. O calcário é o material mais explorado nas freguesias de Amiais e de Alcanede e as argilas são exploradas para o fabrico de telhas e tijolos, nas proximidades de Amiais de Baixo e de Cima, Abrã, Alcanede e Tremês.

Também a indústria transformadora registou uma significativa alteração, com a implantação em 1975 de uma fábrica de cerveja, na freguesia da Várzea, na zona limítrofe da cidade, impulsionou a criação da Zona Industrial de Santarém. Nesse espaço instalaram-se algumas empresas que se encontravam dispersas por vários locais da cidade e outras vieram atraídas pela sua excelente localização, particularmente após a construção da A1 até Santarém.

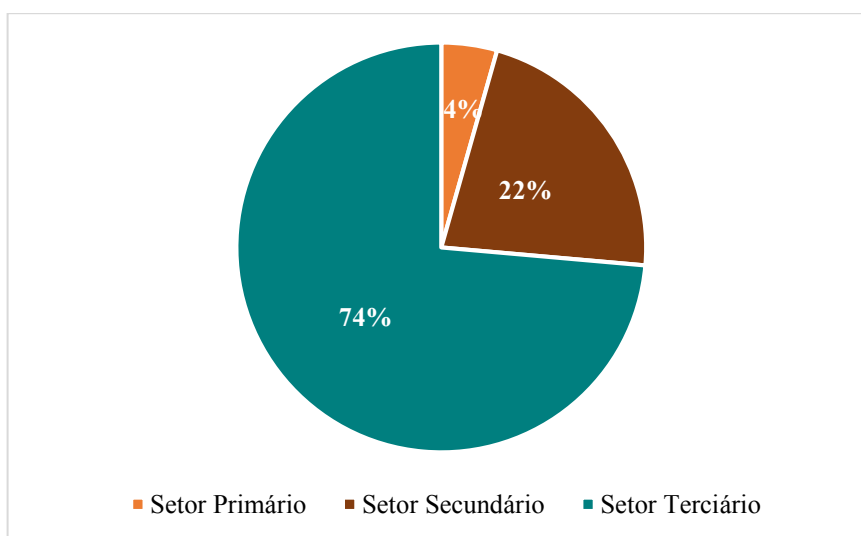
As empresas instaladas na Zona Industrial de Santarém são principalmente da área do comércio e serviços. No entanto, nos últimos anos chegaram grandes investimentos na

área industrial, nomeadamente o Centro de Processamento de Carnes e uma Unidade de Transformação e Empacotamento de Carnes de um importante grupo da área da distribuição alimentar e duas unidades de um importante grupo do município que ocupa uma posição de liderança no fabrico de mobiliário, sofás e colchões, com uma forte exportação para o mercado internacional.

A estrutura empresarial de Santarém assenta principalmente nas atividades do setor terciário (comércio e serviços), mas também a agricultura e a pecuária assumam uma grande importância, assim como, a atividade industrial ligada à exploração de recursos naturais (agrícolas, florestais e minerais).

A Câmara Municipal de Santarém (2016) refere que os 15 880 postos de trabalho no concelho de Santarém, em 2013, representavam 25,8% do emprego da Região da Lezíria do Tejo e que as atividades do setor terciário são aquelas que tem uma maior capacidade de criar postos de trabalho, tanto na região, como no concelho, sendo esse peso mais representativo em Santarém como se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 1.1. População Empregada por Setor de Atividade Económica.



Fonte: Câmara Municipal de Santarém (2016).

De acordo com a Câmara Municipal de Santarém (2016), o número de pessoas ao serviço nos vários setores de atividade económica sofreu, entre 2001 e 2011, uma variação negativa significativa. A perda de postos de trabalho foi mais acentuada no setor secundário (466 319), mas percentualmente foi o setor primário o mais afetado (74,8%). No entanto, pode-se verificar no quadro seguinte os diversos setores e o respetivo número de postos de trabalho.

Quadro 1.2: Pessoal ao Serviço nas Empresas por Município da Sede.

Pessoal ao Serviço nas Empresas por Município da Sede, Segundo a CAERev.3, 2013			
	CAE-Rev.3	Lezíria do Tejo	Santarém
Primário	A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8 962	1 298
	B Indústrias extrativas	395	250
Secundário	C Indústrias transformadoras	...	3 230
	D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	58	...
	E Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	770	347
	F Construção	4 372	874
Terciário	G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	13 004	3 447
	H Transportes e armazenagem	2 827	569
	I Alojamento, restauração e similares	3 281	918
	J Atividades de informação e de comunicação	...	179
	L Atividades imobiliárias	586	166
	M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 717	928
	N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4 781	1 636
	P Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 499	639
	Q Atividades de saúde humana e apoio social	2 361	887
	R Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	576	...
S Outras atividades de serviços	1 464	351	
Total		61 541	15 880

Fonte: Câmara Municipal de Santarém (2016).

A atividade económica mais distintiva do concelho é sem dúvida a agricultura que segundo a Câmara Municipal de Santarém (2016), este setor é responsável por 4,3% do valor acrescentado bruto das empresas individuais e coletivas do concelho e por 5,5% do emprego. Ao nível da agricultura, o concelho insere-se na região do “Ribatejo e Oeste” e esta região é, das sete regiões agrícolas do território de Portugal continental, a mais produtiva, em termos físicos (kg/ha), para produção de cereais para grão (com 226,9% da produtividade média nacional), das principais leguminosas secas (com 168,7% da produtividade média nacional), de batata (com 144% da produtividade média nacional), das principais culturas para indústria (com 218,3% da produtividade média nacional), dos

principais produtos frescos (com 144,6% da produtividade média nacional) e da vinha (com 183,1% da produtividade média nacional).

O concelho de Santarém é a segunda região mais produtiva na produção das principais culturas forrageiras com uma produtividade que é 115,7% da média nacional, e na produção de citrinos neste caso a produtividade é de apenas 77,9% da média nacional.

Os outros casos em que a produtividade agrícola na região do Ribatejo e Oeste fica abaixo da média nacional são a produção dos principais frutos subtropicais e a produção do olival, devido à menor expressão do olival intensivo e superintensivo, o que não se reflete na qualidade dos azeites produzidos.

Como resultado desta vocação agrícola, a produtividade aparente do trabalho no setor da agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados na Lezíria do Tejo é 141,2% da média nacional deste setor.

Outros setores de atividade económica em que a região da Lezíria do Tejo apresenta níveis de produtividade acima da média nacional são as outras indústrias extrativas (principalmente ligadas à extração de pedra calcária), e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos conexas com aquela, a indústria do couro e dos produtos do couro, as indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário e o comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motocicletas.

Por fim, nas regiões que confinam com o território do Município de Santarém, distinguem-se as elevadas produtividades nos setores de outras indústrias extrativas, indústria do couro e dos produtos do couro (a noroeste de Santarém), a silvicultura e exploração florestal e a indústria do couro e dos produtos do couro, a fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos, na região do Médio Tejo (a norte de Santarém), a fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos e as atividades veterinárias no Oeste (a oeste de Santarém).

Capítulo II: Metodologia

Este capítulo tem como objetivo apresentar a problemática, as questões de investigação, as hipóteses, o tipo de estudo e os instrumentos de recolha de dados selecionado para a presente investigação, bem como os procedimentos adotados para a aplicação do inquérito por questionário e a respetiva amostra de estudo.

2.1. Problemática, Questões de Investigação e Objetivos

Segundo Fortain (1999), uma investigação tem como ponto de partida uma situação considerada como problemática, ou seja, algo que causa um mal-estar, uma irritação, uma inquietação que requer uma explicação ou pelo menos uma compreensão do fenómeno observado. Assim, a problemática da presente investigação consiste em identificar o papel desempenhado pelas IPSS relativamente ao espaço em que se inserem, concretizando os contributos que estas organizações de economia social trazem para a população local, e se os dirigentes assumem conscientemente a mais-valia das mesmas para o desenvolvimento local.

Na perspetiva de Quivy e Campenhoudt (2008, p. 34), o investigador deve *“procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor”*. Esta pergunta consiste no primeiro fio condutor do investigador e a sua construção obriga o investigador a uma clarificação das suas intensões colocando assim em prática uma das dimensões essenciais do processo científico, a rutura com senso comum. Fortain (1999) acrescenta que a questão de investigação expressa-se sob a forma de uma interrogação clara referente ao problema a investigar e a analisar, com o objetivo de obter novas informações. Face ao exposto, apresento a seguinte questão de investigação desta dissertação:

Qual a importância das IPSS para o desenvolvimento local?

Da questão de investigação elaborada anteriormente resultaram os seguintes objetivos para a presente dissertação:

- a) Contribuir para um melhor conhecimento das IPSS, particularmente do concelho de Santarém;

- b) Contribuir para o progresso do conhecimento científico no domínio do desenvolvimento local.

2.2. Hipóteses de Estudo

Para Quivy e Campenhoudt (2008), a elaboração das hipóteses são fundamentais pois vão conduzir o trabalho com mais rigor. Estas apontam o caminho da investigação, dando-lhe um fio condutor e fornecem-lhe o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade. Segundo Fortain (1999), as hipóteses combinam com o problema e o objetivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados de um estudo, a formulação destas implicam a verificação de uma teoria ou das suas preposições. Estas derivam seja da observação de fenómenos na realidade, seja da teoria ou de trabalhos empíricos. A partir da questão de investigação elaborada e dos conteúdos que resultaram da revisão da bibliografia, apresento as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Existe a noção que as IPSS contribuem para o desenvolvimento local.

Hipótese 1.1: As IPSS locais têm respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população do concelho de Santarém.

As hipóteses de estudo apresentadas procuram elucidar se os serviços prestados pelas IPSS com respostas sociais em diversas áreas (infância, juventude, deficiência, saúde mental, grupos de risco (toxicodependência) e envelhecimento) são adequadas para responder às necessidades da população local e se os mesmos contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, na literatura exposta anteriormente menciona-se que o desenvolvimento local é um processo que procura a melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, ou seja, dos indivíduos ou grupos de um determinado lugar. Neste caso verifica-se que só a nível local é que é possível identificar os problemas/necessidades e as respetivas soluções que conduzem ao desenvolvimento local.

2.3. Tipo de Estudo

A economia social é uma realidade cada vez mais estudada por investigadores nomeadamente, sobre a sua importância para o desenvolvimento local. Neste sentido, após a pergunta de partida concluída decidi adotar uma abordagem metodológica

quantitativa, efetuando toda a investigação e pesquisa exploratória dos conceitos relevantes para este estudo.

Tendo ainda em conta o objetivo do estudo e a falta de um sistema estatístico no domínio das IPSS em Portugal, nomeadamente do concelho de Santarém, defini o método quantitativo com o objetivo de criar uma base de informação que permitisse ultrapassar as limitações neste domínio estatístico. Na opinião de Fortain (1999, p.22), este tipo de método selecionado “*é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis,*” é “*baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador*”, esta abordagem reflete um processo complexo, que conduz a resultados que devem conter o menor enviesamento possível. O investigador deve ainda, adotar um processo ordenado, que leva a percorrer um conjunto de etapas, desde a definição do problema até a obtenção dos resultados. Este método de investigação tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos, proporciona também a possibilidade de generalizar os resultados, de prever e controlar os acontecimentos.

Os estudos quantitativos são orientados para o resultado segundo Carmo e Ferreira (1998). Este tipo de estudos pressupõem a observação de fenómenos, a formulação explicativa desses fenómenos, o controlo das variáveis, a seleção dos sujeitos de investigação, a verificação ou rejeição das hipóteses mediante uma recolha rigorosa de dados, posteriormente sujeitos a uma análise estatística e uma utilização de modelos matemáticos para testar essas mesmas hipóteses. O objetivo consiste na generalização dos resultados de uma determinada população em estudo a partir da amostra, o estabelecimento de relações causalidade e a antevisão de fenómenos.

A metodologia de estudo quantitativa é a mais adequada para a caracterização que se pretende fazer, uma vez que permite quantificar as informações, através de técnicas estatísticas simples. A recolha de dados evidenciará números que permitam analisar de forma a corroborar ou não as hipóteses definidas e enunciadas anteriormente.

Relativamente aos métodos quantitativos, optei pela técnica, inquérito por questionário a realizar às IPSS do concelho de Santarém, a aplicação do mesmo é descrita seguidamente e segundo Pardal e Lopes (2011), o questionário é a técnica mais comum de recolha de dados estatísticos.

Para a presente investigação optei por um estudo de caso, que segundo Pardal e Lopes (2011, p.33), “*os estudos de caso correspondem, em síntese, a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso). Tal modelo, flexível no recurso a*

técnicas, permite a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise.”

No sentido de realizar este estudo de caso optei pelas IPSS do concelho de Santarém (quadro 2.1), que prestam serviços nas seguintes áreas sociais, infância, juventude, deficiência, saúde mental, grupos de risco (toxicodependência) e envelhecimento. Selecionei estas organizações de economia social pelo facto de conhecer a realidade do concelho e pela inexistência de informação deste âmbito no concelho.

2.4. Instrumento Recolha de Dados

O instrumento utilizado neste estudo para a recolha de dados consiste num inquérito por questionário, com perguntas fechadas e abertas. Como refere Campenhoudt e Quivy (2008), este instrumento deve ser aplicado a um conjunto de inquiridos, normalmente a uma amostra da população, um agregado de perguntas referentes à sua situação social, profissional e familiar, opiniões em relação a opções ou questões humanas e sociais, expectativas, níveis de conhecimentos e consciência de um dado problema ou situação e ainda outros assuntos que o investigador ache conveniente para a sua investigação. Este tem por objetivo promover a verificação de hipóteses empíricas e análise das correlações que essas mesmas hipóteses sugerem. O inquérito por questionário é um método quantitativo e a sua principal metodologia de análise é a estatística.

A construção do inquérito por questionário adveio da reflexão das principais discussões teóricas sobre a economia social, as IPSS, o desenvolvimento local e da consulta de instrumentos semelhantes realizados por diferentes investigadores. De acordo com os objetivos da presente dissertação, elaborou-se um questionário⁸ constituído por oito partes. Na primeira parte do questionário procura-se obter dados que permitam identificar o cargo ou a função do inquirido e o seu tempo de permanência na organização, ou seja, consiste numa breve caracterização da pessoa que responde em nome da instituição. Na segunda parte procura-se caracterizar a organização, nomeadamente o seu nome, a freguesia onde esta sedeadada, os anos de existência, o seu fim estatutário e a caracterização das respostas sociais inerentes à IPSS. Na terceira parte, pretende-se compreender a estrutura organizativa da instituição, principalmente se a organização está envolvida em parcerias locais e com quais têm uma relação mais estreita, a sua natureza

⁸ Ver anexo A.

jurídica, os principais meios de comunicação utilizados, a importância da descentralização das políticas a algumas posturas de responsabilidade social adotadas na instituição. Com a quarta parte, procura-se conhecer quais as diferentes fontes de financiamento para o normal funcionamento da organização, ou seja, identificar os principais recursos económicos. Na quinta parte, pretende-se fazer um enquadramento dos recursos humanos existentes na organização e procura-se saber também se na instituição existe voluntários. Na sexta parte, procura-se verificar se as IPSS locais têm implementado um Sistema de Gestão da Qualidade e na parte seguinte tenta-se perceber se as instituições já realizaram alguma candidatura através do Portugal 2020 e em que âmbito. Por fim, na oitava parte procura-se compreender qual a noção da organização sobre a sua intervenção na realidade local.

2.5. Procedimentos

Seguidamente apresentam-se os procedimentos adotados para a concretização empírica do presente estudo nomeadamente, o pré-teste e a aplicação do inquérito por questionário, e ainda o público-alvo selecionado.

2.5.1. Pré-teste

A primeira versão do inquérito por questionário foi sujeita a um pré-teste. Este foi submetido a um pequeno conjunto de cinco colaboradores de diferentes organizações, que responderam ao questionário como representantes de uma IPSS, com o objetivo de validar as questões e corrigir pequenas falhas na construção das mesmas, com a intenção de o tornar mais perceptível. O pré-teste foi aplicado durante os dias 26 e 28 de maio de 2016. A abordagem destes colaboradores foi efetuada através de contacto pessoal, uma vez que se tratavam de conhecidos, todos estes são licenciados na área das ciências sociais. Os resultados do pré-teste indicaram que o questionário deveria ser revisto em diferentes aspetos - nomeadamente, alguns erros ortográficos - bem como a construção de algumas frases. Do pré-teste resultou, ainda, a reformulação e a introdução de mais questões na segunda parte do questionário, de modo a extrair mais dados e enriquecer a informação a recolher.

2.5.2. Aplicação do Inquérito

O inquérito por questionário foi aplicado através de envio por correio eletrónico e ocorreu entre o dia 2 de maio a 31 maio de 2016. Como dispositivo de recolha, foi enviado um e-mail a todas as IPSS do concelho de Santarém, a solicitar a participação da organização no estudo. Em anexo ao e-mail ia um link de acesso ao questionário, que foi previamente elaborado no Google Docs. Antes do envio do e-mail, todas as IPSS foram contactadas telefonicamente para tomarem conhecimento do e-mail e do estudo que estava a ser realizado. Sempre que necessário, foi feito um reforço de incentivo à instituição, para participar no presente estudo, dado que o número de IPSS é reduzido e procurou-se a maior amostra possível.

2.5.3. Público-Alvo

No caso do presente estudo, a população-alvo corresponde ao total de IPSS do concelho de Santarém. Desta forma, o total da população-alvo a inquirir, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, é de 22 IPSS. No entanto, só foi viável a participação de 17 IPSS, correspondendo a um grau de representatividade de 22 do universo de estudo, identificadas no quadro seguinte. Foi possível obter uma taxa de resposta aproximadamente de 77,3%.

Quadro 2.1: Amostra de Estudo.

Identificação da Instituição
Associação Jardins Escola João Deus Santarém
Associação Familiares Amigos do Doente Psicótico – A FARPA
Associação Desenvolvimento Social Comunitário Santarém
Santa Casa da Misericórdia de Santarém
Fundação Luiza Andaluz
Centro Solidariedade Social Santarém
Centro Apoio Família – CAF
Associação Solidariedade Social e Melhoramentos Amiais Baixo
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental- APPACDM
Centro Educativo e de Solidariedade Social – EZN da Fonte Boa
Santa Casa da Misericórdia de Alcanede
Centro Social Paroquial Serra do Alecrim IPSS
Centro Bem-estar Social Vale Figueira
Santa Casa da Misericórdia Pernes
Centro Social da Freguesia de Moçarria
Centro Solidariedade Social N ^a Sr. ^a Luz
Centro Social Paroquial Santa Marta

Fonte: Elaboração Própria.

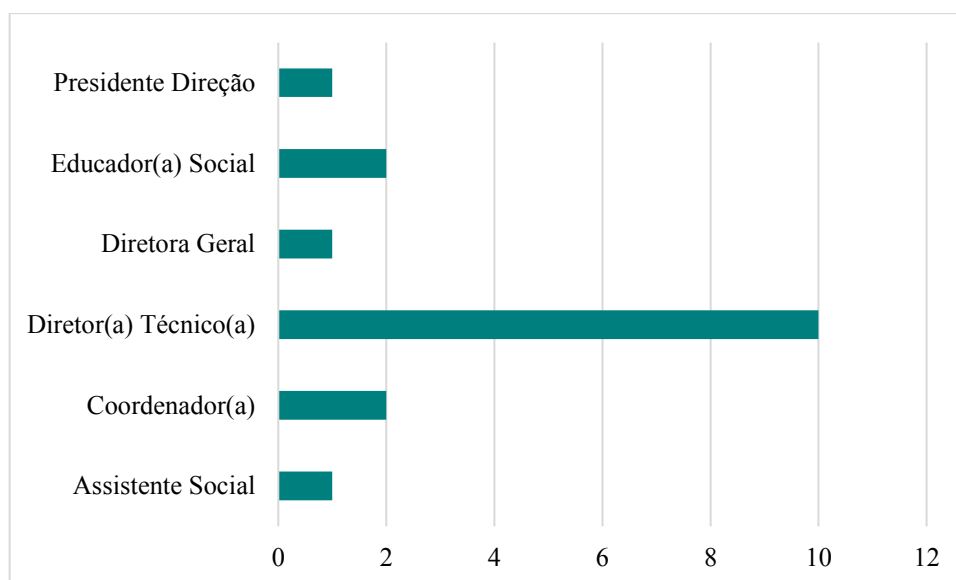
Capítulo III: Análise dos Dados

O presente capítulo compreende a apresentação e análise dos dados resultantes do inquérito por questionário aplicado à amostra de estudo.

3.1. Caracterização do Inquirido

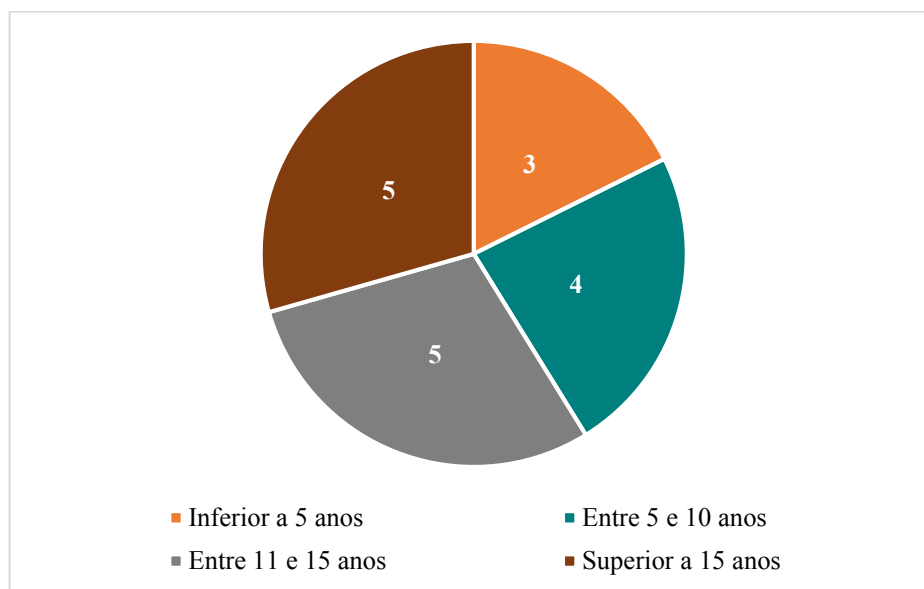
Um dos primeiros fins da presente investigação consistiu em caracterizar os inquiridos, com o intuito de perceber a veracidade das respostas. Das 17 respostas obtidas, foi possível verificar que a maioria dos inqueridos ocupam o cargo/função de diretor(a) técnico(a) da instituição (gráfico 3.1).

Gráfico 3.1: Cargo/Função Desempenhado na Instituição.



Fonte: Elaboração Própria.

Na caracterização do inquerido foi pertinente analisar qual o tempo de permanência na instituição apurou-se que a maioria dos inquiridos trabalham entre 11 e 15 anos ou mais anos na instituição e apenas três inqueridos trabalham há menos de 5 anos na organização (gráfico 3.2).

Gráfico 3.2: Tempo de Permanência na Instituição.

Fonte: Elaboração Própria.

A caracterização dos inquiridos representada, anteriormente atesta que o inquirido por questionário foi preenchido com credibilidade, pelo facto de a maioria dos inquiridos serem os diretores técnicos e permanecerem maioritariamente entre 11 e 15 ou mais anos na organização.

3.2. Caracterização das IPSS

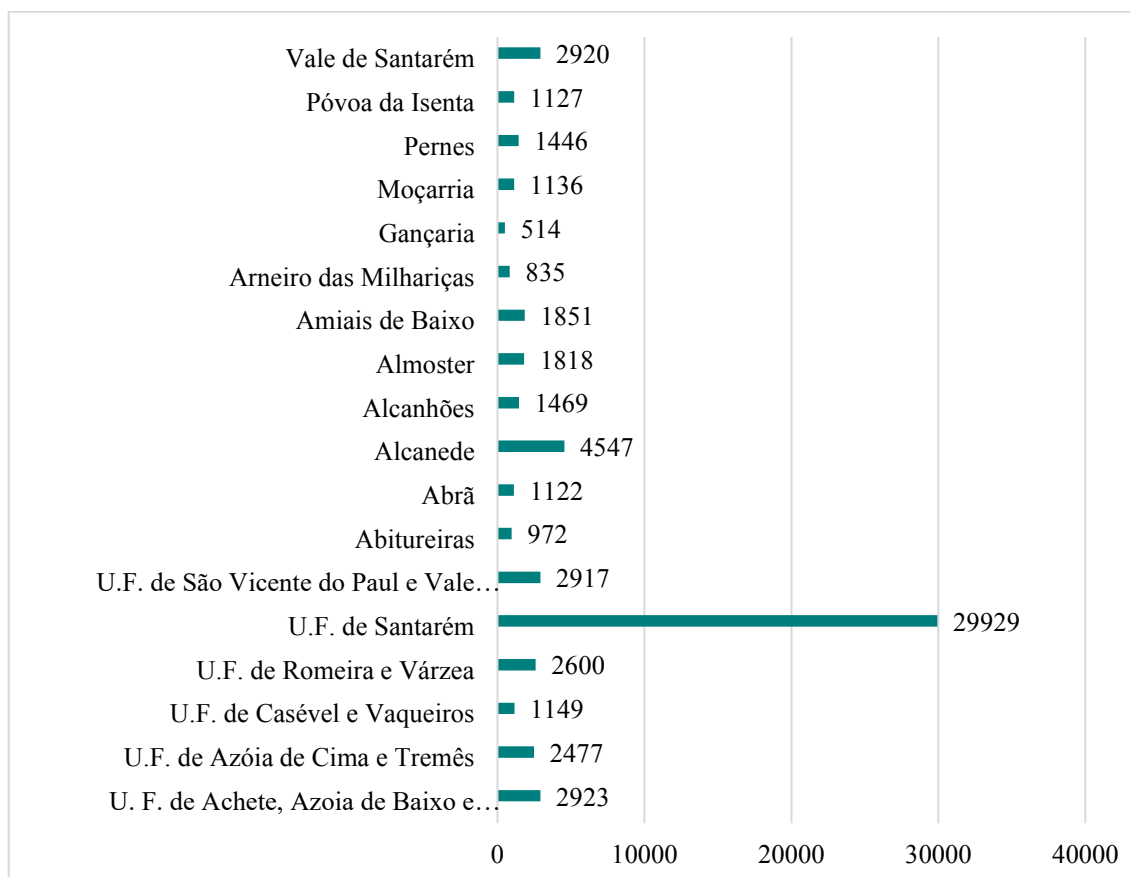
Por outro lado, era relevante caracterizar as IPSS em estudo, a segunda parte do questionário incidiu sobre a distribuição das IPSS por freguesia, assim como identificar os seus anos de existência, o seu fim estatutário e os serviços prestados à comunidade local.

3.2.1. Distribuição das Instituições por Freguesia

Como podemos verificar no capítulo I o concelho de Santarém tem uma população aproximadamente de 61752 residentes, distribuídos pelas 18 freguesias. Neste concelho existe apenas uma freguesia urbana, a União das Freguesias de Santarém com 29929 residentes e as restantes freguesias são rurais. Como representa o gráfico 3.3, as freguesias rurais com maior número de residentes são: a Freguesia de Alcanede, a União de

Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém e a Freguesia do Vale de Santarém. Contrariamente a Freguesia de Abitureiras e a Freguesia da Gançaria são as que apresentam menos população.

Gráfico 3.3: População Residente no Concelho, por Freguesia.



Fonte: Elaboração Própria.

No quadro 3.1. verificar-se a existência de IPSS por freguesia, foi possível apurar que aproximadamente 66,6% das freguesias do concelho de Santarém têm localmente uma ou mais IPSS. Importa referir que sensivelmente 22,7% das IPSS não colaboraram no preenchimento do inquérito por questionário do presente estudo. No entanto, junto da Segurança Social apurou-se que as freguesias da Abrã e Almoster embora não estejam representadas no quadro seguinte estão providas de IPSS e apenas 33,4% das freguesias do concelho não registam a existência de IPSS. Contudo analisou-se que as freguesias que não registam organizações deste tipo encontram-se junto a freguesias limítrofes que apresentam IPSS.

Naturalmente, as freguesias de maior densidade populacional são também aquelas que têm mais instituições, como é o caso da União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira, São Salvador e São Nicolau com 6 IPSS, a Freguesia de Alcanede e a Freguesia do Vale de Santarém igualmente com 2 IPSS. Desta forma, podemos verificar que existe uma correspondência entre a dimensão populacional das freguesias e a quantidade de IPSS que as serve, resultado que vai ao encontro do previsto e permite corroborar com as hipóteses de estudo.

Quadro 3.1: Identificação das IPSS, por Freguesia.

Tipo de Freguesia	Designação da Freguesia	Identificação da Instituição
Freguesias Urbanas	União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira, São Salvador e São Nicolau	Associação Jardins Escola João Deus Santarém Associação Familiares Amigos do Doente Psicótico - A FARPA Associação Desenvolvimento Social Comunitário Santarém Santa Casa da Misericórdia de Santarém Fundação Luiza Andaluz Centro Solidariedade Social Santarém
Freguesias Rurais	Freguesia de Abitureiras	Centro Apoio Família - CAF
	Freguesia de Amiais de Baixo	Associação Solidariedade Social e Melhoramentos Amiais Baixo
	Freguesia do Vale de Santarém	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental- APPACDM Centro Educativo e de Solidariedade Social – EZN da Fonte Boa
	Freguesia de Alcanede	Santa Casa da Misericórdia de Alcanede Centro Social Paroquial Serra do Alecrim IPSS
	União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale Figueira	Centro Bem-estar Social Vale Figueira
	Freguesia de Pernes	Santa Casa da Misericórdia Pernes
	Freguesia de Moçarria	Centro Social da Freguesia de Moçarria
	União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém	Centro Solidariedade Social N ^a Sr. ^a Luz
	Freguesia de Alcanhões	Centro Social Paroquial Santa Marta

Fonte: Elaboração Própria.

Foi possível apurar que as diversas IPSS do concelho não cingem a sua atuação somente à sua freguesia. As diversas instituições apoiam as diferentes freguesias do concelho na prestação de serviços. Podemos, ainda, verificar no quadro seguinte que existe três organizações que apoiam todo o concelho de Santarém e uma que para além da sua atuação local colabora com outros concelhos.

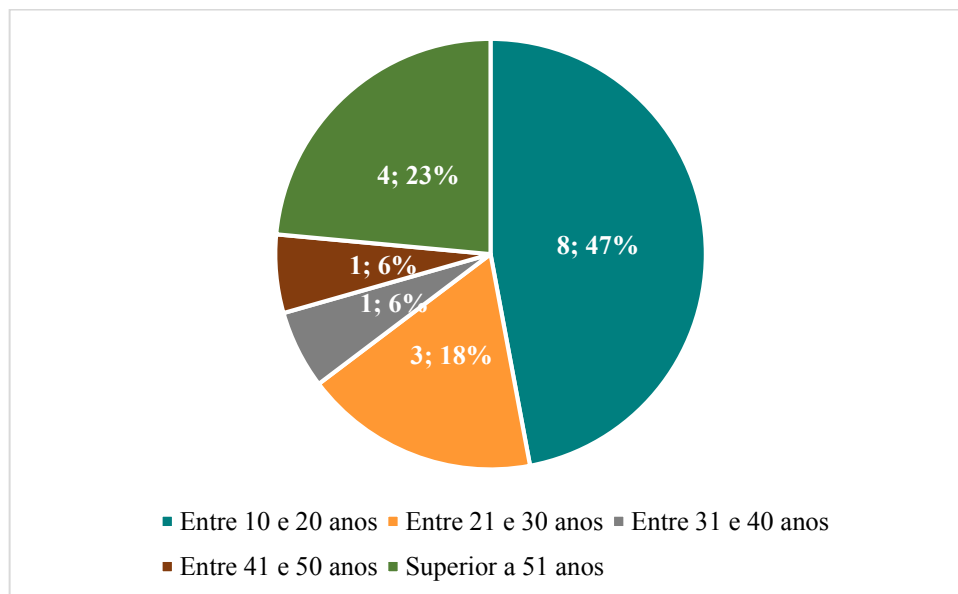
Quadro 3.2: Área de Abrangência das IPSS.

Freguesia	N.º de Instituições que Atuam por Freguesia
União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira, São Salvador e São Nicolau	6
Freguesia de Abitureiras	3
Freguesia de Amais de Baixo	1
Freguesia do Vale de Santarém	2
Freguesia de Alcanede	4
União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale Figueira	3
União das Freguesias de Azóia de Cima e Tremês	2
Freguesia de Pernes	2
Freguesia de Moçarria	2
União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém	2
Freguesia de Alcanhões	3
Freguesia de Abrã	1
Freguesia da Romeira e Várzea	3
Freguesia da Gançaria	2
Freguesia de Almofter	2
União das Freguesias de Casével e Vaqueiros	3
Freguesia da Póvoa da Isenta	2
Freguesia do Arneiro das Milhariças	3
Todo o Concelho	3
Outros Concelhos: Alpiarça, Almeirim, Cartaxo, Azambuja	1

Fonte: Elaboração Própria.

3.2.2. Anos de Existência e Fim Estatutário das IPSS

No universo das 17 IPSS foi fundamental perceber os anos de existência das mesmas e verificou-se que a maioria das inquiridas, oito entidades apresentam entre 10 a 20 anos de existência e quatro apresentam uma idade superior a 51 anos e as restantes cinco compreendem uma idade entre 21 a 50 anos (gráfico 3.4).

Gráfico 3.4: Anos de Existência da Organização.

Fonte: Elaboração Própria.

Para compreendermos o âmbito e a área de intervenção das IPSS foi necessário conhecer os seus fins estatutários, ou seja, os interesses para a qual se constituíram e foram reconhecidas. De modo a facilitar uma análise mais detalhada das diversas IPSS, foi necessário agrupá-las em oito categorias e 2 IPSS acrescentaram mais dois fins estatutários para além dos apresentados (quadro 3.3).

Tendo em conta que esta era uma questão de resposta múltipla, uma vez que cada IPSS pode assumir mais do que um fim estatutário. Verificou-se que a maioria das IPSS destinam-se ao apoio da terceira idade, seguindo-se o apoio à infância e juventude e o apoio social e comunitário. Porém esta análise vai ao encontro da balança demográfica do país pois há um número cada vez maior de idosos em relação às crianças e jovens existentes.

Quadro 3.3: Fim Estatuário das IPSS.

Fim Estatuário	Frequência (N.º)
Apoio à Terceira Idade	13
Apoio à Infância e Juventude	8
Apoio Social e Comunitário	5
Apoio ao Cidadão Portador de Deficiência	2
Apoio Social e Caritativo	3
Promoção e Prestação de Cuidados de Saúde	2
Promoção do Desenvolvimento Local e Regional	3
Apoio à Pessoa com Doença Mental	2
Outro: Apoio Alimentar	1
Outro: Apoio a População Sem Abrigo	1
Total	40

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto ao fim estatutário das IPSS, verifica-se que existe uma correspondência entre o fim estatutário das IPSS e dimensão populacional das freguesias, ou seja, o principal fim estatutário das IPSS destina-se à terceira idade, população que atualmente apresenta mais necessidades no concelho, este resultado vai ao encontro do previsto e permite corroborar com as hipóteses de estudo.

3.2.4. Serviços Prestados pelas IPSS

Com objetivo de colaborar na melhoria das condições de vida das comunidades, na inclusão social dos indivíduos mais desfavorecidos, assim como na qualidade do bem-estar da população em geral, de acordo com o fim estatutário de cada uma, as IPSS desenvolvem um conjunto diversificado de atividades com a finalidade de dar resposta às necessidades locais existentes.

Os serviços prestados pelas IPSS são diversificados, compreendendo várias áreas de intervenção. Das 17 instituições que compõem a amostra de estudo, registaram-se diferentes atividades no âmbito do apoio à infância e juventude, reabilitação e deficiência, idosos, toxicoddependência e saúde mental.

No que concerne às respostas sociais por população-alvo o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2014a) refere que o crescimento do número de respostas sociais que integram a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) situou-se em 2014 em 38 %, por referência ao ano de 2000, valor que indica um acréscimo superior a 3800 novas respostas. As respostas direcionadas ao grupo das crianças e jovens, a RSES registou um aumento de 22 % no período de 2000-2014, o que corresponde a um

aumento de 809 novas respostas. No entanto, as respostas dirigidas às pessoas idosas representam 54 % do número total de respostas da RSES, o que indica as necessidades de apoio à população idosa, grupo etário que tem aumentado de forma significativa na população residente do nosso país.

No presente estudo constatou-se que os serviços e equipamentos de apoio a idosos são os que apresentam maior número de frequência de respostas (quadro 3.4), existem no total 33 respostas com diferentes serviços nesta área específica, com capacidade de apoiar aproximadamente 1222 indivíduos, de acordo com as suas necessidades. O número de utentes abrangidos nesta área deve-se ao aumento do envelhecimento populacional, pois 23,5% da população residente no concelho de Santarém tem 65 ou mais anos de idade, segunda a Portada (2016).

Relativamente ao número de serviços e equipamentos de apoio à infância e juventude, apresentam um menor número de frequências comparativamente à área de intervenção apresentada anteriormente, com um total de 17 respostas e com capacidade de apoiar aproximadamente 734 crianças/jovens. O respetivo número de utentes nas diversas respostas desta área de intervenção deve-se em parte, à necessidade integrar as crianças desde cedo no sistema educativo e um outro fator que pode esclarecer estes valores, diz respeito à alteração dos papéis dentro da sociedade e da estrutura familiar, mais especificamente o aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, importa referir que a população do concelho de Santarém, com menos de 15 anos representa 14,1% dos residentes, de acordo com Portada (2016).

Em relação ao número de respostas sociais e serviços de apoio à deficiência foi possível apurar um total de 5 respostas nesta área específica com capacidade de apoiar 292 indivíduos. Igualmente com menor número encontram-se as respostas de apoio à toxicodependência e saúde mental, registam-se apenas dois serviços nesta área e apoiam aproximadamente 30 pessoas.

Quadro 3.4: Serviços Prestados Pelas IPSS.

Área de Intervenção	Resposta Social	N.º de Resposta Existentes	Capacidade	Lista de Espera
Apoio à Infância e Juventude	Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco	1	15	---
	Centro de Apoio Familiar (aconselhamento parental)	0	---	---
	Centro de Atividades de Tempos Livres	3	155	27
	Creche	5	188	104
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (Jardim de Infância)	3	154	41
	Lar de Infância e Juventude	2	30	---
	1.º Ciclo	1	72	38
	2.º Ciclo	1	72	39
	Outro: Amas Familiares	1	58	48
Apoio à Reabilitação e à Deficiência	Centro Socioeducativo	1	10	---
	Lar Residencial	1	58	20
	Intervenção Precoce	1	30	---
	Centro de Atividades Ocupacionais	1	144	---
	Formação e Emprego	1	50	---
	Outro: Não se Regista	0	---	---
Apoio a Idosos	Apoio Domiciliário	13	450	104
	Centro de Convívio	2	15	---
	Centro de Dia	10	298	10
	Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos)	6	415	254
	Cuidados Continuados	1	21	---
	Centro de Noite	0	---	---
	Outro: Lar de Grandes Dependentes	1	23	---
Apoio à Toxicopendência e Saúde Mental	Equipas de Rua	0	---	---
	Apartamentos de Reinserção Social	0	---	---
	Atividades de Apoio Social	0	---	---
	Atividades de Apoio à Reabilitação	1	20	---
	Outra: Fórum Sócio Ocupacional	1	10	13
Total		57	2288	698

Fonte: Elaboração Própria.

Através do presente estudo verificou-se que aproximadamente 89% das vagas das respostas sociais, das diferentes áreas de intervenção, são abrangidas pelas participações da Segurança Social, ou seja, corresponde a uma participação financeira no âmbito dos acordos de cooperação celebrados com as IPSS.

Contudo o concelho de Santarém apresenta um número considerável de IPSS com respostas sociais com diversificados serviços e com base nos dados obtidos, mas podemos constatar que não são suficientes para dar resposta imediata a toda a população. Tal verifica-se principalmente nos serviços de apoio a idosos, onde se averigua uma lista de

espera de 254 idosos para estrutura residencial de idosos e 104 idosos para o apoio domiciliário.

Também nos serviços de apoio a crianças e jovens existe uma lista de espera de 104 crianças para creche, 48 crianças para creches familiares e 41 crianças para estabelecimentos de educação pré-escolar. Verificar-se que o concelho de Santarém não tem respostas sociais suficientes para dar resposta emitida à população do concelho.

Contudo verifica-se que as IPSS do concelho de Santarém para além de prestarem serviços nas áreas de intervenção indicadas no quadro 3.4, desenvolvem outras respostas e projetos sociais de apoio à família, como se pode verificar no quadro 3.5. A resposta/projeto social que apresenta maior frequência refere-se à cantina social, seguindo-se os bancos de ajudas técnicas.

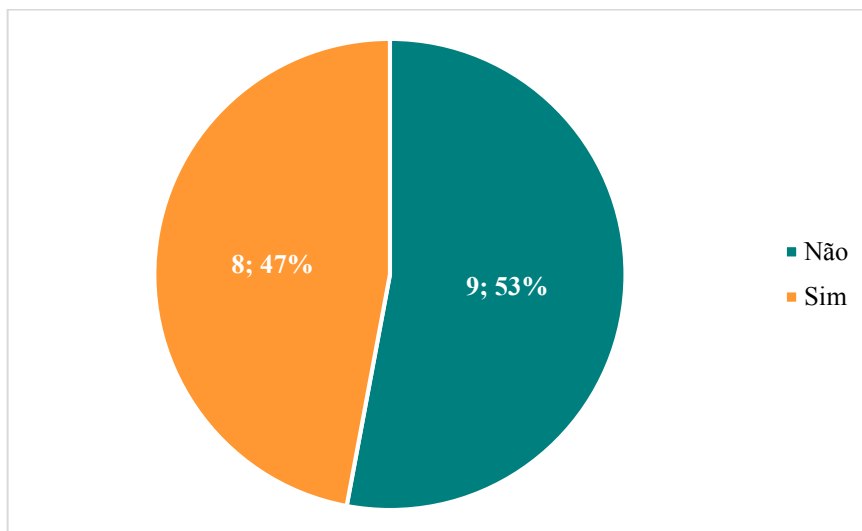
Quadro 3.5: Outras Respostas Sociais/ Projetos das IPSS.

Outras Respostas Sociais	Frequência (N.º)
Cantina Social	12
Banco Ajudas Técnicas	8
Centros de Recursos Para a Inclusão	1
Rendimento Social de Inserção (RSI)	2
Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC)	2
Projetos Erasmus +	1
CLDS 3G	1
Banco de Roupas	1
Gabinete de Atendimento Social	1
Distribuição Alimentar – Banco Alimentar	4
Total	33

Fonte: Elaboração Própria.

Do universo da amostra de estudo, apurou-se que as 17 IPSS têm aproximadamente 3750 beneficiários, ou seja, apoiam 6,8% da população do concelho de Santarém.

Anteriormente verificou-se que vários indivíduos se encontram em lista de espera nas diferentes respostas sociais, mas junto das organizações em estudo, constatou-se que 47% das IPSS tem como objetivo aumentar a sua capacidade de resposta, potenciando assim uma diminuição das listas de espera (gráfico 3.5).

Gráfico 3.5: Aumento da Capacidade das IPSS.

Fonte: Elaboração Própria.

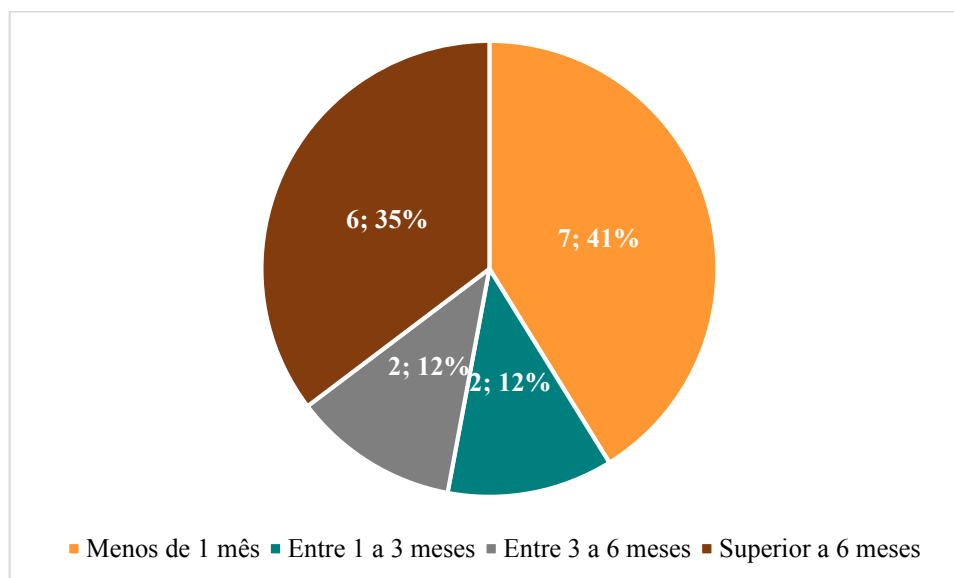
No que respeita ao aumento das respostas sociais apurou-se que as IPSS do concelho pretendem criar novas vagas, no âmbito do apoio a idosos, 116 vagas em ERPI, 57 vagas de apoio domiciliário e 40 vagas em centro de dia. Na área da toxicodependência e saúde mental tencionam aumentar 20 vagas em fórum sócio ocupacional e na área da deficiência 10 vagas em intervenção precoce e 5 vagas em contexto lar residencial. Na área das crianças/jovens não existe intenção de aumentar o número de vagas.

Quadro 3.6: Aumento da Capacidade das Respostas Sociais.

Resposta Social	N.º que pretende aumentar
ERPI	116
Apoio Domiciliário	57
Centro dia	40
Fórum Sócio Ocupacional	20
Intervenção Precoce	10
Lar Residencial (apoio à deficiência)	5
Total	248

Fonte: Elaboração Própria.

No universo das 17 IPSS verifica-se que em 41% das instituições, os indivíduos permanecem menos de 1 mês em lista de espera, 35% das IPSS afirmam que os indivíduos por vezes estão mais de seis meses em lista de espera e as restantes 24% garantem que os indivíduos se encontram entre 1 a 6 meses à espera de uma vaga (gráfico 3.6).

Gráfico 3.6: Lista de Espera das IPSS.

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à implementação de projetos em 2016 pelas IPSS constatou-se que apenas 18% das IPSS em estudo implementaram novos projetos em 2016, Projeto Erasmus +, CLDS e o Lar São João de Deus, estrutura residencial para idosos com demência, o que permite dar resposta às necessidades locais da população, importa referir que esta resposta específica é a única no concelho de Santarém.

Em relação aos projetos para o futuro, verifica-se que a maioria das IPSS, neste caso 65% organizações, afirmam que tem projetos para futuro. Fazem parte desses projetos, obras de remodelação, uma unidade socio ocupacional, uma equipa de apoio psicossocial domiciliário, a construção de três ERPI, uma ERPI específica para utentes com demência, um espaço saúde incluindo uma sala *snoezelen*, uma creche, uma Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e diversas IPSS afirmam terem vários projetos em situação de análise da candidatura.

Assim, verifica-se que os projetos que as IPSS pretendem para o futuro vão de encontro às necessidades da população do concelho de Santarém, pois a maioria dos projetos incide sobre a edificação de equipamentos de apoio a idosos, A construção destes edifícios iria permitir baixar a lista de espera das IPSS e responder mais rapidamente às necessidades da população idosa. Dos vários projetos, as obras de remodelação também são uma mais-valia nas diferentes IPSS, pois permite adequar as suas condições aos seus serviços e população-alvo, aspeto que vai ao encontro das hipóteses de estudo.

3.3. Estrutura Organizativa das IPSS

Com o propósito de averiguar a forma jurídica das IPSS do concelho de Santarém, foi necessário agrupar as organizações em associações, cooperativas, fundações, mutualidades e irmandade da misericórdia. No universo das 17 IPSS, confirma-se que a natureza jurídica da maioria das inquiridas consiste em associações.

Quadro 3.7: Natureza Jurídica das Organizações.

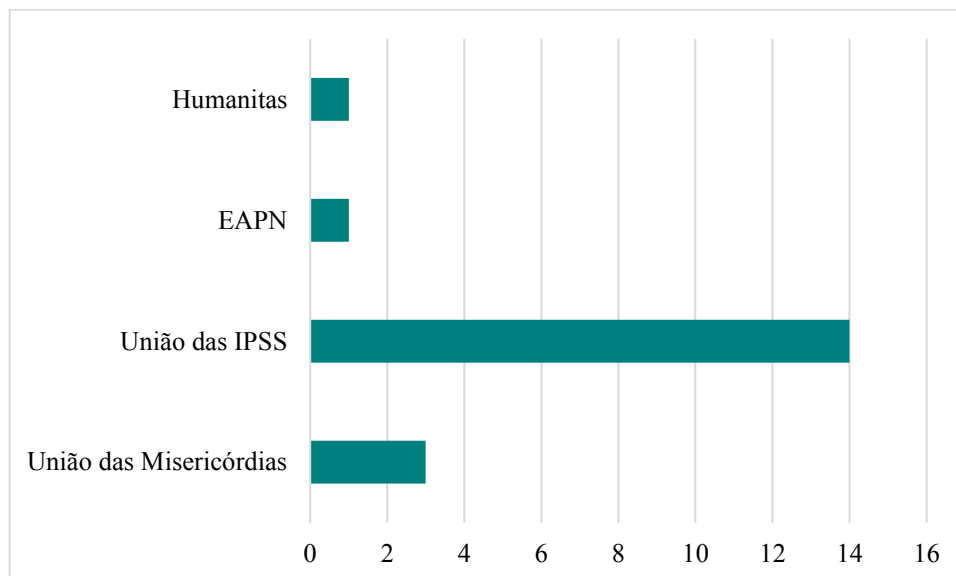
Natureza Jurídica da Organização	Frequência (N.º)
Mutualidade	0
Fundação	0
Cooperativa	0
Irmandade da Misericórdia	3
Associação	14
Total	17

Fonte: Elaboração Própria.

No concelho verifica-se que não existe nenhuma IPSS de natureza jurídica fundacional, nem mutualidade ou cooperativa. Segundo a CAOES - Classificação das Organizações da Economia Social (CAOES) e de acordo com a natureza jurídica das IPSS estudadas, considera-se que estão todas enquadradas na ação social.

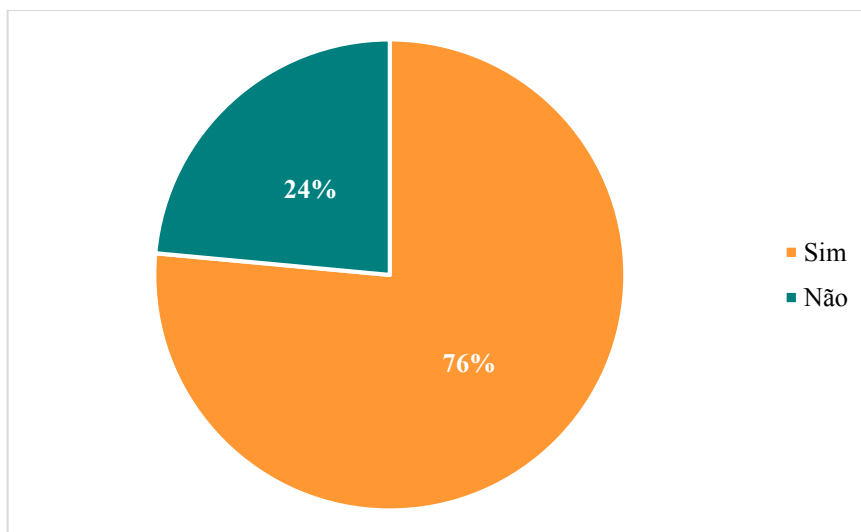
Junto das organizações em estudo, foi possível averiguar que 10 IPSS afirmam terem sócios, na dimensão destas aferiu-se aproximadamente a existência de 3229 sócios.

Quanto à integração das 17 IPSS em estudo em diversos organismos, verifica-se que incorporam a União das IPSS, a União das Misericórdias, a Humanitas – Federação Portuguesa Para a Deficiência e a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) (gráfico 3.7).

Gráfico 3.7: Integração das Organizações em Diversos Organismos.

Fonte: Elaboração Própria.

No que concerne à descentralização das políticas sociais do Estado para redes/associações locais, apenas 24% das IPSS em estudo do concelho de Santarém afirmam que essa descentralização não iria beneficiar a autuação das instituições.

Gráfico 3.8: Descentralização das Políticas Sociais do Estado.

Fonte: Elaboração Própria.

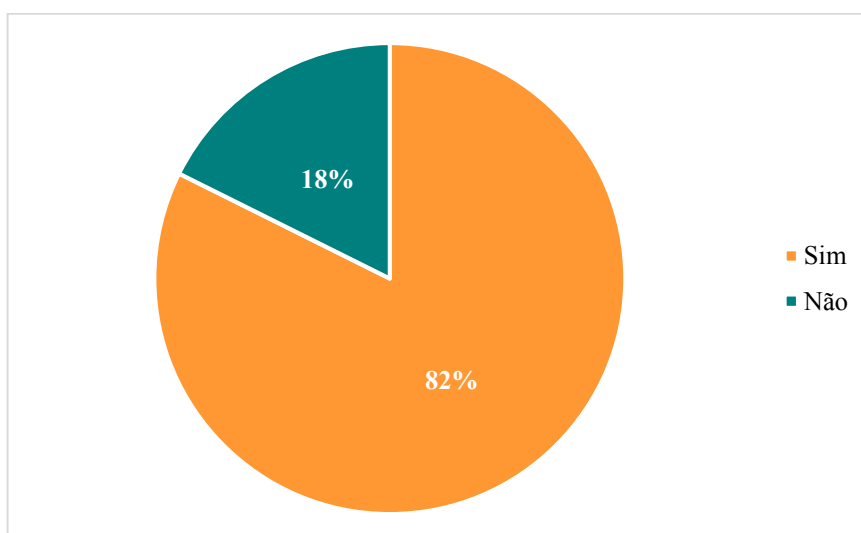
3.3.1. As Relações Organizacionais das IPSS

De acordo com Perret et al. (2007, citado por Gavino, 2013, p.72), as redes de parceria “*são uma solução para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos e os problemas complexos, onde existam múltiplos atores envolvidos, onde há interação de agentes públicos e privados, centrais e locais.*”

Primeiramente as parcerias podem parecer um modo difícil de abordar os problemas sociais, mas contém um grande potencial para os solucionar. De modo, a contornar as dificuldades das parcerias, é necessário encontrar instrumentos para reprimir os desequilíbrios do poder. Assim as IPSS devem criar parcerias que funcionem de uma forma simples, de modo a facilitar o diálogo, a participação e a decisão, devendo ser flexíveis na busca de soluções que resolvam os problemas ou para a criação de novas respostas.

Namorado (2004) encara as parcerias com atores externos como uma oportunidade de desenvolvimento das organizações e do local em que se inserem. Desta forma, perguntou-se às IPSS se estão envolvidas em parcerias institucionais de âmbito quer local, distrital e/ou regional. Constatou-se que 82% das IPSS em estudo estavam envolvidas em parcerias, verificou-se uma grande adesão por parte das organizações na procura de otimização dos recursos locais existentes.

Gráfico 3.9: Envolvimento em Parcerias.



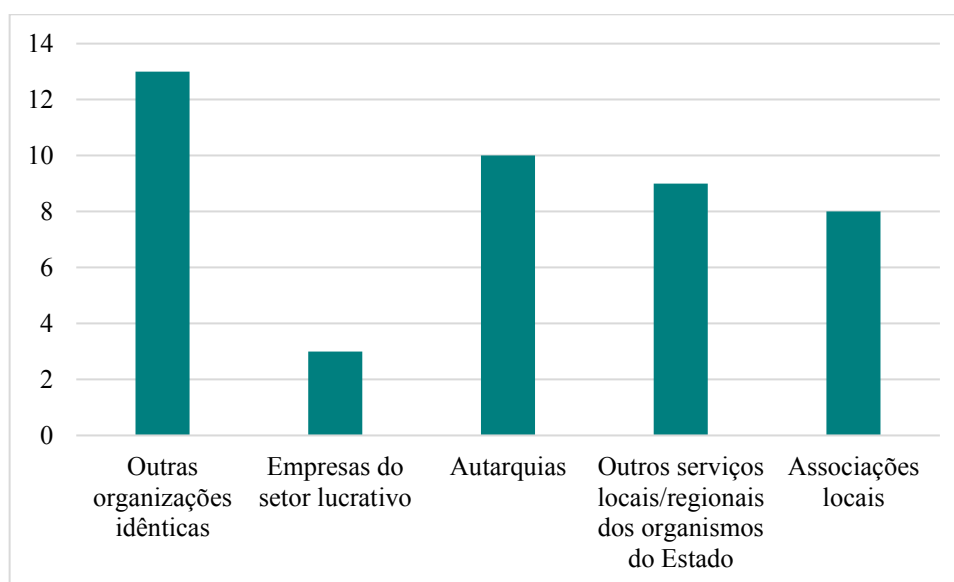
Fonte: Elaboração Própria.

Ainda, relativamente às parcerias apurou-se que existe um conjunto de projetos que as IPSS desenvolvem com as várias parcerias institucionais de âmbito local e/ou

distrital e/ou regional, destaca-se assim projetos, com as várias entidades das juntas de freguesia, rede social, Grupo de Instituições de Apoio a Idosos do Concelho de Santarém (GIAS), atividades com o CLDS, ajudas técnicas, formação em diferentes áreas e colaboração e articulação com CLASS.

O envolvimento das IPSS em parcerias revela uma grande diversidade nos atores com os quais são estabelecidos esta relação, verifica-se no gráfico 3.10 que existem várias entidades com as quais as IPSS mantêm uma relação mais estreita, neste caso valorizam-se as parcerias com outras organizações idênticas 30%, autarquias 23%, outros serviços locais/regionais dos organismos do Estado 21%, associações locais 19% e empresas do setor lucrativo 7%.

Gráfico 3.10: Entidades de Cooperação com as IPSS



Fonte: Elaboração Própria.

Do universo das 17 IPSS apurou-se que existe outras entidades parceiras das IPSS nomeadamente, centros de saúde, IEFP, GNR, PSP, Animar, EAPN, ISLA, Banco Alimentar, Fundação EDP, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santarém (UDIPSS), Agrupamentos Escolares, Escolas Profissionais, Instituto Politécnico de Santarém, Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, W Shopping e O Mirante (jornal regional).

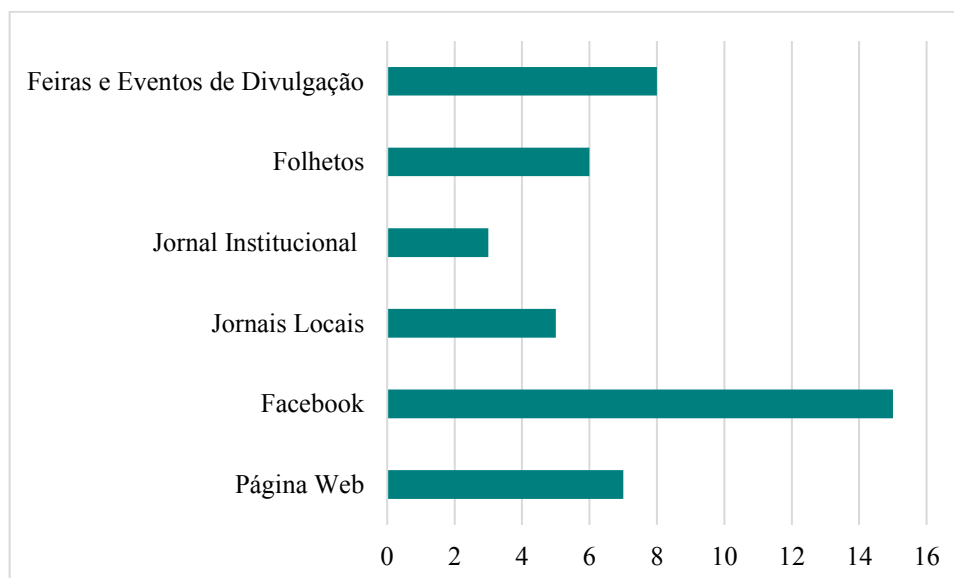
Foi possível aferir que o conjunto das 17 IPSS em estudo tem uma boa relação com os serviços da comunidade.

3.3.2. A Comunicação das IPSS

A comunicação tornou-se uma das mais importantes ferramentas de gestão das organizações de economia social, esta aumenta a visibilidade e reconhecimento das IPSS. Atualmente um dos segredos do sucesso deste tipo de organizações sem fins lucrativos reside na comunicação que praticam e é fulcral na inovação relativamente às formas de captação de recursos, sendo igualmente um dos seus maiores desafios. Apesar da comunicação ser importante captar recursos, esse não deve ser o único objetivo, pois as IPSS precisam de se afirmar perante a sociedade como responsáveis por uma mudança social. A comunicação externa nas IPSS tem um papel essencial na difusão dos seus serviços e sobretudo na construção de uma imagem positiva da organização (Campos, 2013).

Junto das IPSS em estudo verificou-se que o meio de divulgação mais utilizado consiste no Facebook, seguindo-se a participação em feiras e eventos de divulgação (gráfico 3.11).

Gráfico 3.11: Meios de Divulgação Utilizados.



Fonte: Elaboração Própria.

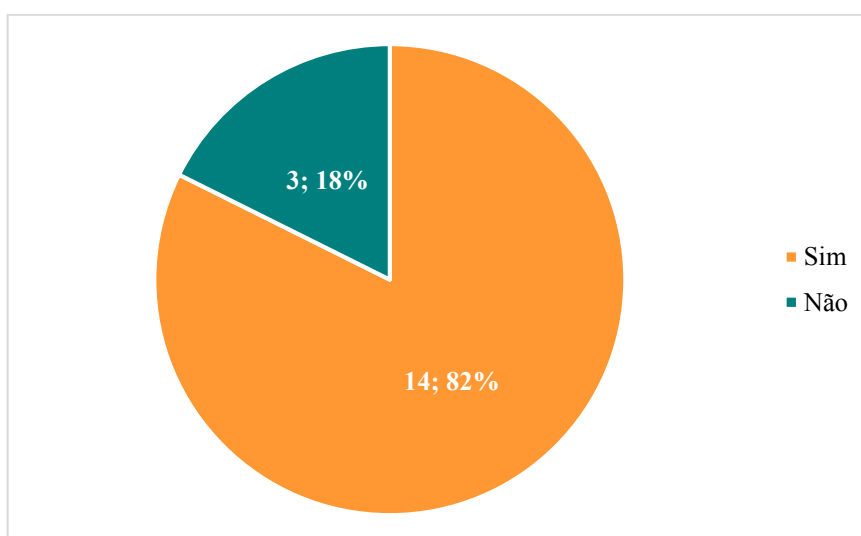
3.3.3. A Responsabilidade Social das IPSS

Segundo Fernandes (2010), a Comissão das Comunidades Europeias, definiu Responsabilidade Social das Empresas (RSE) como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua

interação com outras partes interessadas, ou seja, as entidades decidem, numa base voluntária, cooperar para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo. A RSE pode ser vista como o compromisso da organização “*em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhando com os empregados, as suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a sua qualidade de vida*” (Holme e Watts, 2000, citado por Fernandes, 2010, p.18).

O gráfico seguinte demonstra que no universo das 17 IPSS em estudo, apenas 18% entidades adotam princípios de RES na sua atuação.

Gráfico 3.12: Responsabilidade Social das IPSS.



Fonte: Elaboração Própria.

As diferentes organizações que adotam comportamentos de RSE mencionaram diversos princípios a nível interno nomeadamente, qualidade de vida no trabalho, direitos e deveres dos trabalhadores e utentes/clientes, política de conciliação entre a vida profissional e laboral, ética profissional, participação em atividades de voluntariado, disponibilização de serviços de saúde para os colaboradores, cumprimento da legislação, acompanhamento psicossocial aos colaboradores, investimento na qualificação dos colaboradores, formação, gestão de carreiras e oportunidades de desenvolvimento pessoal.

No âmbito de ações de RES, a nível externo as IPSS mencionaram, o envolvimento com a comunidade, programas de voluntariado e intervenção em rede, organização de dádivas de sangue, promoção de atividades desportivas para a população,

atividades com vista a apoiar famílias carenciadas, gestão de resíduos, utilização de energias renováveis (painéis solares) e reciclagem.

3.4. Recursos Económicos

As IPSS para desenvolver as suas atividades, necessitam de dispor de diversos recursos financeiros. Mas devido à sua natureza, torna-se um problema porque geralmente não conseguem gerar fundos de forma autónoma. Para garantir o normal financiamento da organização, têm de recorrer a fontes de financiamento internas ou externas.

Como fontes internas, podemos considerar as quotas dos associados, as receitas próprias e os serviços pagos pelos utentes/clientes. As fontes externas referem-se essencialmente aos financiamentos públicos nomeadamente, acordos de cooperação da Segurança Social, autarquias, programas Europeus e/ou nacionais e donativos.

No quarto grupo do questionário voltado para os recursos económicos, perguntou-se às IPSS em estudo quais as suas principais fontes de financiamento, das 59 frequências de respostas obtidas no total, a fonte de financiamento com mais respostas foi as verbas da segurança social, em seguida as mensalidades pagas pelos utentes/clientes, as quotas dos associados e igualmente os donativos, as receitas próprias, os financiamentos através de programas Europeus e/ou Nacionais e as autarquias. Houve ainda uma IPSS que referiu outra fonte de financiamento, a iniciativa de angariação de fundos.

Quadro 3.8: Fontes de Financiamento.

Fonte de Financiamento	Frequência (N.º)
Quotas dos Associados	8
Receitas Próprias	5
Segurança Social	17
Donativos	8
Autarquias	2
Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais	3
Mensalidade dos Utentes/Clientes	15
Outro: Iniciativas de Angariação de Fundos	1
Total	59

Fonte: Elaboração Própria.

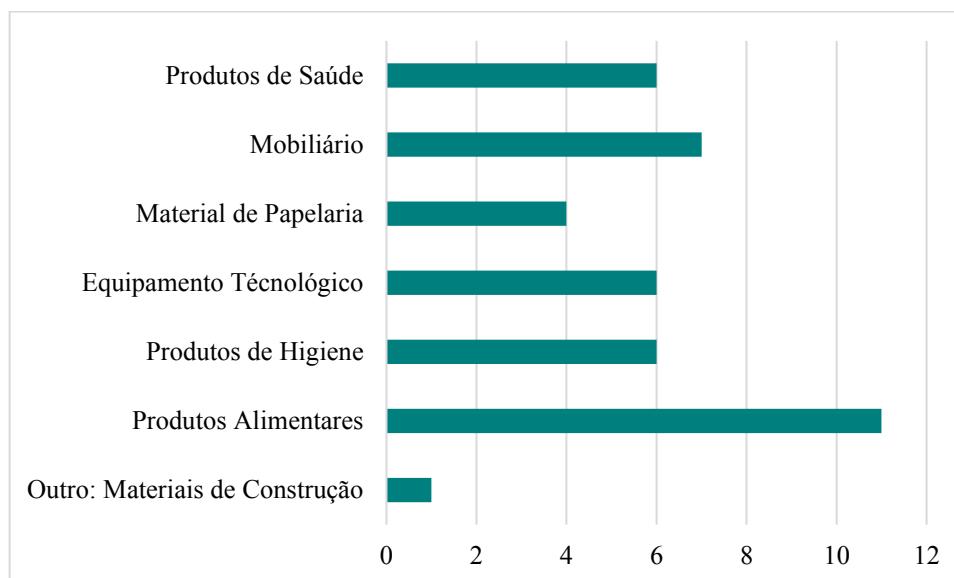
Como foi possível constatar anteriormente a principal fonte de financiamento das IPSS consiste no financiamento da Segurança Social, junto das 17 IPSS em estudo

verificou-se que apenas 18% conseguiriam prestar os serviços atuais se eventualmente a Segurança Social reduzisse as participações. No universo das IPSS em estudo, perguntou-se qual o valor médio de financiamento anual realizado pela Segurança Social e apurou-se aproximadamente 6.689.500.00€ (2 IPSS mencionaram que não estavam autorizadas pela direção a divulgar os valores das participações realizadas pela Segurança Social).

Do universo das 17 IPSS em estudo foi possível verificar que nenhuma desenvolve atividades/serviços de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos (tendo por base o Artigo 1.ºB do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social). Este tipo de atividades/serviços seria uma atividade fundamental para as IPSS gerarem receitas próprias, pois as instituições podem desenvolver atividades lucrativas para financiarem a sua atividade social.

Relativamente à contemplação das IPSS por ações de responsabilidade social das diversas entidades bancárias de Portugal, verificou-se que das 17 IPSS em estudo apenas 3 beneficiaram deste tipo específico de apoio, duas entidades tiveram apoio do Montepio Frota Solidária e uma outra teve apoio do Montepio Equipamento. As IPSS beneficiárias deste apoio afirmaram que foi possível equipar uma cozinha, adquirir uma viatura para o serviço de apoio domiciliário e ainda outra viatura de 9 lugares para o transporte de utentes/clientes.

No que respeita a doações realizadas por entidades do setor privado, 73% IPSS afirmaram que já receberam apoio deste tipo de organizações. No gráfico 3.12 é possível observar os diferentes produtos doados às IPSS e das 41 frequências de resposta obtidas no final, o tipo de doações com mais frequência refere-se aos produtos alimentares, mobiliário, produtos de higiene, equipamento tecnológico e produtos de saúde. As doações com menos frequência correspondem a materiais de papelaria e existiu uma IPSS que referiu que recebeu como doação materiais de construção.

Gráfico 3.13: Tipo de Doações Realizadas às IPSS.

Fonte: Elaboração Própria.

3.5. Recursos Humanos

Para Chiavenato (1999), separar o trabalho da existência das pessoas é muito difícil, quase impossível, em face da importância e impacto que nelas provoca. Assim, os indivíduos dependem das organizações onde trabalham para atingirem os seus objetivos pessoais e individuais. Por outro lado, as organizações dependem diretamente e inevitavelmente das pessoas para operar, produzir bens e serviços, atender clientes, competir nos mercados e atingir seus objetivos globais e estratégicos. Com toda a certeza, as organizações jamais existiram sem as pessoas que lhes dão vida, dinâmica, impulso, criatividade e racionalidade. Na verdade, cada uma das partes depende da outra.

Por fim, o autor acrescenta que gerir pessoas e competências humanas representa atualmente uma questão estratégica para as organizações.

3.5.1. A Caracterização dos Recursos Humanos das IPSS

No quinto grupo do questionário direcionado para os recursos humanos, procurou-se saber a sua dimensão, sendo que estas 17 organizações em estudo empregam no total 778 trabalhadores, dos quais 77 são trabalhadores do sexo masculino.

Quanto à idade dos colaboradores das IPSS em estudo, correspondem maioritariamente a indivíduos com idade compreendidas entre os 41 a 50 anos e entre os

30 a 40 anos. Os indivíduos com mais de 60 anos não têm presença nestas organizações, registando 0%, (gráfico 3.8).

Quadro 3.8: Idade dos Colaboradores das IPSS.

Grupo Etário	Frequência (N.º)
Menos de 30 anos	0
Entre os 30 a 40 anos	4
Entre os 41 a 50 anos	12
Entre os 51 a 60 anos	1
Mais de 60 anos	0
Total	17

Fonte: Elaboração Própria.

Por outro lado, era importante saber as habilitações literárias dos colaboradores, relativamente às 17 IPSS em estudo, verifica-se no quadro 3.9 que a maioria dos colaboradores possui habilitações até ao 3.º ciclo do ensino básico, seguindo-se o ensino superior.

Quadro 3.9: Habilitações Literárias dos Colaboradores das IPSS.

Habilitação Literária	Frequência N.º
Inferior ao 1.º Ciclo	0
1.º Ciclo	2
2.º Ciclo	1
3.º Ciclo	7
Ensino Secundário	3
Ensino Superior	4
Total	17

Fonte: Elaboração Própria.

Junto do universo das IPSS em estudo, foi possível aferir que 192 colaboradores apresentavam como habilitações literárias o ensino superior.

3.5.2. A Formação dos Recursos Humanos

Numa perspetiva ampla a formação é processo, seja ele formal ou informal, planeado ou não, através do qual os indivíduos aprendem novos conhecimentos, capacidades, atitudes pertinentes para a realização do trabalho. A formação diz respeito ao alcance dos objetivos relacionados com o trabalho, ou seja, é um dos métodos mais eficazes de melhorar a produtividade dos indivíduos e de comunicar objetivos

organizacionais aos colaboradores (Gomes, Cunha, Rego, Cunha, Cardoso e Marques, 2008).

Relativamente à formação dos recursos humanos, todas as IPSS em estudo referiram que é uma prática e mencionaram as seguintes formações realizadas:

- a) Primeiros socorros e suporte básico de vida;
- b) Psicologia da velhice;
- c) Gestão de conflitos;
- d) Gestão das IPSS;
- e) Cuidados básicos a idosos;
- f) Ser voluntário na ação social;
- g) Cuidados alimentares,
- h) Técnicas de animação de idosos;
- i) Gestão de reclamações;
- j) Gestão da qualidade;
- k) Demências;
- l) Gestão do luto;
- m) Higiene e segurança no trabalho;
- n) Administração terapêutica;
- o) Combate a incêndios e evacuação de edifícios;
- p) Toxicodependência e substâncias aditivas;
- q) Comportamentos de jovens em risco.

3.5.3. A Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

A avaliação de desempenho diz respeito à apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa em função das atividades que ela desempenha, das metas e resultados a serem alcançados e do seu potencial de desenvolvimento. Este processo serve para julgar ou estimar o valor, a excelência e as qualidades de uma pessoa e sobretudo a sua contribuição para o negócio da entidade (Chiavenato, 1999).

No que concerne à avaliação de desempenho dos recursos humanos, verificou-se que das 17 IPSS em estudo, em 65% esta metodologia é aplicada aos colaboradores.

As IPSS que afirmaram a prática da avaliação de desempenho, referiram que esta ferramenta contribui para eficácia e eficiência da organização. Como Chiavenato (1999) afirma a avaliação de desempenho deve ser utilizada para melhorar a produtividade do

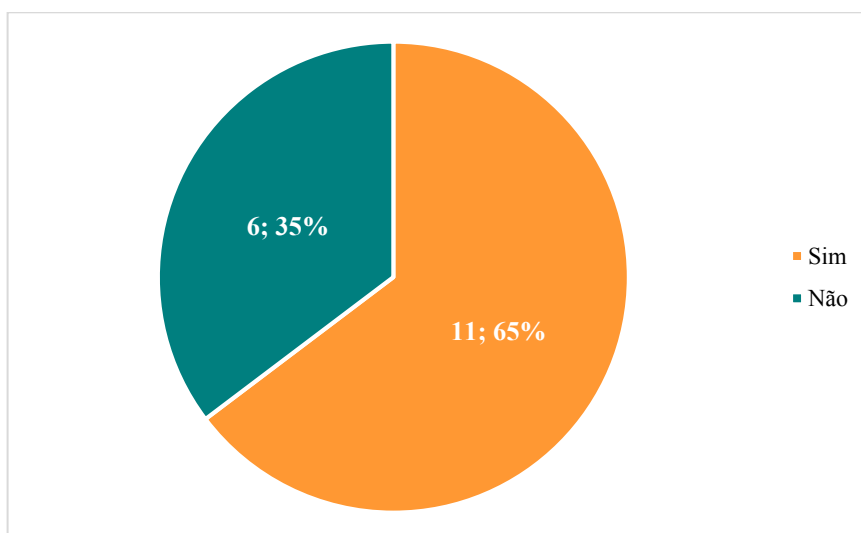
colaborar dentro da organização, tornando-o mais bem equipado para produzir com eficácia e eficiência.

3.5.4. O Voluntariado nas IPSS

O voluntariado tem um papel muito ativo na criação de respostas e na implementação de soluções e contribui fortemente para a melhoria da qualidade dos serviços das organizações sem fins lucrativos, é sobretudo uma forma de exercício da cidadania, através do qual as pessoas mostram o seu compromisso com o bem-estar coletivo e uma oportunidade de reforço da participação democrática (Azevedo, Franco e Meneses, 2012).

O voluntariado é uma potencialidade para este tipo de organizações, mas apenas em 65% das IPSS em estudo existe a existência de voluntariado (gráfico 3.12). Foi ainda possível, aferir que estas abrangem no total 162 voluntários, dos quais 95 são voluntários do sexo masculino.

Gráfico 3.14: A Existência de Voluntariado nas IPSS.



Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à idade dos voluntários das IPSS que afirmaram a existência de voluntariado, correspondem maioritariamente a indivíduos com idade superior a 60 anos, entre os 51 a 60 anos e entre os 30 a 40 anos. Os indivíduos com menos de 30 não têm

uma presença muito significativas nestas organizações, assim como a idade entre os 20 a 40 anos (quadro 3.10).

Quadro 3.10: Idade dos Voluntários das IPSS.

Grupo Etário	Frequência (N.º)
Menos de 30 anos	1
Entre os 30 a 40 anos	1
Entre os 41 a 50 anos	2
Entre os 51 a 60 anos	3
Mais de 60 anos	4
Total	11

Fonte: Elaboração Própria.

Relativamente às horas que voluntários dedicam às IPSS constatou-se que a presença dos voluntários nas IPSS ocupa em termos de média de horas semanais menos de 5 horas de tempo de trabalho (quadro 3.11).

Quadro 3.11: Horas de Voluntariado Realizado nas IPSS.

Horas	Menos 5 horas	Entre 5 a 10 horas	Entre 11 a 15 horas	Entre 16 a 20 horas	Entre 21 a 25 horas	Superior a 25 horas	Total
Frequência (N.º)	5	4	0	1	0	1	11

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos voluntários nas IPSS, assinalando que esta era uma questão de resposta múltipla, verifica-se que a participação dos voluntários está fundamentalmente ligada a atividades polivalentes e a atividades de apoio social/animação. Seguindo-se as atividades ligadas à direção, atividades administrativas e outras atividades, neste caso específico apoio na distribuição alimentar (quadro 3.12).

Quadro 3.12: Atividades Desenvolvidas pelos Voluntários nas IPSS.

Tipo de Atividade	Frequência (N.º)
Atividades ligadas à direção	5
Atividades administrativas	1
Atividades técnicas	0
Atividade de apoio social/animação	7
Atividades polivalentes	8
Outra: Apoio na distribuição alimentar	1
Total	22

Fonte: Elaboração Própria.

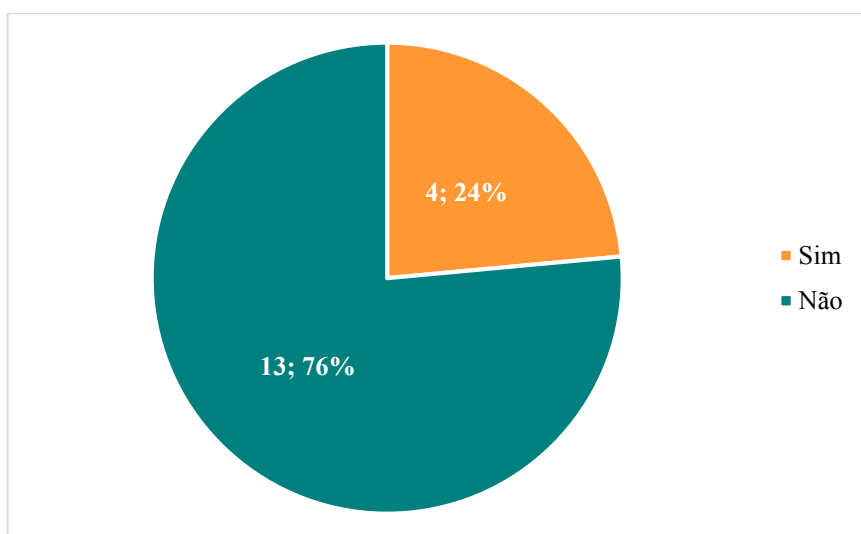
Por fim, junto das IPSS em que o voluntariado é uma prática verificou-se que apenas numa organização existe a formação dos voluntários.

3.6. Sistemas de Gestão da Qualidade

O conceito qualidade aplicado à economia social esta relacionado com o dar resposta adequada às necessidades que se pretendem satisfazer, assim como são utilizados de forma eficiente e eficaz os recursos doados, angariados e/ou atribuídos para esse fim. Neste entendimento da qualidade, ela é uma exigência de todos os envolvidos, ela é uma exigência de todos os envolvidos e de todos os interessados, ou seja, é uma exigência da sociedade (Sardinha, Soares, Diais e Marques, 2015).

No sexto grupo do questionário direcionado para os Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ)⁹, procurou-se saber junto da amostra de estudo se tinham este sistema implementado, sendo que apenas 24% IPSS afirmaram que tinham implementado o SGQ (gráfico 3.13).

⁹ Segundo Furtado (2003, citado por, Ribeiro 2012, p.14), os SGQ referem-se a um “conjunto coerente e interatuante da estrutura organizacional, das responsabilidades, dos procedimentos, dos processos e dos recursos utilizados para implementar a Gestão da Qualidade”. Um SGQ deve incluir atividades que contribuem para a qualidade na organização, para que todos os procedimentos sejam identificados assim como os seus objetivos e potenciais não conformidades, no futuro. Os SGQ devem ser capaz de fazer decrescer os erros na produção ou produtos/serviços, para que a insatisfação dos clientes seja cada vez menor.

Gráfico 3.15: Implementação dos SGQ nas IPSS.

Fonte: Elaboração própria.

Junto das IPSS em estudo que afirmaram terem implementado o SGQ, existiu a necessidade de perguntar há quanto tempo tinham implementado o SGQ, como se pode verificar no quadro 3.13 a maioria das IPSS tem este sistema implementado, três entidades afirmaram que tem este processo entre 3 a 5 anos e apenas uma organização tem entre 1 a 2 anos.

Quadro 3.13: Implementação do SGQ.

Tempo	Frequência (N.º)
Menos de 1 ano	0
Entre 1 a 2 anos	1
Entre 3 a 5 anos	3
Superior a 5 anos	0
Total	4

Fonte: Elaboração Própria.

Relativamente ao modelo de Sistema de Gestão da Qualidade implementado pelas IPSS, apurou-se junto das 4 organizações que cada uma implementou um dos seguintes modelos:

- a) MAQRS Nível A (Instituto da Segurança Social);
- b) EN ISO 9001:2008;
- c) EN ISO 9000:2005;
- d) EQUASS Excellence (Sistema Europeu da Qualidade das Respostas Sociais).

As diversas IPSS que afirmaram terem implementado o SGQ referiram que este tem vários benefícios para a organização nomeadamente, a standardização dos procedimentos, a análise do desempenho organizacional, a responsabilização de todos os colaboradores, a maior participação de todas as partes interessadas e o aumento do rigor na monitorização dos resultados.

Todas as IPSS do presente estudo, com o SGQ implementado afirmaram que este procedimento permitiu melhorar a eficácia e a eficiência da organização. Na gestão organizacional um dos desafios que persiste é necessidade de conciliar equidade e eficiência, ou seja, aliar as preocupações que se pretendem com a necessidade de assegurar a satisfação das necessidades e expectativas dos cidadãos, das entidades financiadoras e de outros atores envolvidos, através de uma gestão eficaz e eficiente dos recursos, num quadro de responsabilidade social (Sardinha, Soares, Diais e Marques, 2015).

3.7. Portugal 2020

O Portugal 2020 diz respeito ao acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que congrega a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, entre 2014 e 2020, Portugal. Estes princípios estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, seguindo a Estratégia Europa 2020 (Portugal 2020, n.d.).

Até 2020 Portugal irá receber 25 mil milhões de euros, e definiu objetivos temáticos para fomentar o crescimento e a criação de emprego, as intervenções necessárias para os realizar e as concretizações e os resultados previstos com estes financiamentos.

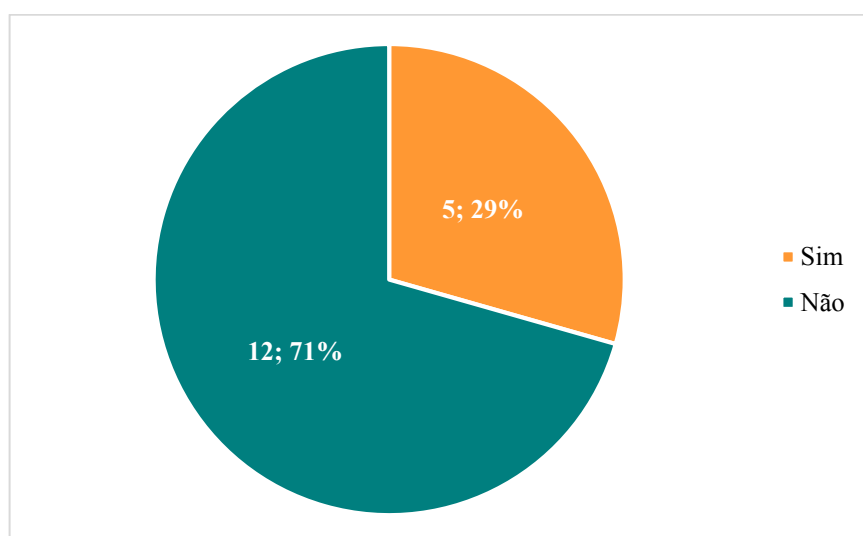
O Portugal 2020 pretende prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis;
- b) Desenvolvimento das exportações;
- c) Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo;
- d) Cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
- e) Diminuição dos níveis de abandono escolar precoce;

- f) Inclusão das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social;
- g) Fomentar o desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos;
- h) Aumento da coesão territorial, especialmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
- i) Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

Das 17 IPSS em estudo verificou-se que apenas 29% submeteram candidaturas ao Portugal 2020, em 2015 (gráfico 3.14).

Gráfico 3.16: Candidaturas das IPSS ao Portugal 2020.



Fonte: Elaboração Própria.

Junto das IPSS em estudo que afirmaram terem realizado candidaturas ao Portugal 2020, todas executaram candidaturas no domínio temático de inclusão social e emprego. Todas as candidaturas realizadas por estas cinco entidades foram concretizadas através do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE).

Relativamente à área em que foi submetida a candidatura foi possível verificar, duas candidaturas no âmbito do POISE – Rede Local de Intervenção Social, outras duas candidaturas na área do POISE – Contratos Locais de Desenvolvimento Local e por fim uma outra candidatura no domínio do POISE – Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade.

As diferentes organizações descreveram os diferentes projetos submetidos e mencionaram que a RLIS, permite um atendimento e acompanhamento de proximidade a indivíduos e famílias mais vulneráveis. O CLDS, possibilita a inclusão social dos

indivíduos e tem objetivo combater a pobreza em locais mais desfavorecidos. E projeto de qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade, permite ministrar cursos profissionais a esta população específica.

As diferentes IPSS que concretizaram estes projetos salientaram alguns benefícios desta iniciativa, para as próprias IPSS e comunidades, ou seja, estes projetos irão permitir alargar a oferta de serviços sociais através de novas tipologias, reforçar a coesão social, promover a inclusão social, combater a pobreza e discriminação, permitir obter uma melhor formação para ingressar no mercado de trabalho e possibilitar apoio social à comunidade local.

No que concerne à aprovação dos projetos apenas duas entidades afirmaram que os projetos submetidos foram aprovados, todas as outras ainda se encontravam a aguardar a decisão final.

No que pertence à cedência de fundos/prémios, constatou-se que apenas 41% das IPSS em estudo beneficiaram deste tipo de programas. As diferentes IPSS contempladas com estes apoios mencionaram os diferentes programas e qual o fim desse apoio desse apoio cedido (quadro 3.14).

Quadro 3.14: Cedência de Fundos/Prémios às IPSS.

Fundo/Prémio	Frequência (N.º)	Termo do Fundo
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	1	Construir uma ERPI nova.
Programa Operacional Potencial Humano (POPH)	3	Obras de remodelação; Construir uma ERPI nova.
Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)	1	Aquisição de viatura para pessoas com mobilidade reduzida.
Medida de Apoio à Segurança dos Equipamentos Sociais (MASES)	1	Remodelação das instalações; Certificação energética.
Fundo Rainha D. Leonor	1	Permitiu equipar a nova ERPI, para utentes com demência.
Total	7	

Fonte: Elaboração Própria.

3.9. Noção da Organização sobre a sua Intervenção a Realidade Local

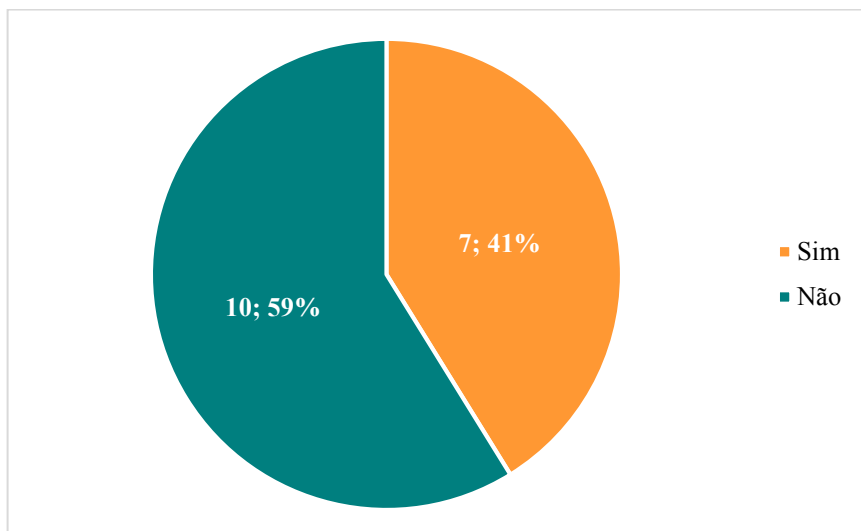
As organizações sem fins lucrativos apresentam a força necessária para melhorar as condições locais e de vida da comunidade e devem ter a aptidão de organizar os

indivíduos, uni-los e envolve-los harmoniosamente em torno de interesses comuns, atendendo às suas necessidades coletivas e individuais.

Este tipo de organizações acolhem um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses dos indivíduos que cooperam no sentido de fazer frente a fragilidades. Assim, as organizações contribuem para a melhoria das condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre os indivíduos consista numa oportunidade de crescimento e desenvolvimento (Leonello e Cosac, 2009, citados por Lacerda, 2012).

As OES, de base local favorecem o desenvolvimento local na medida em que tentam melhorar as condições de vida das comunidades e procuram responder às necessidades sentidas pela população e pelo território, sendo que as necessidades podem ser diversas e podem estar relacionadas com os serviços sociais, a educação, o desporto, a cultura e o lazer, a saúde, entre outros.

No último grupo do inquérito por questionário, direcionado para a realidade local das organizações, obteve-se dados que permitem perceber a atuação das IPSS dentro da comunidade local em que se inserem. A primeira questão relacionava-se com a necessidade de perceber se a oferta dos serviços por parte da organização era suficiente para satisfazer as necessidades da população local, sendo que apenas 41% das entidades afirmaram que a oferta de serviços por parte da instituição é suficiente para satisfazer as necessidades da população local, os residentes das diversas freguesias do concelho de Santarém (gráfico 3.15).

Gráfico 3.17: A Oferta de Serviços das IPSS a Nível Local.

Fonte: Elaboração Própria.

Foi também relevante perceber que fatores estão inerentes às dificuldades de atuação das IPSS locais. Lacerda (2012) afirmava que a maior dificuldade que uma organização pode encontrar é a falta de recursos, tanto por falta da própria organização, como das famílias beneficiárias. Desta forma, perguntou-se às IPSS, quais os principais fatores que condicionavam a sua atuação e como se tratava de uma questão múltipla obteve-se 33 respostas, como se pode verificar no quadro seguinte. Avergiu-se que os principais fatores que condicionam a atuação das IPSS consistem na falta de recursos por parte da instituição, seguindo-se a falta de recursos por parte das famílias e a pouca oferta de emprego.

Quadro 3.15: Fatores Que Dificultam a Atuação das IPSS.

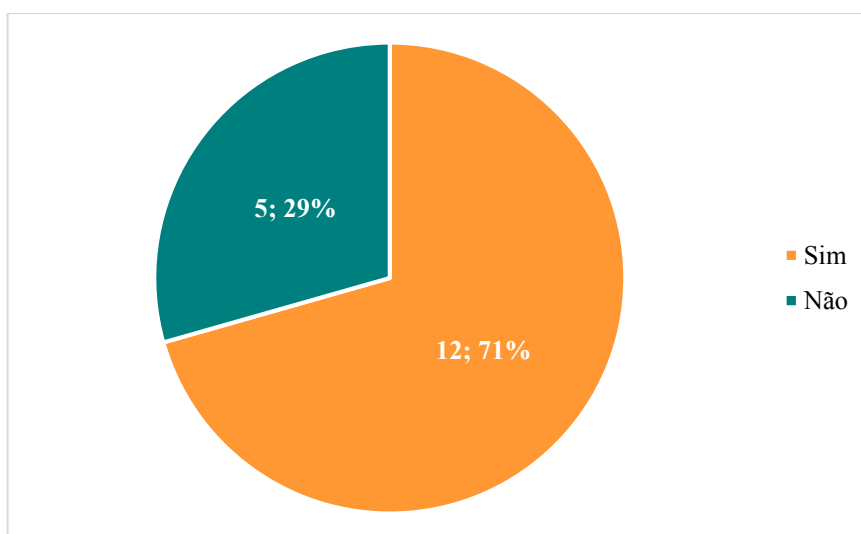
Fatores	Frequência (N.º)
Falta de recursos por parte da instituição	10
Falta de recursos por parte das autarquias	0
Falta de recursos por parte das famílias	9
Baixa taxa de natalidade	1
Pouca oferta de emprego	4
Falta de informação	3
Emigração/imigração	0
Elevada taxa de envelhecimento	3
Localização geográfica	3
Total	33

Fonte: Elaboração Própria.

Ainda junto das 17 IPSS perguntou-se se a prestação de serviços por entidades privadas condicionava a procura dos serviços das IPSS e apenas uma entidade referiu que o setor privado consistia numa ameaça na procura dos serviços prestados pelas IPSS.

Também junto da amostra de estudo questionou-se se os recursos humanos existentes na organização seriam suficientes para o bom funcionamento da organização e averiguou-se que 29% das IPSS em estudo não possuem os colaboradores necessários para desenvolverem equilibradamente as suas atividades (gráfico 3.16).

Gráfico 3.18: Os Recursos Humanos e o Bom Funcionamento das IPSS.



Fonte: Elaboração Própria.

Relativamente às estruturas físicas, questionou-se o universo das 17 IPSS, se as suas instalações atuais eram adequadas e suficientes para o desenvolvimento das e atividades e para bom funcionamento da organização. Verificou-se maioritariamente que as instalações IPSS em estudo são adequadas e suficientes (quadro 3.16).

Quadro 3.16: As Instalações das IPSS.

Níveis	Frequência (N.º)
1 - Nada adequadas	0
2 - Pouco adequadas	1
3 - São adequadas e suficientes, mas podiam ser melhores	8
4 - São adequadas e suficientes	8
Total	17

Fonte: Elaboração Própria.

Os recursos materiais, assim como, os recursos humanos são imprescindíveis para o bom desenvolvimento das IPSS e atualmente vivemos num mundo de muitas transformações e consumismo e não há como negar a existência de recursos materiais e tecnológicos. Junto das 17 IPSS em estudo, apurou-se que treze das IPSS em estudo, contém os recursos materiais e tecnológicos suficientes para desenvolverem uma boa prestação de serviços, como se pode verificar no quadro seguinte.

No que concerne nas áreas de intervenção que as IPSS consideram necessárias serem introduzidas na própria instituição para satisfazer as necessidades da população local, apurou-se uma obtenção de 20 respostas, uma vez que se tratava de uma questão múltipla. Como se pode verificar no quadro seguinte, a principal área de intervenção que as IPSS consideram necessário implementarem no seu âmbito são respostas na área de apoio à saúde mental e respostas de apoio a idosos.

Quadro 3.17: Áreas de Intervenção Necessárias Implementar nas IPSS.

Área de Intervenção	Frequência (N.º)
Apoio à Deficiência	4
Apoio a Grupos de Risco	0
Apoio a Idosos	5
Apoio a Crianças e Jovens	4
Apoio à Saúde Mental	6
Outro: Desenvolvimento Social	1
Total	20

Fonte: Elaboração Própria.

Perguntou-se ainda às IPSS qual seria a melhor resposta social a implementar na área de intervenção anteriormente seleccionada (quadro 3.18).

Quadro 3.18: Respostas Sociais a Implementar nas IPSS.

Resposta Social	Frequência (N.º)
Cuidados Continuados	3
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	1
Centro de Noite	2
Apoio domiciliário psicossocial	1
Residências para utentes com problemas de saúde mental	3
Creche	1
ERPI para idosos com demência	1
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento	1
Casa de Acolhimento Temporário	1
Apoio domiciliário	1
Centro de Apoio à Demência	1
Residências para deficientes	2
ERPI	2
Total	20

Fonte: Elaboração Própria.

Relativamente às áreas de intervenção que as IPSS consideram serem necessárias implementar no concelho de Santarém para satisfazer as necessidades da população local, apurou-se uma obtenção de 17 respostas. Como se pode verificar no quadro seguinte, a principal área de intervenção que as IPSS consideram necessário implementarem no concelho em estudo são respostas na área de apoio à saúde mental, seguindo-se as respostas de apoio a idosos e apoio à deficiência.

Quadro 3.19: Áreas de Intervenção Necessárias a Implementar no Concelho.

Área de Intervenção	Frequência (N.º)
Apoio à Deficiência	4
Apoio a Grupos de Risco	2
Apoio a Idosos	4
Apoio a Crianças e Jovens	1
Apoio à Saúde Mental	6
Total	17

Fonte: Elaboração Própria.

Questionou-se a amostra de estudo sobre qual seria a resposta social a implementar na área de intervenção anteriormente selecionada, verificou-se diferentes respostas (quadro 3.20).

Quadro 3.20: Respostas Sociais a Implementar no Concelho.

Resposta Social	Frequência (N.º)
Cuidados Continuados	2
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	1
Centro de Noite	2
Apoio domiciliário psicossocial	1
Residências para utentes com problemas de saúde mental	3
ERPI para idosos com demência	1
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento	1
Casa de Acolhimento Temporário	1
Apoio domiciliário	1
Centro de Apoio à Demência	1
Residências para deficientes	2
ERPI	2
Fóruns de Ocupação	1
Unidades de Apoio à Saúde Mental	1
Total	20

Fonte: Elaboração Própria.

Junto do universo das 17 IPSS em estudo tentou-se perceber que tipo de atividades apresentava um maior potencial para IPSS, sendo uma questão múltipla verificou-se 28 respostas e as atividades com maior representatividade foi as atividades sociais e as atividades educacionais (quadro 3.21). Ferreira (2009, citado por, Almeida, 2015) identificava as atividades sociais ou de solidariedade social pura como aquela em que se deveriam centrar estas organizações, mas propunha também uma abertura cada vez maior a diferentes áreas como a cultura, desporto e cultura.

Quadro 3.21: Atividades com Maior Representatividade para as IPSS.

Tipo de atividades	Frequência (N.º)
Atividades Sociais	14
Atividades Culturais	4
Atividades Educacionais	5
Atividades de Formação	3
Atividades de Sensibilização	2
Atividades Desportivas	0
Total	28

Fonte: Elaboração Própria.

No caso das medidas que permitem melhorar a eficiência das instituições e poderiam contribuir para responder às necessidades da população, verificou-se que as medidas principais a adotar seria, aumentar as parcerias e melhorar a oferta existente

(quadro 3.22). Lacerda (2012) refere que as parcerias com outras instituições surgem como o melhor modo para fomentarem a eficiência das IPSS, referindo que é necessário unir forças e usar o melhor de cada instituição, seja ela uma escola, junta de freguesia, câmara municipal, entre outros, criando um trabalho em rede que permita colmatar as necessidades locais.

Quadro 3.22: Medidas a Implementar nas IPSS.

Medidas	Frequência (N.º)
Melhorar a oferta existente	6
Criar maior oferta de serviços	3
Aumento das parcerias	7
Aumentar o número de funcionários	3
Aumentar o número de voluntários	4
Adaptar as infraestruturas	3
Total	26

Fonte: Elaboração Própria.

No que concerne sobre a procura frequentemente em obter informações sobre às necessidades e desejos atuais e latentes, dos utentes, das famílias e outros grupos de referência, todas as IPSS da amostra em estudo refiram que sim, é uma prática comum.

Relativamente, à questão se a instituição procura obter informações sobre as formas de atuar das outras organizações, constatou-se que em 16 IPSS é uma prática e apenas 1 IPSS referiu que não adota esta metodologia.

No universo das 17 IPSS em estudo verificou-se que em todas as instituições a procura de informação sobre o que se passa na área de atividade, assim como tendências, políticas, económicas, sociais, culturais e tecnológicas é uma prática. E apenas uma IPSS referiu que não existe o hábito de existir uma discussão alargada, formal e informal sobre as informações recolhidas.

As diferentes IPSS em estudo referiram que diferenciam os seus serviços em função de cada grupo específico de utentes, exceto uma IPSS em estudo.

No que concerne ao desenvolvimento de novas competências necessárias para melhorar os serviços o conjunto das 17 IPSS mencionam que é uma práxis que aplicam no seu contexto institucional. Ainda, junto das IPSS em estudo foi possível aferir que todas procuram desenvolver atividades que influenciam os seus públicos-chave da instituição.

Por fim, perguntou-se às IPSS em estudo se até 31 de dezembro de 2015 os objetivos da instituição foram alcançados e como se pode verificar no quadro 3.23, a maioria das IPSS atingiu alguns dos objetivos definidos.

Quadro 3.23: Obtenção dos Objetivos das IPSS.

Obtenção dos Objetivos	Frequência (N.º)
1 - Não conseguimos atingir os objetivos	0
2 - Atingimos alguns objetivos definidos	13
3 - Atingimos todos os objetivos definidos	4
Total	17

Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados deste bloco de questões do questionário vão ao encontro do previsto e permite corroborar com as hipóteses em estudo, uma vez que procurou-se perceber a atuação das IPSS na realidade local e as principais características que permitem melhorar a eficácia e eficiência das organizações, o que permitiu perceber que as IPSS em estudo têm respostas sociais adequadas para responder às necessidades do concelho de Santarém, mas nos outros blocos de questões do questionário aplicado também se pode observar que as IPSS por vezes têm dificuldade em dar uma resposta imediata às necessidades da população local.

Capítulo IV: Considerações Finais

Regressemos à questão de partida da presente dissertação de mestrado (“*Qual a importância das IPSS para o desenvolvimento local?*”) e às hipóteses de estudo: hipótese 1: “Existe a noção que as IPSS contribuem para o desenvolvimento local.” e hipótese 1.1: “As IPSS locais têm respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população do concelho de Santarém”. As conclusões baseiam-se na perceção que os técnicos que se encontram à frente de IPSS do concelho de Santarém têm sobre as mesmas.

Um dos factos fundamentais que retirei deste estudo é que as IPSS não funcionarem de forma isolada. Estas entidades procuram outros agentes com os quais estabelecem protocolos de cooperação, nomeadamente a Segurança Social, Câmara Municipal de Santarém, juntas de freguesia, escolas, organizações semelhantes, entre outros. Assim envolvem-se com os diferentes agentes locais com o objetivo de alcançar e desenvolver os interesses locais e assegurar respostas que por si só outros agentes não conseguiram levar a cabo. É essencialmente destas relações de proximidade que se alimenta o desenvolvimento local e se consegue alcançar respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população local. Segundo Perret et al. (2007, citado por Gavino, 2014), as redes de parceria são uma potencialidade para administrar políticas e projetos e existe uma interação de agentes públicos e privados, centrais e locais. Tal está bem presente nos resultados do estudo.

Além deste ponto, verifiquei que as 17 entidades observadas apoiam aproximadamente 2288 indivíduos e cada IPSS permite dar resposta a uma média de 134 beneficiários e para desenvolverem a sua atividade cada uma destas organizações tem aproximadamente 46 colaboradores. Assim se cada uma das IPSS do distrito de Santarém assegurar 46 postos de trabalho, registam no total 10.396 colaboradores. E se cada uma das 22 IPSS do concelho de Santarém assegurar os respetivos 46 postos de trabalho, perfazem no total 374 colaboradores. Um outro aspeto relevante, é que o género feminino é o que apresenta maior representatividade entre os funcionários existentes das IPSS em estudo. De acordo com a Comissão Europeia (2004), a economia social tem sido um grande motor de inserção social e profissional de pessoas em zonas geográficas desfavorecidas.

Existe outro aspeto importante referente ao emprego que se prende pelo facto de quando questionados sobre o número de funcionários ser suficiente para o bom funcionamento da organização, 29% das entidades acham este número insuficiente. Assim, verifica-se que ainda existe possibilidade de criar novos postos de trabalho, mas este tipo específico de organizações também dispõe na sua maioria de voluntários que desenvolvem diversas atividades. Um outro aspeto refere-se ao facto de existirem utentes em lista de espera o que possibilita ainda a criação de mais IPSS ou o aumento da capacidade de respostas das mesmas.

Porém há outras forças (internas) que facilitam as IPSS em estudo na obtenção dos seus objetivos e permite corroborar com as hipóteses de estudo, nomeadamente o aumento da capacidade das respostas sociais, a formação do capital humano, a implementação dos SGQ, o desenvolvimento de atividades não lucrativas, a intenção de desenvolver projetos para o futuro, a comunicação externa, as ações de responsabilização social, as avaliações de desempenho, participação ativa de todos os *stakeholders*, recursos tecnológicos adequados e obras de reestruturação/conservação.

Existem fatores/ameaças que dificultam o cumprimento dos objetivos das IPSS. Nesta amostra de estudo os mais indicados foram a falta de recursos por parte da organização e a falta de recursos das famílias. Verificou-se que existe ainda mais algumas ameaças que condicionam a atuação deste tipo de organizações, particularmente a diminuição do financiamento por parte da Segurança Social, entidades privadas com serviços semelhantes (ex. ERPI) e ainda alguns fatores externos (localização geográfica, natalidade, envelhecimento, emigração, etc.). Estes e outros fatores anteriormente não permitem a plena ação destas IPSS no prosseguimento das suas finalidades para que foram criadas. Neste sentido foram indicadas áreas de intervenção que são necessárias implementar nas diferentes instituições, nomeadamente respostas no âmbito de apoio à saúde mental, apoio a idosos, apoio à deficiência e apoio a crianças e jovens. Existe ainda a necessidade de apostar em algumas áreas, no entanto as mesmas não são desenvolvidas devido às contingências financeiras das instituições.

Na atuação das IPSS subsistem ainda, algumas fraquezas, nomeadamente o tempo que os utentes permanecem em lista de espera, a falta de recursos (humanos, financeiros e materiais) e por vezes infraestruturas inadequadas.

Com o presente estudo foi ainda possível verificar que as OES podem beneficiar de um conjunto de oportunidades, principalmente linhas de financiamento do Portugal 2020, protocolos de cooperação com a Segurança Social, iniciativas de responsabilidade

social de diferentes entidades (ex. entidades bancárias), parcerias com entidades semelhantes e outras, doações realizadas por diferentes organizações, candidaturas a fundos nacionais e uma descentralização das políticas.

Neste estudo, foi possível verificar que nas IPSS em estudo as atividades com maior potencial são as atividades sociais, seguidas das atividades educacionais e culturais. Relativamente às medidas que possibilitam melhorar a eficiência das respostas dadas por estas organizações as mais frequentes foram o aumento das parcerias e a melhoria da oferta existente.

Um outro elemento bastante significativo, refere-se ao facto de a economia social ser uma parte do terceiro setor. Este encontra-se em expansão e acaba por ocupar um espaço na economia social, que nem o setor público nem o setor privado consegue dar resposta. Desta forma, as IPSS têm um papel fulcral na resposta das necessidades locais, procurando sempre promover o bem-estar dos indivíduos.

Outro aspeto pertinente deste estudo, refere-se ao desenvolvimento local. Este procura envolver todos os indivíduos e agentes locais, de modo a fomentar a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, nomeadamente através de respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população local. Na perspetiva de Coelho (2007), o desenvolvimento local procura a melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, ou seja, dos indivíduos ou grupos, de um determinado lugar ou territórios. Porém se uma comunidade local tiver as respostas sociais adequadas e em quantidade suficiente para servir a comunidade vai permitir, assim a fixação da população no território, como se pode verificar no caso do concelho de Santarém.

Atualmente é possível afirmar que a economia social é uma área em expansão na economia portuguesa e que já conta com diversas instituições com vários séculos de existência. Este tipo de economia consiste numa mais valia a nível local, pois não só apoio um conjunto de beneficiários, como cria postos de trabalho, responde às necessidades locais e conseqüentemente gera um valor acrescentado para economia local.

Os resultados deste estudo permitiram, ainda perceber que as IPSS têm um papel muito importante no concelho de Santarém, na medida em que complementam algumas das falhas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades da população, nomeadamente na área do apoio a idosos, com várias respostas sociais (ERPI, centro dia, serviço de apoio domiciliário) e na área de apoio a crianças e jovens (amas familiares, creches e estabelecimentos de educação pré-escolar).

No entanto, reconheço a existência de algumas limitações no estudo, nomeadamente a escassez de sistema estatístico no domínio das IPSS em Portugal, principalmente do concelho de Santarém. Uma metodologia de natureza qualitativa poderia ajudar a explorar melhor algumas questões que ficam por dar resposta. Foi, ainda, bastante complicado, a obtenção de uma amostra razoável de repostas ao questionário aplicado, pois alguns técnicos de IPSS contactadas não se mostraram muito cooperantes.

Para poder contribuir para esta área do saber, considera-se de elevada importância a possibilidade de existência de uma continuidade do trabalho na área e alargamento a outras áreas geográficas (outros concelhos e/ou distritos), para irmos conhecendo melhor esta vertente das organizações de economia social e do desenvolvimento local.

Finalizando, seria igualmente interessante poder-se desenvolver um novo estudo semelhante a este, mas aplicado a outro tipo de organizações da economia social. Como por exemplo, aplicar a um grupo somente de misericórdias, mutualidades, cooperativas e inquirir também os utentes destas entidades e não apenas os representantes das instituições.

Bibliografia

- Almeida, A. (2015). *Perceção do contributo das instituições da Economia Social no desenvolvimento social local - Um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão. Retirado em junho 2016, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36906/1/Ana%20L%C3%B3ria%20Almeida.pdf>.
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudo Africanos*. N.º 4. 1-21. Retirado em junho de 2016, de <https://cea.revues.org/pdf/1573>.
- Azevedo, C., Franco, R. & Meneses, J. (2012). Gestão do Voluntariado nas OSFL. Rojão, G. & Araújo, P. *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos*. 3.ª Edição. (pp.355- 369). Porto: Impulso Positivo.
- Cabugueira, A. (2000). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: Análise de alguns aspectos de política económica regional. *Revista Gestão e Desenvolvimento*. N.º 9. 103-136. Retirado em junho de 2016, de http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf.
- Caeiro, J. (2008). Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katál. Florianópolis*. V. 11 N.º 1. 61-72. Retirado em junho de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/06.pdf>.
- Câmara Municipal de Santarém. (2016). *Caracterização Económica e Empresarial do Município de Santarém*. Retirado em setembro de 2016, de http://portalinvestidor.cmsantarem.pt/images/noticias/CTE_STR_MAIO_2016.pdf.
- Campanhola, C., & Silva, J. (2000). Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. Brasília. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. V. 17. N.º.1. 11-40.
- Campos, M. (2005). Economia Social, uma outra forma de empreender. *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER*. II Série. N.º31. 1-20. Retirado em junho de 2016, de <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf>.
- Campos, M. (2013). *O Terceiro Sector em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Norte – O caso da Misericórdia de Santo Tirso*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior. Retirado em outubro de 2016, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/m-comunicacao-estrat-2013-marco-campos.pdf>.

- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, J. (2005). *Organizações não lucrativas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Cattani, A., Laville, J., Gaiger, L. & Hespanha, P. (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Chiavenato, I. (1999). *Gestão de Pessoas – O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Coelho, L. (2007). *Associativismo e Desenvolvimento Local: o caso de Ribeira de Pena*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Departamento de Economia, Sociologia e Gestão. Retirado em junho de 2016, de https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/192/1/msc_lambcoelho.pdf.
- Comissão Europeia (2016). *A Estratégia Europa 2020*. Retirado em julho de 2016, de http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm.
- Comissão Europeia. (2004). *Manual Prático sobre Desenvolvimento de Estratégias Locais de Emprego em Portugal*. Retirado em junho de 2016, de http://www.dueceira.pt/docs/publicacoes/55_Manual%20pratico%20Estrategias%20Emprego.pdf.
- Comité Económico e Social Europeu. (2007). *A Economia Social na União Europeia*. Retirado em junho de 2016, de <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>.
- Conselho Local de Ação Social de Santarém. (2013). *Diagnóstico Social do Conselho de Santarém 2014/2017*. Retirado em setembro de 2016, de <http://www.cm-santarem.pt/accaosocial/accaosocial/Documents/Diagn%C3%B3stico%20Social%202014-2017.pdf>.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social & Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Conta Satélite da Economia Social 2010*. Retirado em julho de 2016 de, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157543613&PUBLICACOESmodo=2.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social & Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Conta Satélite da Economia Social 2013*. Retirado em janeiro de 2017 de, http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf.
- Donati, P. (1997). El desarrollo de las organizaciones del Tercer Sector en el proceso de modernización y más allá. *Reis*. N. °79. 113-141. Retirado em julho de 2016, de http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_079_06.pdf.

- Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social. (2014). Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. *Diário da República*. 1.ª Série. N.º 221 Retirado em julho de 2016, de <https://dre.pt/application/conteudo/58900566>.
- Fernandes, N. (2010). *A Responsabilidade Social das Empresas – A dimensão interna: uma ferramenta para a criação de Valor*. Tese de Mestrado. Instituto Politécnico de Lisboa – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Retirado em outubro de 2016 de, <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/91/1/Nuno%20Fernandes%20-%20A%20responsabilidade%20social%20das%20empresas.pdf>.
- Ferreira, S. (2000). *As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social*. IV Congresso Português de Sociologia. Retirado em julho de 2016, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36906/1/Ana%20L%C3%B3ria%20Almeida.pdf>.
- Fortain, M. (1999). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. Loures: Lousociência.
- Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativa. *Revista Lusófona de Educação*. N.º 5. 63-83. Retirado em junho de 2016, de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/viewFile/1008/828>.
- Franco, R., Sokolowski, S., Hairel, E., & Slamon, L. (2005). *The Portuguese Nonprofit Sector in Comparative Perspective*. Retirado em julho de 2016, de http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/11/Portugal_NationalReport_2005.pdf.
- Garrido, A. (2015). *Uma História da Economia Social*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Gavino, H. (2014). *O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na economia social: o caso do concelho de Peniche*. Dissertação de Mestrado. Politécnico de Santarém. Escola Superior de Gestão e Tecnologia. Retirado em julho de 2016, de http://repositorio.ipsantarém.pt/bitstream/10400.15/919/1/HeliaAlexandraNunesGavino_Mestrado_GOES_2014.pdf.
- Gomes, J., Cunha, M., Rego, A., Cunha, R., Cardoso, C. & Marques, C. (2008). *Manual Gestão de Pessoas e do Capital Humano*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Gouveia, P. (2009). *Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para um “outro” desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. Retirado em junho de 2016, de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3718/1/PDF%20DISSERTA%C3%87AO.pdf>.

- Instituto da Segurança Social (2014). *Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Retirado em julho de 2016, de http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional. (2010). *Economia Social. Dirigir*. N.º 109. 1-59. Retirado em julho de 2016, de <https://pt.scribd.com/document/37969397/DIRIGIR-n%C2%BA-109>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos 2011*. Retirado em agosto de 2016 de, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107624784&DESTAQUESTema=55466&DESTAQUESmodo=2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Retirado em setembro de 2016, de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.
- Lacerda, T. (2012). *Associações de base local: um contributo para o desenvolvimento local e comunitário*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa - Instituto da Educação. Retirado em junho de 2016, de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7677/1/ulfpie042982_tm.pdf.
- Lei de Bases da Economia Social. (2013). Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. *Diário da República*. 1.ª Série. N.º 88. Retirado em julho de 2016, de http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/Lei_de_Bases_da_Economia_Social.pdf.
- Lopes, A. (2002). Globalização e Desenvolvimento Regional. *Gestão e Desenvolvimento*. N.º 11. 10-29. Retirado em junho de 2016, de http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/GestaoDesenv/GD11/gestaodesenvolvimento11_9.pdf.
- Lopes, J. (2012). *A (re) invenção do Local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e do programa LEADER*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia. Retirado em junho de 2016, de https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21380/1/Tese_Mestrado_M%C3%A1rio_Fidalgo_set2012.pdf.
- Macêdo, N. & Cândido, G. (2011). Índice de desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande – PB. *Gestão Produção*. V.18. N.º3. 619-632. Retirado em junho de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/gp/v18n3/13.pdf>.
- Mendes, A. (2015). *Cinco Sentidos da Economia Social*. Working Paper. Universidade Católica Portuguesa. Retirado em junho de 2016, de

https://www.researchgate.net/publication/300117999_Cinco_Sentidos_da_Economia_Social.

- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2014a). *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos - 2014*. Retirado em julho de 2016, de <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2014.pdf>.
- Monzón, J. & Chaves, R. (2008). *A Economia Social na União Europeia - Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC)*. Retirado em junho de 2016, de http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/a_ces11042-2012_00_00_tra_etu_pt.pdf.
- Namorado, R. (2004). *A economia social – Uma constelação de esperanças*. Comunicação de Palestra. Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia. Retirado em junho de 2016, de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/213.pdf>.
- Observatório do QREN (n.d.). *Desenvolvimento Local e Territorial (urbano e rural)*. Retirado em julho de 2016, de http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_page=548.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Pardal, L. & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Lisboa: Areal Editores.
- Pordata. (2016). *Números dos Municípios e Regiões de Portugal*. Retirado em setembro de 2016, de [http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Santar%C3%A9m+\(Munic%C3%ADpio\)-6743](http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Santar%C3%A9m+(Munic%C3%ADpio)-6743).
- Portugal 2020. (n.d.). *O Que é o Portugal 2020*. Retirado em novembro de 2016, de <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>.
- Quintão, C. (2004). *Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual*. V Congresso Português de Sociologia. Retirado em junho de 2016, de http://www.isociologia.pt/App_Files/Documents/working5_101019094100.pdf.
- Quintão, C. (2011). *O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal: uma abordagem preliminar*. Working Paper. Universidade do Porto – Instituto de Sociologia. Retirado em junho de 2016, de http://isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns-002_110411025242.pdf.
- Quivy, R. & Campenhout, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a Edição. Lisboa: Gradiva.

- Ribeiro, S. (2012). *Os Benefícios e as Dificuldades na Certificação da Qualidade*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Retirado em janeiro de 2017, de http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/638/1/DM-SandraRibeiro_2012.pdf.
- Sardinha, B., Soares, A., Diais, O. & Marques, B. (2015). Perceção das Instituições de Serviço Social para os diferentes modelos da Qualidade. *Revista Qualidade*. 1.^a Edição.
- Silva, A., Santos, N., Mata, J. & Martín, I. (2014). *Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal*. Retirado em julho de 2016, de <http://www.ideg.pt/wp-content/uploads/Sustentabilidade-das-Institui%C3%A7%C3%B5es-Particulares-de-Solidariedade-Social.pdf>.
- Silva, F. (2013). *O futuro do Estado Social*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, M. (2010). Enfrentar a crise. Erradicar a pobreza – O Contributo da Economia Social. *Revista Sociedade e Trabalho*. N.º 41, 101-109. Retirado em julho de 2016 de, http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_7.pdf.

Anexo A: Inquérito por Questionário

"A Importância das IPSS Para o Desenvolvimento Local"

O meu nome é Ana Chíxaro e sou aluna do mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, ministrado pela Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém. Neste momento, encontro-me no 2.º ano, estando a elaborar a dissertação subordinada ao tema "A Importância das IPSS Para o Desenvolvimento Local: O Caso do Concelho de Santarém", sob orientação do Professor Doutor Pedro Oliveira.

O presente inquérito por questionário tem como objetivo conhecer a caracterização das IPSS do Concelho de Santarém, principalmente se as diversas respostas sociais são adequadas para as necessidades da população local. Construindo assim uma visão mais geral em torno das mesmas, de forma, a investigar as disponibilidades de oferta que o concelho de Santarém tem no campo de intervenção social de apoio à família e alguns contributos sobre o desenvolvimento local.

Os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

A aluna do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social da ESGTS:
Ana Filipa Lopes Chíxaro | email: anachixaro@outlook.pt

*Obrigatório

1- Caraterização do Inquirido

Ao responder, solicito que assinale a opção que julgar mais correta ou apropriada em relação a cada uma das perguntas.

1.1. Cargo/função desempenhado na instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Diretor(a) Técnico(a)
- Coordenador(a)
- Psicólogo(a)
- Assistente Social
- Educador(a) Social
- Provedor
- Outra: _____

1.2. Tempo de permanência na organização. *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Superior a 15 anos

2- Caraterização da Organização

2.1. Nome da organização. *

2.2. Freguesia onde está localizada a sede da organização. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira, São Salvador e São Nicolau
- Freguesia de Almoster
- Freguesia de Abitureiras
- Freguesia de Amais de Baixo
- Freguesia de Alcanede
- Freguesia do Vale de Santarém

- União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale Figueira
- Freguesia de Pernes
- Freguesia da Moçarria
- União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém
- Freguesia de Alcanhões
- Freguesia de Abrã
- Freguesia do Arneiro das Milhariças
- Freguesia da Azóia de Cima e Tremês
- União das Freguesias de Casével e Vaqueiros
- Freguesia da Gançaria
- Freguesia da Póvoa da Isenta
- Freguesia da Romeira e Várzea
- Outra: _____

2.3. Anos de existência da instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Superior a 50 anos

2.4. Qual o fim estatutário da organização, ou seja, os interesses para a qual se constituiu e foi reconhecida. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Apoio à Terceira Idade
- Apoio à Infância e Juventude
- Apoio Social e Comunitário
- Apoio ao Cidadão Portador de Deficiência
- Apoio Social e Caritativo
- Promoção e Prestação de Cuidados de Saúde
- Promoção do Desenvolvimento Local e Regional
- Apoio à Pessoa com Doença Mental
- Outra: _____

2.5. Quantas respostas sociais tinha a vossa instituição até 31 de dezembro de 2015. *

Exemplo: 9 Respostas Sociais

2.5.1. Na área da infância e juventude assinale as respostas sociais que a instituição ofereceu até 31 de dezembro de 2015.

Assinale as necessárias e aplicáveis. Se a instituição não apresentar respostas nesta área passe à questão seguinte.

- Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco
- Centro de Apoio Familiar (aconselhamento parental)
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Creche
- Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (Jardim de Infância)
- Lar de Infância e Juventude
- 1.º Ciclo
- 2.º Ciclo
- Outra: _____

2.5.2. Na área da reabilitação e deficiência assinale as respostas sociais que a instituição ofereceu até 31 de dezembro de 2015.

Assinale as necessárias e aplicáveis. Se a instituição não apresentar respostas nesta área passe à questão seguinte.

- Centro Socioeducativo
- Centro de Atividades Ocupacionais
- Intervenção Precoce
- Lar Residencial
- Formação e Emprego
- Outra: _____

2.5.3. Na área do apoio a idosos assinale as respostas sociais que a instituição ofereceu até 31 de dezembro de 2015.

Assinale as necessárias e aplicáveis. Se a instituição não apresentar respostas nesta área passe à questão seguinte.

- Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio
- Centro de Dia
- Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos)
- Cuidados Continuados
- Residências Assistidas
- Centro de Noite
- Outra: _____

2.5.4. Na área do apoio à toxicod dependência e saúde mental assinale as respostas sociais que a instituição ofereceu até 31 de dezembro de 2015.

Assinale as necessárias e aplicáveis. Se a instituição não apresentar respostas nesta área passe à questão seguinte.

- Apartamento de Reinserção Social
- Equipas de Rua
- Atividades de Apoio Social
- Atividades de Apoio à Reabilitação
- Outra: _____

2.5.5. Refira as respostas sociais que a instituição ofereceu até 31 de dezembro de 2015 e não foram referidas anteriormente.

Exemplo: RSI, Cantinas Sociais, Banco de Ajudas Técnicas, CLDS, entre outras.

2.6. Até 31 de dezembro de 2015, mencione as várias respostas sociais da instituição (indicadas nas questões 2.5.1., 2.5.2., 2.5.3., e 2.5.4.) e a respetiva capacidade. *

Exemplo: ERPI 60; Centro Dia 15; Lar de Crianças e Jovens 16.

2.6.1. A vossa instituição pretende alargar a capacidade das diversas respostas sociais? *

- Sim
- Não

2.6.2. Se respondeu sim, indique as respostas sociais e respetivo número que pretende aumentar.

Exemplo: ERPI 6; Centro Dia 2.

2.6.3. Até 31 dezembro de 2015, mencione as várias respostas sociais da instituição (indicadas nas questões 2.5.1., 2.5.2., 2.5.3. e 2.5.4) e o respetivo número de indivíduos em lista de espera.

*

Exemplo: ERPI 20; Centro Dia 0, Lar de Crianças e Jovens 2.

2.6.4. Em média quanto tempo os indivíduos permanecem em lista de espera. *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 mês
- Entre 1 a 3 meses
- Entre 3 a 6 meses
- Superior a 6 meses

2.6.5. Até 31 de dezembro de 2015, mencione as várias respostas sociais (indicadas nas questões 2.5.1., 2.5.2., 2.5.3 e 2.5.4) e o respetivo número de utentes abrangidos pelas participações da Segurança Social. *

Exemplo: Centro dia 18; ERPI 30; Creche 20.

2.6.6. A vossa instituição pretende aumentar o número de participações com a Segurança Social. *

- Sim
- Não

2.6.7. Se respondeu sim, indique as várias respostas sociais e o número de participações que pretende aumentar.

Exemplo: Creche 5.

2.6.8. Qual o número total de beneficiários da instituição. *

Exemplo: 130 beneficiário (de todas as respostas sociais).

22. 2.7. Indique qual/quais são as freguesias onde a vossa instituição atua (área de abrangência).

*

Assinale as necessárias.

- União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira, São Salvador e São Nicolau
- União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale Figueira
- União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém
- União das Freguesias de Azóia de Cima e Tremês
- União das Freguesias de Casével e Vaqueiros
- Freguesia de Abitureiras
- Freguesia de Almoester
- Freguesia de Amais de Baixo
- Freguesia de Alcanede
- Freguesia de Abrã
- Freguesia de Alcanhões
- Freguesia da Moçarria
- Freguesia de Pernes
- Freguesia do Vale de Santarém
- Freguesia do Arneiro das Milhariças
- Freguesia da Gançaria
- Freguesia da Póvoa da Isenta
- Freguesia da Romeira e Várzea
- Outra: _____

2.8. A organização já implementou projetos ou novas respostas sociais em 2016. *

- Sim
 Não

2.8.1. Se respondeu sim, indique qual/quais.

2.8.2. A organização tem alguns projetos/sociais para o futuro? *

- Sim
 Não

26. 2.8.3. Se indicou sim, indique qual/quais?

3- Estrutura Organizativa

3.1. A organização está envolvida em parcerias institucionais de âmbito local e/ou distrital e/ou regional. *

- Sim
 Não

3.1.1. Se respondeu sim, indique que projetos a instituição desenvolve com essas parcerias institucionais.

3.2. Indique qual a natureza jurídica da instituição. *

- Associação
 Cooperativa
 Fundação
 Mutualidade
 Irmandade da Misericórdia
 Outra: _____

3.2.1. A instituição está integrada em algum dos seguintes organismos.

Assinale as necessárias.

União das Misericórdias

União das IPSS

União das Mutualidades

Outra: _____

3.3. Indique qual/quais a(s) entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita. *

Assinale apenas duas opções.

- Outras organizações idênticas
 Empresas do setor lucrativo
 Autarquias
 Outros serviços locais/regionais dos organismos do Estado
 Associações locais
 Outra: _____

3.3.1. Mencione várias entidades parceiras da vossa instituição (que não foram mencionadas anteriormente). *

Exemplo: GNR; Centro de Saúde, O Mirante, PT Comunicações.

3.3.2. A vossa instituição tem uma boa relação com os serviços da comunidade. *

- Sim
 Não

3.4. Qual o número de sócios da organização.

3.5. Selecione o principal meio de comunicação externa utilizada pela vossa organização. *

Selecione apenas as três mais importantes.

- Página Web
 Facebook
 LinkedIn
 Twitter
 Jornais Locais
 Rádios Locais
 Jornal Institucional
 Folhetos
 Participação em feiras e eventos de divulgação
 Outra: _____

3.6. Uma descentralização das políticas sociais do estado, para redes/associações locais, poderia beneficiar a atuação da vossa instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

3.7. A vossa instituição adota posturas de responsabilidade social, ou seja, comportamentos ou ações que promovam o bem-estar dos seus públicos alvos interno e externo. *

- Sim
 Não

3.7.1. Se assinalou sim, apresente três exemplos de ações de responsabilidade social a nível interno praticados na vossa instituição.

Exemplo: Direito dos trabalhadores; Qualidade de vida no trabalho; Ética. Não exemplifique esta questão com o Sistema de Gestão da Qualidade.

3.7.2. Se assinalou sim, apresente três exemplos de ações de responsabilidade social a nível externo praticados na vossa instituição.

Exemplo: Utilização de energias renováveis; Gestão de resíduos; Envolvimento com a comunidade.

4- Recursos Económicos

4.1. Quais as principais fontes de financiamento da organização? *

Assinale as necessárias.

- Quotas dos Associados
 Receitas Próprias

- Segurança Social
- Donativos
- Autarquias
- Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais
- Mensalidades dos Utentes/Clientes
- Outra: _____

4.2. A vossa organização desenvolve atividades/serviços de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos (tendo por base o Artigo 1.ºB do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social). *

Como exemplo pode consultar o seguinte link:

<http://setubalnarede.pt/diario-da-regiao/primeiro-mini-mercado-ipss-abriu-na-tebaida-13274/>

Se a resposta for não pode passar à questão 4.3.

- Sim
- Não

4.2.1. Se assinalou sim, escreva quais as atividades/serviços que oferece?

4.3. 4.2.2. Quais os benefícios desses serviços para a comunidade?

4.3. A vossa instituição foi contemplada com alguma das seguintes ações de responsabilidade social das diversas entidades bancárias de Portugal.

- BPI Capacitar
- BPI Sénior
- Montepio Frota Solidária
- BPI Solidário
- Outra: _____

4.3.1. Se assinalou anteriormente alguma ação, mencione quais foram os principais contributos dessa ação para a instituição.

Exemplo: Permitted a realização de passeios culturais; Construção de uma sala de apoio à reabilitação.

4.4. A vossa instituição já recebeu doações realizadas por empresas do setor lucrativo. *

- Sim
- Não

4.4.1. Se respondeu sim, indique alguns exemplos de doações realizadas.

Assinale as necessárias.

- Produtos alimentares
- Produtos de higiene
- Equipamentos tecnológicos
- Material de papelaria
- Mobiliário
- Produtos de Saúde (pensos, compressas, soro)
- Outra: _____

4.5. Se eventualmente a Segurança Social reduzisse as comparticipações (redução financeira) a vossa instituição conseguia prestar os atuais serviços. *

- Sim
- Não

4.6. Indique o valor médio de financiamento anual (financiamento da Segurança Social). *

Exemplo: 220.000€.

5- Recursos Humanos

5.1. Até 31 de dezembro de 2015, quantos funcionários trabalhavam na vossa instituição. *

5.2. Até 31 de dezembro de 2015, quantos funcionários existiam do sexo masculino. *

5.3. Até 31 de dezembro de 2015, qual era a maioria do nível de habilitações literárias dos funcionários. *

Inferior ao 1.º ciclo

- 1.º Ciclo do ensino básico (4.ºano)
- 2.º Ciclo do ensino básico (6.ºano)
- 3.º Ciclo do ensino básico (9.ºano)
- Ensino Secundário (12.ºano) e Cursos Profissionais (Nível IV)
- Ensino Superior

5.3.1. Até 31 de dezembro de 2015, quantos funcionários tinham como habilitações literárias o ensino superior? *

5.4. Indique o grupo etário dos trabalhadores com maior representatividade na instituição, até 31 de dezembro de 2015. *

- Menos de 30 anos
- Entre os 30 a 40 anos
- Entre os 41 a 50 anos
- Entre os 51 a 60 anos
- Mais de 60 anos

5.5. A formação dos recursos humanos é uma prática comum na vossa instituição? *

- Sim
- Não

5.5.1. Se respondeu sim, mencione algumas formações realizadas.

Exemplo: Primeiros Socorros na Infância; Transferências e Posicionamentos no Envelhecimento; Lidar com Demência.

5.6. A avaliação de desempenho dos recursos humanos é uma prática comum na vossa instituição. *

- Sim
- Não

5.6.1. Se respondeu sim, na sua opinião a avaliação de desempenho contribui para eficácia e eficiência da instituição.

- Sim
- Não

5.7. A vossa instituição tem voluntários? *

Se a instituição não tiver voluntários passe para a questão 6.1.

- Sim
- Não

5.8. Se respondeu sim, quantos voluntários tem a instituição?

5.9. Se respondeu sim, quantos voluntários do sexo masculino tem a instituição?

5.10. Qual o grupo etário dos voluntários com maior representatividade na instituição?

- Menos de 30 anos
- Entre os 30 a 40 anos
- Entre os 41 a 50 anos
- Entre os 51 a 60 anos
- Mais de 60 anos

5.11. Quanto tempo em média por semana os voluntários dedicam à instituição.

- Menos de 5 horas
- Entre 5 a 10 horas
- Entre 11 a 15 horas
- Entre 16 a 20 horas
- Entre 21 a 25 horas
- Superior a 25 horas

5.12. Quais as principais atividades desenvolvidas pelos voluntários na instituição.

Assinale apenas duas no máximo.

- Atividades ligadas à direção da organização
- Atividades administrativas
- Atividades técnicas
- Atividades de apoio social/animação
- Atividades polivalentes
- Outra: _____

5.13. A formação dos voluntários é uma prática na vossa instituição.

- Sim
- Não

6- Sistemas de Gestão da Qualidade

6.1. A vossa instituição tem implementado um Sistema de Gestão da Qualidade. *

Se respondeu "não" passe para questão 7.1.

- Sim
- Não

6.2. Há quanto tempo tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade.

Menos de 1 ano

- Entre 1 e 2 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Mais de 5 anos

6.3. Qual o modelo de Sistema de Gestão da Qualidade implementado.

- EN ISO 9000:2005
- EN ISO 9001:2008
- EQUASS Assurance (European Quality in Social Services Sistema Europeu da Qualidade das Respostas Sociais)
- EQUASS Excellence (European Quality in Social Services Sistema Europeu da Qualidade das Respostas Sociais)
- MAQRS Nível A (Instituto da Segurança Social)
- MAQRS Nível B (Instituto da Segurança Social)

- MAQRS Nível C (Instituto da Segurança Social)
- Outra: _____

6.4. Indique os principais benefícios da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade para a instituição.

6.5. A implementação do Sistema de Gestão Qualidade permitiu melhorar a eficácia e a eficiência da instituição.

- Sim
- Não

7- Portugal 2020

7.1. A vossa instituição realizou alguma candidatura através do Portugal 2020. *

Se respondeu "não" passe para a questão 7.8.

- Sim
- Não

7.2. Qual o domínio temático em que realizou a/s candidatura/s.

- Competitividade e Internacionalização
- Inclusão Social e Emprego
- Capital Humano
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
- Assistência Técnica
- Estratégias
- Sem Domínio Temático
- Outra: _____

7.2.1. Indique através de que programa operacional foi realizada a/s candidatura/s.

- Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização
- Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego
- Programa Operacional do Capital Humano
- Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
- Programa Operacional do Norte
- Programa Operacional do Centro
- Programa Operacional de Lisboa
- Programa Operacional do Alentejo
- Programa Operacional do Algarve
- Programa Operacional dos Açores
- Programa Operacional da Madeira
- Programa Operacional da Assistência Técnica
- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
- Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica
- Sistema de Incentivos
- Desenvolvimento Local de Base Comunitária
- Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
- Outra: _____

7.3. Descreva a área em que o/s projeto/s foi submetido.

Exemplo: POISE Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidades Alentejo 2020 Investimento na área dos equipamentos de saúde.

7.4. Descreva sucintamente no que consiste o/s projeto/s submetidos.

7.5. Indique os principais benefícios dos projetos submetidos para a instituição.

7.6. Indique os principais benefícios dos projetos submetidos para a comunidade.

7.7. O/s projeto/s submetidos foram aprovados.

- Sim
- Não
- A aguardar a decisão

7.8. A vossa instituição beneficiou de algum fundo/prémio comunitário (sem ser do Portugal 2020) para a implementação de algum projeto. *

- Sim
- Não

7.8.1. Se respondeu sim, mencione o nome do fundo/prémio cedido.

Exemplo: Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2015; Fundo Rainha D.Leonor da SCML.

7.8.2. Descreva para que serviu esse fundo/prémio cedido à instituição.

Exemplo: Permitiu comprar material tecnológico; Permitiu remodelar as infraestruturas.

8- Noção da Organização sobre a sua Intervenção na Realidade Local

8.1. A oferta de serviços por parte da vossa instituição é suficiente para satisfazer as necessidades da população local. *

- Sim
- Não

8.2. Indique os fatores que dificultam a atuação da vossa instituição. *

Assinale no máximo três fatores.

- Falta de recursos por parte da instituição
- Falta de recursos por parte das autarquias
- Falta de recursos por parte das famílias
- Baixa taxa de natalidade
- Pouca oferta de emprego
- Falta de informação
- Emigração/Imigração

- Elevada taxa de envelhecimento
- Localização geográfica
- Outra: _____

8.2.1. A prestação de serviços por entidades privadas condiciona a procura dos vossos serviços.*
Exemplo: As empresas privadas com prestação de serviços constitui uma ameaça para a instituição.

- Sim
- Não

8.3. Considera que o número de colaboradores existentes na organização, são suficientes para haver um bom funcionamento da mesma.*

- Sim
- Não

8.4. As instalações da instituição estão adaptadas e são suficientes para o bom funcionamento da organização.*

Assinale de acordo com a seguinte escala: 1 Nada adequadas e suficientes 2 Pouco adequadas 3 São adequadas e suficientes, mas podiam ser melhores 4 São adequadas e suficientes.

- 1
- 2
- 3
- 4

8.5. Os recursos materiais da instituição são suficientes para uma boa prestação dos serviços.*

- Sim
- Não

8.6. Os recursos tecnológicos (acesso à internet, computadores, tablets, televisões) da instituição são suficientes para a atividade dos profissionais e para a realização de atividades com utentes.*

- Sim
- Não

8.7. Quais são as áreas de intervenção que acha necessário serem introduzidas na instituição.*

Assinale no máximo duas áreas.

- Apoio à Deficiência
- Apoio a Grupos de Risco
- Apoio a Idosos
- Apoio a Crianças e Jovens
- Apoio à Saúde Mental
- Outra: _____

8.7.1. Indique a resposta social que melhor responderia à área de intervenção selecionada anteriormente.*

Exemplo: Centro de noite, Unidade de Cuidados Continuados.

8.8. Quais são as áreas de intervenção que acha necessário serem introduzidas no Concelho de Santarém.*

Assinale no máximo duas áreas..

- Apoio à Deficiência
- Apoio a Grupos de Risco
- Apoio a Idosos
- Apoio a Crianças e Jovens
- Apoio à Saúde Mental
- Outra: _____

8.8.1. Indique a resposta social que melhor responderia à área de intervenção selecionada anteriormente? *

Exemplo: Centro de noite, Unidade de Cuidados Continuados.

8.9. Qual o tipo de atividades que representa um maior potencial para a vossa organização? *

- Atividades sociais
- Atividades culturais
- Atividades educacionais
- Atividades de formação
- Atividades de sensibilização
- Atividades desportivas
- Outra: _____

8.10. Para melhorar a eficiência da instituição e as necessidades da população, indique que medidas podiam implementar. *

Selecione apenas dois aspetos.

- Melhorar a oferta existente
- Criar maior oferta de serviços
- Aumento das parcerias/colaboração com instituições locais
- Aumentar o número de funcionários
- Aumentar o número de voluntários
- Adaptar as infraestruturas
- Outra: _____

8.11. A vossa instituição procura, frequentemente obter informações sobre as necessidades e desejos atuais e latentes, dos utentes, das famílias e outros grupos de referência. *

- Sim
- Não

8.12. A vossa instituição, procura obter informações sobre as formas de atuar das outras organizações. *

- Sim
- Não

8.13. A vossa instituição, procura obter informações sobre o que se passa na área de atividade, assim como tendências políticas, económicas, sociais, culturais e tecnológicas. *

- Sim
- Não

8.14. Existe uma discussão alargada, formal e informal, sobre as informações recolhidas. *

- Sim
- Não

8.15. A vossa instituição, diferencia os serviços em função de cada grupo específico de utentes. *

- Sim
- Não

8.16. A vossa instituição tem desenvolvido novas competências necessárias para melhorar os serviços. *

- Sim
- Não

8.17. A vossa instituição procura desenvolver atividades que influenciam os públicos chave da instituição. *

- Sim
- Não

8.18. Até 31 de dezembro de 2015, os objetivos da vossa instituição foram alcançados. *

Assinale de acordo com a seguinte escala: 1 Não conseguimos atingir os objetivos definidos 2 Atingimos alguns objetivos definidos 3 Atingimos todos os objetivos definidos

- 1
- 2
- 3

8.19. Quer mencionar algum dado importante para o presente estudo que não tivesse sido perguntado.

Resposta opcional.

Concluído o Preenchimento

Para completar alguma das suas respostas ou completar algum dado que ache importante para o presente estudo poderá enviar documentação complementar para o seguinte email: anachixaro@outlook.pt

Obrigado pela colaboração.

Deve carregar agora em submeter.

